

**NORTE PIONEIRO DO PARANÁ**

**FORMAÇÃO E CRESCIMENTO ATRAVÉS DOS CENSOS**

**RENÊ MUSSALAM**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**APRESENTADA À**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**

**HISTÓRIA DO BRASIL**

**OPÇÃO HISTÓRIA DEMOGRÁFICA**

1974

## S U M Á R I O

	Pág.
INTRODUÇÃO	
Capítulo I - FONTES E CRÍTICAS DAS FONTES	
Parte I - AS FONTES .....	1
Parte II - CRÍTICA DAS FONTES .....	4
Capítulo II - EXPANSÃO DO POVOAMENTO	
Parte I - CARACTERÍSTICAS GEO-ECONÔMICAS DA REGIÃO ..	9
Parte II - OCUPAÇÃO DA REGIÃO .....	16
Capítulo III - CRESCIMENTO POPULACIONAL	
Parte I - FATORES DO CRESCIMENTO .....	49
Parte II - ESTRUTURA DA POPULAÇÃO .....	67
Capítulo IV - CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DA REGIÃO	
Parte I - OCUPAÇÃO DO SOLO .....	99
Parte II - ESTRUTURA REGIONAL DA CAFEICULTURA .....	107
Parte III - CARACTERÍSTICAS DAS PROPRIEDADES RURAIS ...	122
CONCLUSÃO .....	134
ANEXOS .....	137
BIBLIOGRAFIA .....	155

## LISTA DE GRÁFICOS

	Pág.
1 - Evolução da População nos Censos de 1920/40/50/60/70..	54
2 - Incremento Populacional .....	58
3 - Densidade demográfica .....	60
4 - Crescimento da População .....	70
5 - Distribuição da População por Grandes Grupos de Idade.	77
6 - Distribuição da População por Grandes Grupos de Idade.	79
7 - Pirâmides Etárias .....	82
8 - Razão de Masculinidade por Grupos de Idade .....	86
9 - Distribuição da População Ativa e Inativa .....	94
10 - Distribuição da População Ativa por Setores de Atividade des Produtivas .....	97

LISTA DE MAPAS

	Pág.
1- Mapa Físico do Paraná - Limite do Norte do Estado .....	10
2- Esboço Geológico do Norte do Paraná .....	12
3- Mapa do Limite Climático do Café - Norte do Paraná .....	13
4- Mapa da Vegetação - Norte do Paraná .....	14
5- Mapa da Colonização do Norte do Paraná .....	18
6- Mapa da Expansão do Povoamento do Norte do Paraná .....	26
7- Mapa do Paraná - Micro-Regiões Homogêneas .....	27
8- Mapa do Paraná - Região de Planejamento - Norte do Paraná ....	28
9- Quadro Demonstrativo - Norte Pioneiro - Desmembramentos ....	38
10- Evolução do Norte Pioneiro do Paraná - Div. Admin. - 1853 ...	39
11- Evolução do Norte Pioneiro do Paraná - Div. Admin. - 1889 ...	40
12- Evolução do Norte Pioneiro do Paraná - Municípios - 1920 ...	41
13- Evolução do Norte Pioneiro do Paraná - Div. em Comarcas - 1930 .	42
14- Evolução do Norte Pioneiro do Paraná - Div. Municipal - 1940 .	43
15- Evolução do Norte Pioneiro do Paraná - Div. Municipal - 1950 .	44
16- Evolução do Norte Pioneiro do Paraná - Div. Admin. - 1959 ....	45
17- Evolução do Norte Pioneiro do Paraná - Div. Municipal - 1960 .	46
18- Evolução do Norte Pioneiro do Paraná - Div. Municipal - 1970 .	47
19- Mapa do Paraná - Aumento Absoluto da População - 1920/1940 ...	64
20- Mapa do Paraná - Comparação da População - 1920/1940 .....	65
21- Mapa do Paraná - Aumento relativo da População - 1920/1940 ...	66

LISTA DE QUADROS

	Pág.
1 - Tráfego de Mercadorias por Linha Férrea - 1931/1934 .....	35
2 - Demonstração da Arrecadação Bruta Total das Estações nos Últimos Cinco Anos de Exploração, até 31/12/33 .....	36
3 - Evolução Populacional Urbana do Norte Pioneiro do Paraná. População Absoluta - 1920 - 1970 .....	55
4 - Incremento Populacional por Municípios, de 1920/70 .....	57
5 - População Total nos Censos Demográficos Oficiais, com a respectiva Densidade Demográfica, e o Incremento da População havido entre os Anos Censitários .....	59
6 - Norte Velho do Paraná - População - Comparação entre os Crescimentos da População - Censo de 1920-1940 .....	63
7 - Repartição Geográfica por Municípios nas Datas dos Censos ..	68
8 - População em Números Absolutos - Razão de Masculinidade e Taxa de Masculinidade nas Datas dos Censos .....	72
9 - Distribuição de População por Grupos de Idade e Sexo - Regional - 1920/1940 - Números Absolutos .....	74
10 - Distribuição Proporcional da População por Grupos de Idade e Sexo Regional - 1920/1940 .....	74
11 - Distribuição da População por grandes Grupos de Idade-Sexo. Regional - 1920/40 .....	75
12 - Distribuição Proporcional da População por Grandes Grupos de Idade-Sexo .....	75
13 - Distribuição Proporcional da População por Grandes Grupos de Idade e Sexo .....	78
14 - Distribuição da População por Sexo e Grupos de Idade - 1920.	80
15 - Distribuição da População por Sexo e Grupos de Idade - 1940.	81
16 - Razão de Masculinidade por Grupos de Idade em 1920 e 1940. Números de homens para 100 mulheres .....	84
17 - Estrutura da População por Atividades Produtivas - Ramo de Atividades e Sexo nas Datas dos Censos - 1940-1950 .....	90

	Pág.
18 - Distribuição da População em Ativa e Inativa - Porcentagem .	95
19 - Distribuição da Força de Trabalho por Setores de Atividades e Sexo -Regional .....	96
20 - Distribuição Proporcional da Força de Trabalho por Setores de Atividades e Sexo - Regional .....	96
21 - Superfície dos Municípios, Área dos Estabelecimentos Rurais e Porcentagem entre Eles - 1920 .....	102
22 - Área Total dos Estabelecimentos Rurais e Área Ocupada por Matas - 1920 .....	103
23 - Distribuição da Área em Culturas - Regional - 1920 .....	105
24 - Produção Total de Café, Número de Árvores e de Propriedades Cafeeiras - 1920/1940 - Região - Estado .....	109
25 - Área Total das Propriedades Cafeeiras e sua Distribuição - Regional - 1940 .....	110
26 - Extensão e Distribuição das Propriedades Segundo a Área - 1920 .....	112
27 - Número de Propriedades Rurais Segundo a Classe de Área. 1920 Regional .....	114
28 - Distribuição das Propriedades Cafeeiras Segundo o Tamanho dos Cafezais - 1940 .....	115
29 - Distribuição Etária dos Cafeeiros - 1940 - Regional .....	117
30 - Rendimento da Cafeicultura - 1940 - Regional .....	118
31 - Produção e Despesa dos Estabelecimentos Rurais - 1940 - Regional .....	120
32 - Estabelecimentos Rurais, Modalidade de Exploração e Área ...	122
33 - Área de Propriedade do Imóvel - 1940 - Regional .....	124
34 - Qualidade do Responsável pela Exploração - Regional - 1920/1940 .....	125
35 - Regimes de Exploração - Regional - 1940/1950 .....	126

	Pág.
36 - Distribuição Percentual das Categorias de Exploração. 1940/1950. Regional .....	127
37 - Pessoal Permanente da Cafeicultura - 1940. Região - Estado .	128
38 - Distribuição Percentual do Pessoal Permanente na Cafeicultura - 1940 .....	129
39 - Emprego de Capital nas Propriedades Cafeeiras - Regional - 1940 .....	130
40 - Valor das Propriedades pelos Bens e Imóveis e Outros Bens. 1940/1950. Regional .....	131

## INTRODUÇÃO



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho, efetuado durante o Curso de Pós-Graduação, em História do Brasil, na Universidade Federal do Paraná, constitui a Dissertação de Mestrado. Tendo escolhido, como área de estudos, a História Demográfica, a autora, através deste trabalho, propõe-se a estudar o processo de povoamento, o crescimento e a evolução populacional do Norte Pioneiro (Velho) do Estado do Paraná e a contribuir para o conhecimento da realidade demográfica dessa região.

As transformações verificadas nessa região são o objeto deste estudo. O principal objetivo da análise do Norte Pioneiro (Velho) paranaense, portanto, prende-se à dinâmica da população em seus aspectos quantitativos e qualitativos e a inter-relação com o meio físico e social. Assim, através da análise dos fatores demográficos, pretende-se demonstrar a problemática do desenvolvimento sócio-econômico e a estrutura demográfica dessa região.

Presumindo-se que a expansão do povoamento e a da agricultura tenham caminhado paralelas, torna-se necessário verificar quais os fatores que atuaram de maneira mais decisiva para o estabelecimento da população na região.

Sabe-se que os fenômenos de natureza econômica são os que maior influência exercem sobre qualquer população, agindo tanto no sentido de condensá-la, como no de dispersá-la; esses, porém, não são os únicos. Em função disso, levantaram-se as seguintes questões:

- 1) Em que medida o crescimento econômico condicionou a dinâmica populacional?
- 2) Até que ponto se constata um crescimento populacional representativo?

3) Se houve um crescimento populacional, qual a parcela correspondente às correntes migratórias?

4) Como estava estruturada aquela população?

A verificação de tais questões será feita através do estudo e análise:

1) a) da ocupação do solo e da produção agrícola;

b) do sistema de colonização;

c) da organização da propriedade?

2) a) da distribuição geográfica da população;

b) do número absoluto e relativo da população;

3) a) pela razão e taxa de masculinidade;

b) por sexo, idade e pirâmide etária;

c) pelo ramo e classe de atividade.

Partindo-se do estudo do material empírico, da coleta de dados, sobretudo censitários, e da observação direta, procurar-se-á a comprovação das hipóteses levantadas, através dos dados analisados.

Com vista a um trabalho objetivo e concreto, serão utilizadas técnicas quantitativas. Estas visam a quantificar as informações numéricas obtidas, permitindo dispor de instrumentos de análise precisos, possibilitando demonstrar, através de gráficos, tabelas e quadros, os pontos convergentes e divergentes encontrados. Também, na medida em que se revelem mais eficazes para a observação e análise, serão empregadas técnicas qualitativas.

Para a delimitação da área de estudo, consideraram-se os limites adotados pelas entidades governamentais, ou seja, o critério administrativo-político, onde as regiões são classificadas em homogêneas e de planejamento. Assim, do Norte do Paraná, selecionaram-se as Micro-Regiões

homogêneas nº 11 e 12, e a região de Planejamento nº 5, as quais correspondem à região considerada Norte Pioneiro (Velho) do Paraná.

Segundo vários economistas e, entre eles, RICHARDSON<sup>1</sup>, o conceito de região homogênea está baseado no ponto de vista de que as áreas geográficas podem estar ligadas como uma região única quando partilham de características uniformes. Essas características podem ser geográficas (tais como: topografia e clima semelhantes), econômicas (como a estrutura de produção semelhante ou padrões de consumo homogêneos), e mesmo sociais ou políticas (como uma entidade regional ou fidelidade partidária tradicional). A divisão em Regiões de Planejamento compreende uma área na qual se aplicam decisões econômicas, dando esse fato uma unidade à área.

Em virtude portanto das classificações se circunscreverem àquela área e de as estatísticas obedecerem, também, àquele critério, tornou-se mais viável e prática a aceitação desses limites.

Em função dos dados disponíveis, para a análise a que se propõe, a data baliza compreende o período censitário de 1920 a 1950. Para demonstrar, contudo, a evolução da população e da urbanização da região, estendeu-se aquele período até 1970.

O trabalho foi desenvolvido em 4 capítulos:

No primeiro capítulo estão apresentadas as fontes utilizadas e as críticas correspondentes.

No segundo capítulo, constituída de duas partes, procurou-se focalizar, no primeiro, as características geo-econômicas da região do Norte

---

<sup>1</sup>RICHARDSON, Harry W. Elementos de economia regional. Rio de Janeiro, Zahar, 1973. p. 15.

do Estado, para dele subtrair a parcela correspondente ao Norte Pioneiro, uma vez que os trabalhos sobre geologia, relevo, hidrografia, clima, vegetação, etc., existentes, foram efetuados para toda a região. Face à grande importância que assumem essas características para o desenvolvimento da atividade agrícola praticada, elaboraram-se cópias de vários mapas, através dos quais se tem uma visão mais real e elucidativa daquele espaço geográfico. Na segunda parte, focalizou-se a ocupação da região do Norte paranaense, detendo-nos, porém, mais especificamente sobre a área estudada. Enfocou-se a expansão do povoamento e o crescimento da urbanização em função dessa expansão.

No terceiro capítulo, também constituído de duas partes, analisaram-se os aspectos do crescimento populacional. Tratou-se na primeira parte, dos fatores desse crescimento, dando-se destaque às correntes migratórias, em virtude de terem sido elas as responsáveis pelo crescimento demográfico da região. Na segunda parte, a análise efetuada apóia-se no modelo apresentado no estudo de população da Vila de São Paulo<sup>2</sup>.

No quarto capítulo, formado de três partes, buscou-se a apreensão dos aspectos essenciais da estrutura sócio-econômica, bem como o crescimento sócio-econômico que se processou na região. Na primeira parte abordaram-se a ocupação do solo e as atividades mais exploradas. Tratou-se, na segunda parte, da estrutura da cafeicultura da região, focalizou-se o crescimento dessa atividade agrícola e sua representatividade em termos econômicos. Abordaram-se, na terceira parte deste último capí-

---

<sup>2</sup>MARCÍLIO, Maria Luiza. La Ville de São Paulo. Paris, L'Université Rouen, 1968. p. 117-160

tulo, características das propriedades rurais da região, destacando-se, entre outras, o emprego da mão-de-obra nas zonas rurais.

Na conclusão, através dos dados analisados, procurou-se comprovar as hipóteses inicialmente levantadas.

Este trabalho teve a orientação da Professora Doutora Oksana Boruszenko, a quem de modo especial, a autora agradece; estende seus agradecimentos à Professora Doutora Cecília Maria Westphalen e ao Professor Doutor Brasil Pinheiro Machado, pelo embasamento teórico-metodológico, durante a realização do Curso; à Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - pela concessão de Bolsa de Estudos e à Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacareizinho - PR, na pessoa de seu Diretor Professor Dr. Giovanni Antônio Giavina Bianchi, pela cooperação, apoio e dispensa concedida no período de 1972 a 1974, quando da realização do Curso na Capital do Estado.

## FONTES E CRÍTICAS DAS FONTES

## PARTE I

### AS FONTES

Por ocasião do início deste trabalho, quando se optou pelo estudo demográfico de uma parte da população da Região do Norte paranaense, ou seja, especificamente do Norte Pioneiro (Velho) do Estado do Paraná, preferiram-se, também, como a principal categoria de fontes a serem utilizadas, os Recenseamentos Brasileiros.

A preferência por esse tipo de fonte se deveu ao fato de conterem os recenseamentos gerais e nacionais brasileiros, uma maior quantidade de informações numéricas, dados de base imprescindíveis, portanto, ao estudo de população.

Por outro lado, foram utilizados, no presente trabalho, como fontes subsidiárias: Relatórios de Presidentes da Província; Mensagens de Governadores de Estado; Relatórios de Secretários da Fazenda, Finanças, Comércio e Indústrias; Trabalhos da CODEPAR - Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná; do PLADEP - Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná e do BADEP - Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná.

Além disso, usaram-se como fonte, os Censos Econômicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - I.B.G.E. - e do Instituto Brasileiro do Café - I.B.C. -, dos quais se extraíram os dados sobre a produção agrícola da região e o efetivo populacional que se dedicava a essa atividade:

Outra fonte explorada foi o acervo do Departamento de Geografia, Terras e Colonização - D.G.T.C. -, que forneceu os negativos dos mapas

do Estado, possibilitando, assim, reconstituir a evolução urbana da região em estudo. Todo este material está relacionado na parte de fontes e bibliografia.

A existência e a natureza dos dados de base para a Demografia Brasileira encontram-se divididas em três grandes períodos<sup>3</sup>:

- 1º - Período pré-estatístico;
- 2º - Período proto-estatístico;
- 3º - Era estatística.

O período pré-estatístico vai do início da colonização até a metade do século XVIII. Nesta fase, não foi realizada nenhuma forma de contagem direta da população brasileira. As poucas estimativas gerais que existem são normalmente aceitas.

Para o período proto-estatístico, que começa na segunda metade do século XVIII e termina com o 1º Recenseamento Geral do Brasil, em 1872, os dados de base são relativamente abundantes (censos vários e séries de estatísticas vitais locais registros paróquias) —, mas a qualidade e o valor deles são desiguais.

A era estatística abre-se em 1872 com o 1º Recenseamento Geral. A partir daí, os censos realizados para o país são sistematicamente publicados pelo organismo especializado: Diretoria Geral de Estatística até 1940 e, a partir de 1950, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tornando-se este último, órgão oficial permanente. Em 1916 (Lei nº 3.071), o registro das estatísticas vitais foi oficializado com o Código Civil, e vêm publicadas pelos organismos encarregados.

---

<sup>3</sup>MARCÍLIO, Maria Luiza. Crescimento histórico da população brasileira. Cadernos CEBRAP. São Paulo (16): 1-26, 1973. p. 6



Os censos de 1872, 1890, 1900 e 1920 davam apenas quatro pontos de curva de desenvolvimento da população do Brasil através do tempo, não mostrando uma regularidade suficiente para que ficasse autorizado o prolongamento conjectural da curva, depois de 1920<sup>4</sup>.

O censo realizado em 1920 marca a fase científica dos censos brasileiros e abrange, além da população, prédios, agricultura e indústrias.

A operação de 1940 foi efetivada em bases rigorosamente científicas com técnicas de execução mais aperfeiçoadas, abrangendo, além dos aspectos relacionados em 1920, o comércio, transportes e comunicações, serviços, além do social.

Para os decênios seguintes: — 1950-60 e 70 —, seguiu-se o critério do anterior, mas com algumas alterações, no sentido de maiores detalhes para aqueles itens.

---

<sup>4</sup>MORTARA, Giorgio. A população do Brasil. R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 4: 88-89, out./dez. 1945.

## PARTE II

### CRÍTICA DAS FONTES

Utilizando-se como fonte principal os dados e os levantamentos censitários, torna-se necessário saber até que ponto se pode confiar nos resultados obtidos.

Os recenseamentos são executados pelos métodos mais variados o que influi no valor dos resultados obtidos.

Os métodos de dirigir o recenseamento não constituem a única fonte de erros: os resultados são publicados somente após grande demora, devida à dificuldades de classificação e computação; além disso, constitui grande empecilho a falta de homogeneidade nos diferentes campos de pesquisa.

Há um elemento de dúvida em relação a muitas áreas no mais simples de todos os itens de população — o número absoluto de habitantes —; a credibilidade cai à medida que se passa às informações mais complexas, exigindo maior qualificação por parte dos estatísticos e mais conhecimento por parte do questionado.

Geralmente há uma relação positiva entre o nível de desenvolvimento sócio-econômico de uma área e a segurança de sua informação demográfica.

Não se pode dizer que atualmente essas informações sejam precisas, mas pode-se afirmar que os dados fornecidos aproximam-se mais da realidade.

O censo de 1960 é considerado errado por falta, enquanto o de 1920, por excesso.

Já o censo de 1940 é tido como o melhor já realizado no País. Mesmo com imperfeições, possibilitou estimativas mais aproximadas do que as anteriores; confirmou a existência de erros dos censos anteriores e permitiu fazer as devidas correções.

O censo de 1950 seguiu as mesmas linhas do anterior, sendo considerado como dos melhores.

Enquanto o censo de 1960, dadas as falhas, nem chegou a ser publicado, o de 1970, com apenas algumas partes publicadas parece ter obtido resultados mais positivos que negativos.

Para a realização do presente trabalho, foi necessário fazer uma seleção dos dados de base fornecidos pelos censos.

Em virtude de se realizar um estudo regional, precisou-se isolar os dados de cada censo a nível municipal para depois reagrupá-los na medida compreendida pela área correspondente à região. Portanto, só foi possível aproveitar os dados dos censos demográficos e econômicos de 1920, 1940 e 1950, uma vez que estes trazem informações mais uniformes e, portanto, possíveis de serem padronizadas.

Por outro lado, a falta de uniformidade, descontinuidade e até mesmo a inexistência de algumas estatísticas, tanto demográficas como econômicas, constituíram-se um entrave para a análise de alguns aspectos como natalidade, mortalidade e migração, o que forçou não a deixá-los de lado, e sim a tratá-los, ao menos, de maneira menos incisiva e precisa.

A utilização dos dados censitários, para medir a intensidade das migrações inter-regionais, tornou-se possível, no Brasil, a partir do recenseamento de 1940, em que se combinou o lugar de presença dos recenseados, na data do recenseamento. Assim, combinando-se, através do registro dos brasileiros natos residentes fora da Unidade de nascimento,

em 1940 e 1950, os naturais de outras Unidades residentes na região especificada com os naturais de outras Unidades residentes em outras Unidades, tem-se uma idéia aproximada, seja de emigração, seja da imigração, numa região determinada.

Essa medida indireta, além de se referir apenas às migrações inter-regionais, não permite propriamente medir as correntes migratórias, pois representa somente o que se poderia chamar de saldos ativos ou passivos, na data do recenseamento, dos movimentos de entrada de um lado, e de eliminação por óbitos, ou saída de outro. Todavia, são suficientes para dar uma idéia da importância comparativa das diversas correntes, especialmente em um país, como o Brasil, onde a maior parte da emigração interior tem um caráter permanente, ou quase permanente<sup>5</sup>. A análise comparativa dos resultados de dois recenseamentos sucessivos pode indicar as tendências que se manifestam no volume e na direção dessas correntes.

Os dados do registro civil, consignado a natalidade e a mortalidade ocorridas numa população, num certo período, possibilitam, através dessas estatísticas vitais, conhecer o crescimento vegetativo da população nativa e alienígena e, conseqüentemente, a participação de cada um nesse mesmo crescimento. No entanto, é através da combinação dos dados censitários com os dados do registro civil que se pode chegar a uma medida mais plausível das correntes da migração interna. Portanto, não foi possível estudar os movimentos da população, pois os dados sobre natalidade, mortalidade e migrações internas, quando computados pelos censos, são-no apenas para as unidades da Federação ou o Estado no todo.

Dos três recenseamentos selecionados, apenas o de 1920 e o de 1940

---

<sup>5</sup>BARROS, Thimóteo Ernani de. As migrações interiores no Brasil. R. bras. Estat., Rio de Janeiro, 15 (58): 77-78, abr./jun. 1954.

apresentam a população analisada em faixa etária para os Municípios da região. Em nenhum deles existem estatísticas vitais por Municípios; há apenas os Municípios das Capitais.

Através dos dados censitários, foi possível observar os desmembramentos ocorridos na região, e conseqüente aparecimento de novos núcleos populacionais, assim como, tabular a população total, em cada período estudado, verificar seu nível de crescimento, a estrutura etária e sócio-profissional, visualizar as razões sócio-econômicas e outros fatores que ocasionaram o povoamento da região.

**EXPANSÃO DO POVOAMENTO**

## PARTE I

a) Características Geo-Econômicas da Região

A região "Norte do Paraná" é limitada ao Norte pelos rios Paranapema, a Oeste pelo rio Paraná, a Leste pelo Itararé ao Sul pelo paralelo 24 e pelo rio Ivaí, apresentando, assim, uma área que pode ser avaliada em 43.759,7 km<sup>2</sup>, correspondendo a cerca de 21,8%, da área do Estado, já que o Paraná possui 200.731 km<sup>2</sup> de área (mapa nº 1).

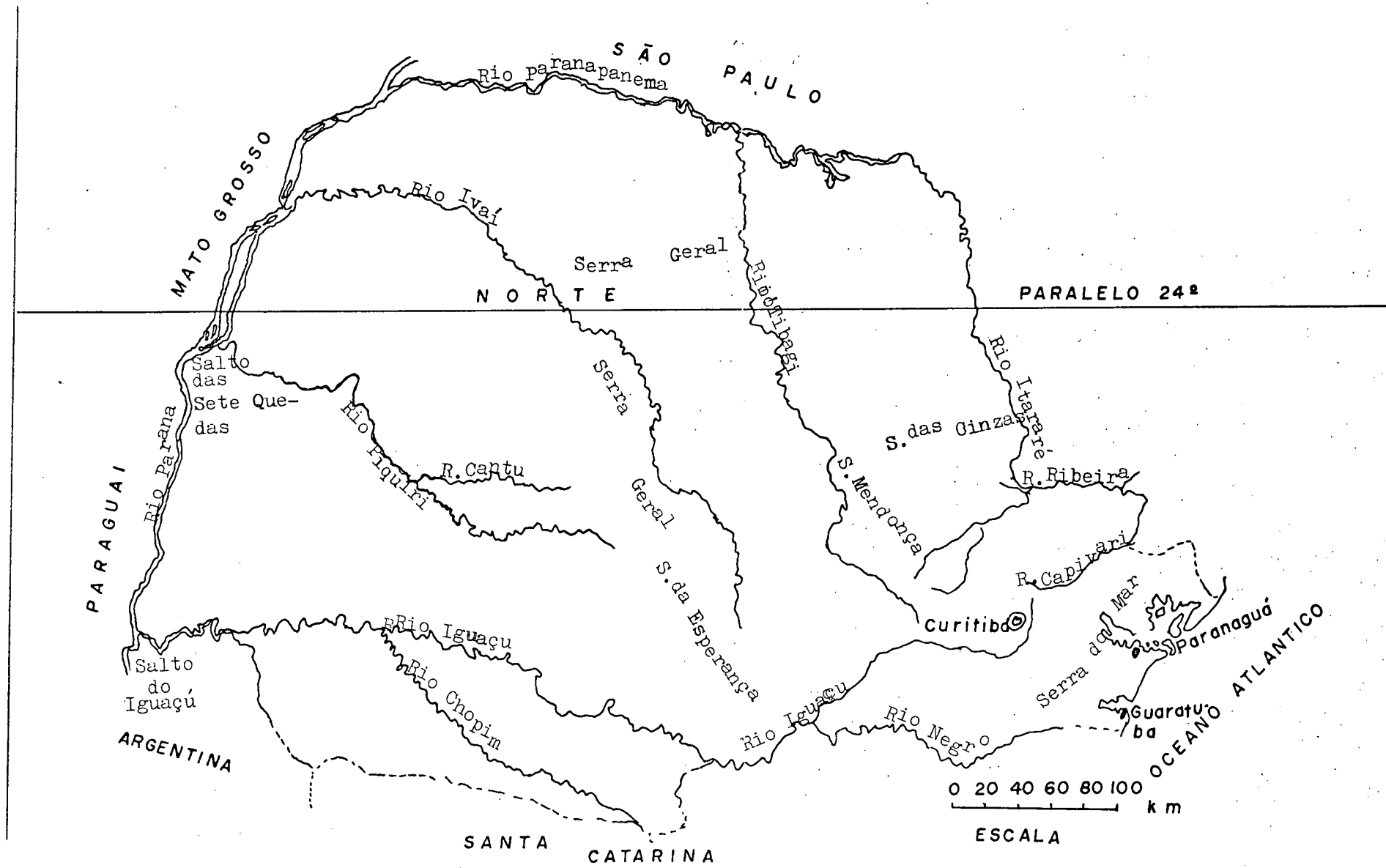
O Norte do Paraná apresenta um quadro natural capaz de prender e reter o elemento humano, em virtude de possuir um solo fértil, abundantes cursos d'água e relevos pouco movimentados.

Deve-se, portanto, destacar, aqui, a influência que os atributos de ordem física têm na organização do espaço pelo homem.

A zona florestal do segundo planalto, onde o povoamento teve início há mais de um século, abrange solos de valor mediano, originados das formações sedimentares permo-carboníferas, cobertos por matas de araucária<sup>6</sup>. A maior parte do Norte, porém, compreende o terceiro planalto que, como se sabe, pertence ao grande capeamento de efusivas básicas (trapp). Da decomposição dessas rochas, resultaram solos do tipo "terra-roxa", afamados por sua grande fertilidade, desde as primeiras penetrações no Oeste do Estado de São Paulo. Por sua extensão e profundidade, a região de "terra-roxa" do Norte paranaense é considerada a única em todo o país. Na zona sedimentar de Venceslau Brás a Santo Antônio da Platina — Norte

---

<sup>6</sup>MULLER, Nice Lecocq. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. B. paulista Geogr., São Paulo, 22:63-64, mar. 1956.





Pioneiro — as formações permo-carboníferas são atravessadas por numerosos diques e sills de diabásio, que podem originar manchas de terra-roxa (mapa nº 2).

Outra diferença importante é o clima. O Norte constitui uma zona de transição onde as geadas, que para o sul são anuais e de rigor muitas vezes intenso, tornam-se mais suaves e raras; apenas os vales estão sujeitos ao perigo desse fenômeno enquanto nos espigões a concorrência é esporádica e branda<sup>7</sup>. Este fato faz com que o Norte do Paraná seja classificado como a zona mais meridional do Brasil, onde é possível o cultivo do café sem grandes riscos (mapa nº 3).

Assim, os fenômenos de ordem climática impõem limitações à presença do café, mesmo sobre os melhores mantos de terra-roxa, quando esta se coloca em vertentes de baixa altitude ou nos vales: é que, quer no inverno, à custa de incursões da frente polar antártica, quer no verão ocorrem as geadas brancas e pretas que atuam mais naqueles pontos de menor altitude, queimando, portanto, os cafezais<sup>8</sup>.

Em sua quase totalidade, a região, é recoberta pela mata latifoliada<sup>9</sup>, "o mato de lei", onde se encontram as espécies consideradas vulgarmente padrões de terras boas para o café, (palmito, figueira branca, etc.). A enorme extensão original de florestas do Norte do Paraná está atualmente bastante reduzida, devastada para a monocultura cafeeira<sup>10</sup>. (Mapa nº 4).

---

<sup>7</sup> SIMÕES, Ruth Mattos Almeida. Notas sobre o clima do Estado do Paraná. R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 16 (1):126-127, Jan./mar. 1954.

<sup>8</sup> MULLER, p. 60.61

<sup>9</sup> ROMARIZ, Dora Amarante. Mapa da Vegetação Original do Estado do Paraná, R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 15 (4):601-602, out./dez. 1953.

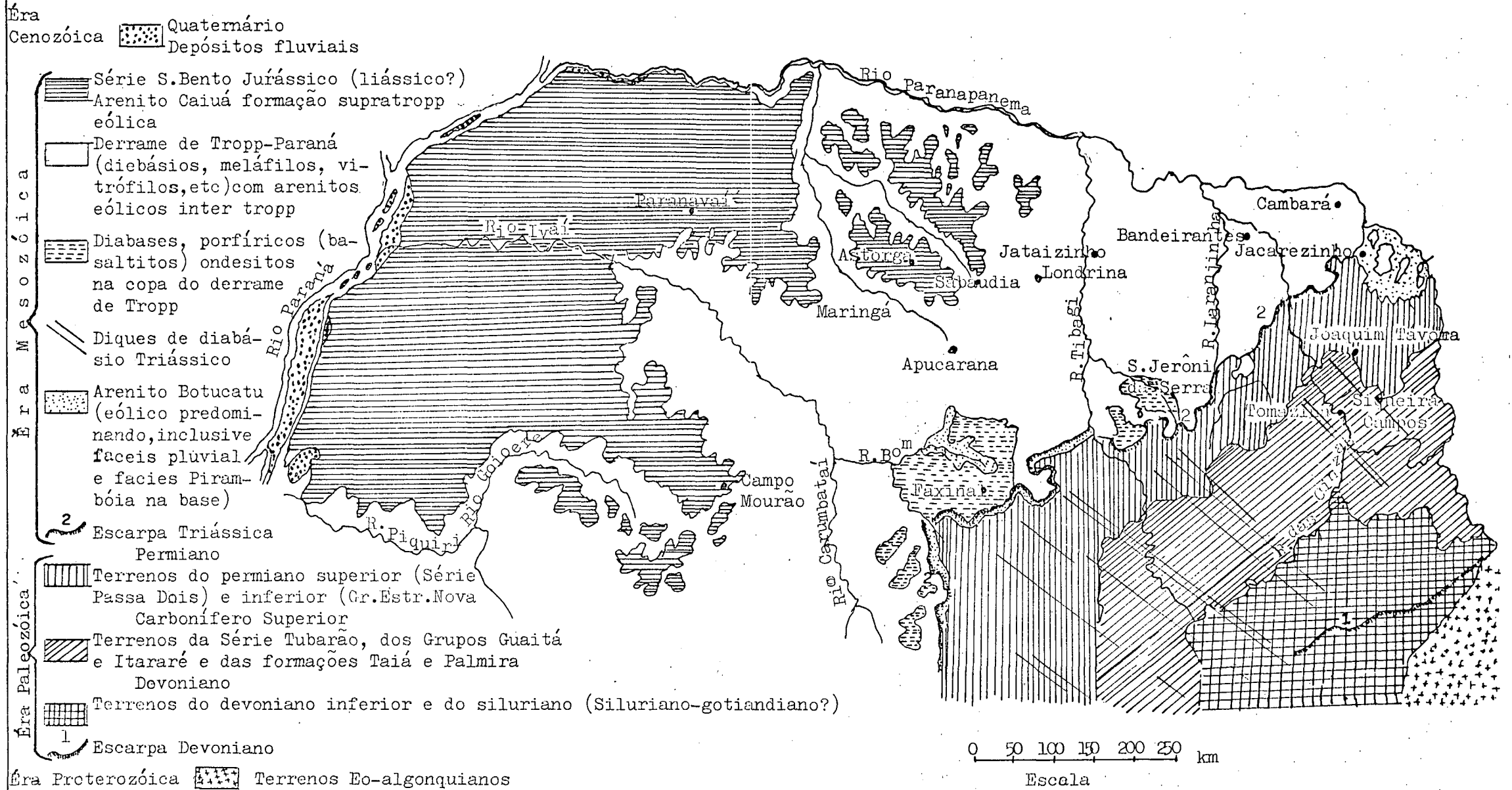
<sup>10</sup> Ibid., p. 597.

MAPA Nº 2

ESBOÇO GEOLÓGICO DO NORTE DO PARANÁ

(extrato do mapa Geológico do Estado do Paraná,  
de Reinhard Maack, 1953 )

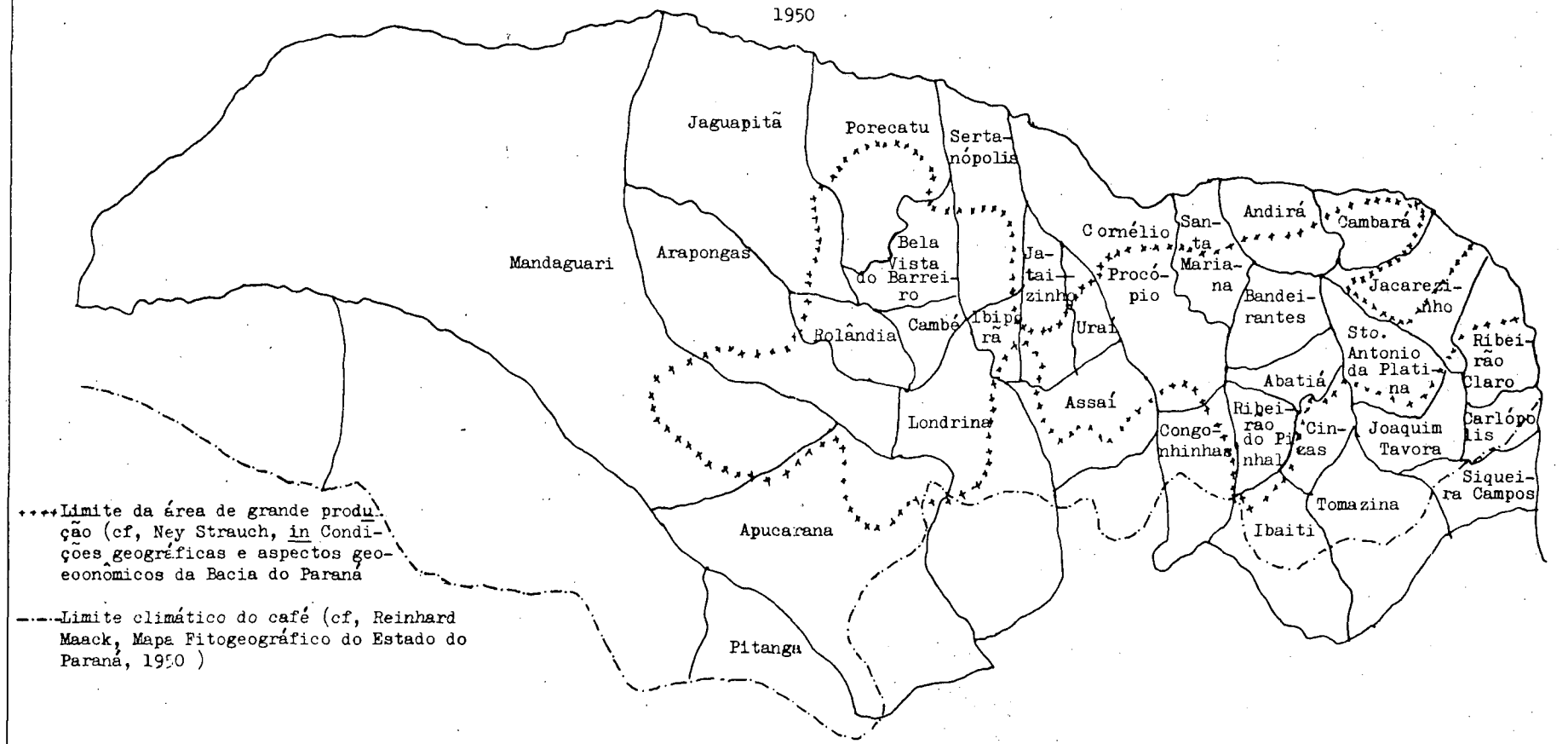
LEGENDA



Desenho do Econ. Elias C  
AGSIS

MAPA Nº 3

NORTE DO PARANÁ  
Produção do Café  
1950



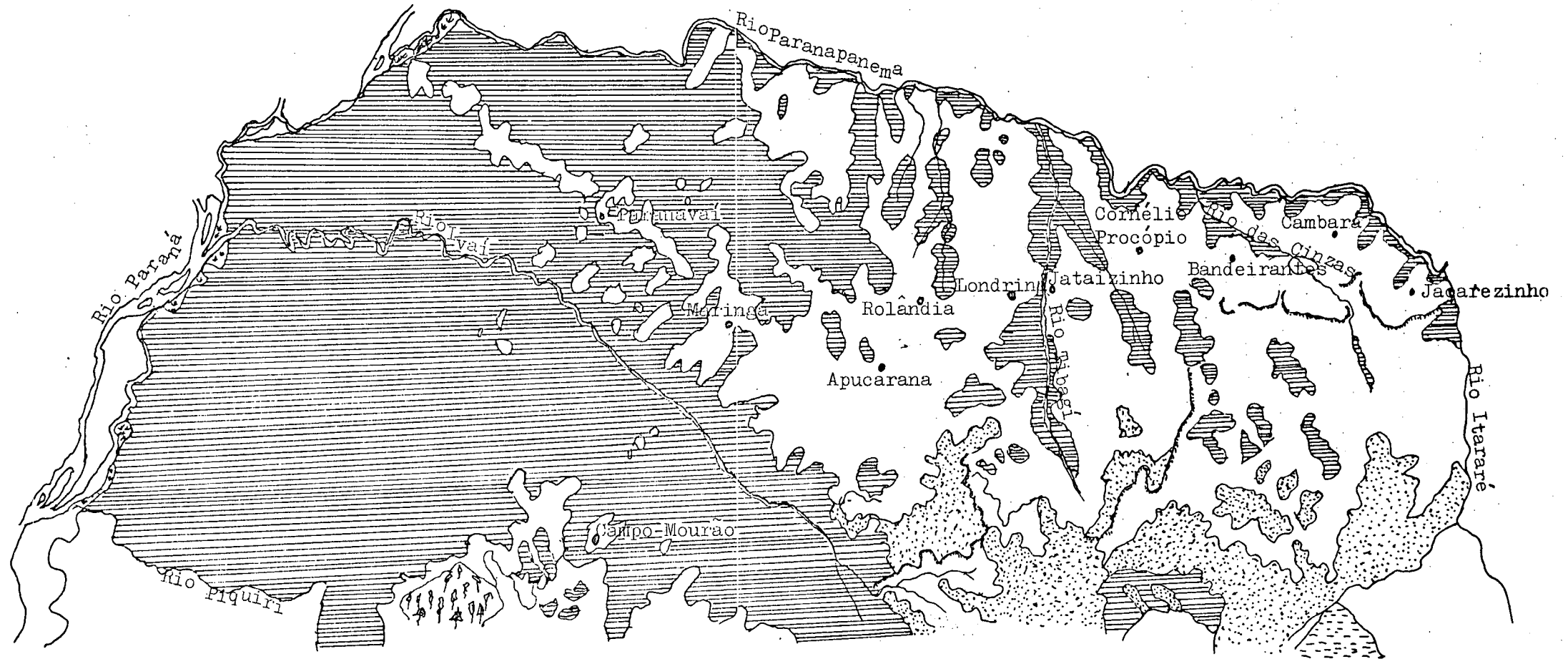
..... Limite da área de grande produção (cf, Ney Strauch, *in* Condições geográficas e aspectos geoeconômicos da Bacia do Paraná)

----- Limite climático do café (cf, Reinhard Maack, *Mapa Fitogeográfico do Estado do Paraná, 1950*)


Desenho do Econ. Elias Q. Assis


NORTE DO PARANÁ MAPA DA VEGETAÇÃO


(extraído do Mapa fitogeográfico de Reinhard Maack 1950)





LEGENDA


 Mata latifoliado.

 Mata de pinheiros

 Zona de herva-mate

 Campos-cerrados inclusos

 Pantanais

 Áreas devastadas

A região, em seu aspecto hidrográfico, é cortada pelos altos formadores do Paranapanema. Este flui no sentido leste-oeste sendo limítrofe com o Estado de São Paulo. Seus afluentes da margem direita estão orientados no sentido sudeste-noroeste e, entre esses, os mais importantes são o Cinzas e o Itararé, este último no limite oriental com o Estado paulista<sup>11</sup>. O regime desses rios está calcado no das chuvas, sendo mais comuns as cheias do fim de verão, salvo aquelas esporádicas decorrentes de excessos pluviométricos não previsíveis.

Quanto ao relevo, de maneira geral, a região faz parte do planalto meridional. Na realidade, compreende duas porções distintas:

- a) Depressão periférica - região ligeiramente deprimida, situada entre os contrafortes cristalinos do planalto atlântico a leste e os derrames basálticos a oeste, com topografia às vezes bastante entalhada, em geral colinosa, com "cuestas" mal formadas;
- b) Planalto basáltico - região de planaltos que mergulham suavemente em direção à calha do rio Paranã, cortados e dissecados pela ação dos rios da bacia superior do Paranapanema.

Depreende-se, portanto, que a diversidade de características físicas explica, em parte, a diferença apresentada pela economia do Norte do Paranã, resultando, assim, extensos trechos contínuos de cafezais predominando a paisagem humanizada, a alta valorização das terras, determinando o afluxo de capital e melhor aproveitamento das mesmas.

---

<sup>11</sup>BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no Estado do Paranã. R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 14 (4):448-449, out./dez. 1952.

## PARTE II

Ocupação da Região

Os movimentos ocupacionais do Norte do Paraná têm sido descrito por historiadores, geógrafos, sociólogos, enfim por todos os estudiosos das Ciências Humanas, como um processo ímpar na história do Brasil. É esta região considerada a "faixa ou zona pioneira brasileira"<sup>12</sup>. O que caracteriza a região como "faixa pioneira" é o processo de povoamento efetuado de maneira regular, acompanhado por uma ocupação efetiva do solo"<sup>13</sup>. Ainda, segundo WAIBEL... "nem toda ampliação territorial da área povoada rural pela expansão da agricultura é zona pioneira".

Conceitua-se numa zona pioneira como:

quando, subitamente, por uma causa qualquer, a expansão da agricultura se acelera, quando uma espécie de febre torna a população das imediações mais ou menos próximas e se inicia a afluxo de uma forte corrente humana. Em outras palavras: quando a agricultura e povoamento provocam o que os americanos denominam na sua linguagem comercial um "boom" ou "rush". Então os preços das terras elevam-se vertiginosamente, as matas são derrubadas, casas e ruas são construídas, povoados e cidades saltam da terra quase da noite para o dia e um espírito de arrojo e otimismo invade toda a população<sup>14</sup>.

Face a essa conceituação, constata-se que o Norte do Paraná é, realmente, uma zona pioneira. Isto porque, em nenhuma região do país, ocorreu um processo de povoamento e expansão da agricultura de forma tão rápida e de efeitos tão surpreendentes. E isso se verifica, tendo em vista

---

<sup>12</sup>MONBEIG, Pierre. A zona pioneira do Norte do Paraná. B. geogr., Rio de Janeiro, 25:11-12. 1945.

<sup>13</sup>BERNARDES, Lysia M.C. O problema das "frentes pioneiras" no Estado do Paraná. R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 15 (3): 375-376, jul./set. 1953.

<sup>14</sup>WAIBEL, Léo H. As zonas pioneiras do Brasil. R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 17 (4): 391-392, out./dez. 1955.

que, no espaço de, aproximadamente, quarenta anos, 1900-1940, numa área de cerca de 72.000 km<sup>2</sup>, praticamente despovoados e de densas matas virgens, apareceu mais de uma centena de cidades e com uma população que se aproximava dos dois milhões de habitantes<sup>15</sup>.

O primeiro esboço de povoamento do Norte do Estado do Paraná remonta ao século XVII, quando da instalação de Missões pelos Jesuítas espanhóis. Nesta região, as reduções tiveram vida curta, pois foram destruídas pelos bandeirantes paulistas em fins daquele mesmo século, restando, apenas, as ruínas de Vila Rica e Jesus Maria do Vale do Ivaí e as de Loreto e Santo Inácio no Vale do Paranapanema<sup>16</sup>. (mapa nº 5).

A fundação da primeira colônia no Norte do Paraná, data de 1855, quando, por ordem do governo imperial<sup>17</sup>, é criada a Colônia Militar de Jataí, à margem direita do Tibagi.

O fim dessa colônia era facilitar o envio de tropas para Mato Grosso, então seriamente ameaçado pelo ditador paraguaio<sup>18</sup>, Solano Lopes, o que seria possível, navegando o baixo Tibagi e descendo o Paranapanema. A colônia funcionou mais como aldeia de índios<sup>19</sup>. Localizada em sertão longínquo e despovoado, quase que isolada do resto da Província, não podia a colônia prosperar. Tal fato levou o Presidente da Província — José Feliciano Horta de Araújo — em seu Relatório à Assembléia Legislativa, ao seguinte relato:

---

<sup>15</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento Geral do Brasil (Paraná) - 1950. Rio de Janeiro, 1955.

<sup>16</sup> MULLER, p. 69.

<sup>17</sup> Decreto nº 751 de 2 de jan. de 1851.

<sup>18</sup> MARTINS, Romário. História do Paraná. Curitiba, Guaíra, s.d. p. 284

<sup>19</sup> PARANÁ, Sebastião. Chorographia do Paraná. Curitiba, Typ. da Livraria Econômica, 1899. p. 401.





A falta de vias de comunicação regulares, que dêem vida ao comércio, as artes e a agricultura, planta o desânimo no seio dos habitantes, e o estabelecimento longe de prosperar, definha lentamente.

A cultura do terreno, que largamente compensa o trabalho do homem e concorre para a riqueza pública, é allí posta à margem. Sem um ramo de exportação a população cuida unicamente de alcançar o strictamente indispensavel às necessidades quotidianas da vida 20.

Apesar de possuir a colônia "... solos ferteis e próprios para quaesquer tipo de cultura<sup>21</sup>, não pode alcançar nenhum progresso, ficando reduzida a um "... insignificante povoado sem vida, sem commercio, e, consequentemente incapaz de attrahir populações"<sup>22</sup>.

Os fatores que colaboraram para impedir o desenvolvimento da Colônia Militar de Jataí foram, além de sua localização, no centro de uma floresta virgem, os ataques dos índios e as péssimas condições de salubridade do local — surtos periódicos de malária. Portanto, apesar da fundação da Colônia Militar de Jataí, e dos aldeamentos de São Pedro de Alcântara e São Jerônimo, permaneceu o Norte do Paraná, até o último quarto do século passado, como sertão praticamente desconhecido e desabitado.

É na segunda metade do século XIX que tem início uma nova fase de povoamento. Desta feita, as primeiras penetrações efetuaram-se através dos cursos superior e médio do Rio Itararé, ainda na década de 1850, por fazendeiros mineiros e paulistas, que, seguindo a marcha para Oeste do café, foram atraídos pelas manchas de terra roxa. Assim, surgiram os pri-

---

<sup>20</sup> ARAUJO, José Feliciano Horta de. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa pelo Presidente de Província do Paraná ... em 15 de fevereiro de 1868. 52 p. p. 37.

<sup>21</sup> CARVALHO, Antonio Luiz Afonso de. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa pelo Presidente de Província do Paraná ... em 15 de fevereiro de 1870. 38 p. p. 12.

<sup>22</sup> LISBOA, Venancio José de Oliveira. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa pelo Presidente da Província do Paraná ... em 15 de fevereiro de 1871. 52 p. p.18.

meiros núcleos: São José da Boa Vista - ex-São José do Cristianismo (1853); Colônia Mineira - atual Siqueira Campos (1863); Tomazina (1867) e Santo Antônio da Platina (1886). A partir daí, a expansão prosseguiu para o Oeste, tendo pleno desenvolvimento até o Rio das Cinzas.

A distribuição da rede hidrográfica - correndo aqui para o Norte - impediu que essa penetração tivesse pleno desenvolvimento, pois a marcha do povoamento no sentido tradicional tende a seguir - a exemplo do Estado de São Paulo - movimentos leste-oeste<sup>23</sup>. Não encontraram os povoadores, portanto, os suaves espigões leste-oeste que em São Paulo convidam neste sentido. Entre o Itararé e o Rio das Cinzas formou-se uma população numerosa e vários núcleos urbanos surgiram. No entanto, só foi tomada de surto progressista essa região do Cinzas - quando se efetuou a ligação ferroviária Jacarezinho-Curitiba (05/10/1930)<sup>24</sup>, cujo objetivo principal era a exploração do carvão de pedra.

Sobre isso encontrou-se a seguinte referência:

Atraídos pela faixa carbonífera ali existente, paranaenses de tempera iniciaram a construção de uma estrada de ferro, que, de Guaruaçu, demandasse o rio Jacarezinho, com ramais para as cabeceiras do rio Laranjinha. A estrada tronco segue o divisor das águas dos rios Itararé e Cinzas. Atingida a região de terras, foi esquecido o principal objetivo e a onda verde do café invadiu o Paraná<sup>25</sup>.

Porém, uma pequena área compreendida entre o Rio das Cinzas e o Laranjinha, ficou à margem do progresso, sendo até hoje pouco povoada.

<sup>23</sup> BERNARDES, Nilo. p. 448.

<sup>24</sup> PARANÁ. Secretaria da Fazenda. Relatório apresentado ao Governador do Estado do Paraná, Manoel Ribas por Othon Mader em jun de 1935, no Exercício de 1934. Curitiba, s.ed., 1935. 786 p. p. 449-453.

<sup>25</sup> GUIMARÃES, Adir. Nonagésima segunda tertúlia realizada em 2 de janeiro de 1945. B. geogr., Rio de Janeiro, 23: 1716, fev. 1945.

Após a ocupação da região do Cinzas, as correntes de povoamento descobriram o planalto arenito-basáltico, cuja colonização se processou em duas fases: a mais antiga, desenvolvida nas três primeiras décadas deste século — na área compreendida entre o Rio Itararé e o Tibagi; e a mais recente — colonização — dirigida, que por iniciativa particular ou oficial, promoveu a ocupação desde o Tibagi até às barrancas do Paranã<sup>26</sup>.

A penetração populacional efetuada a Leste do Tibagi, fase mais antiga, foi uma consequência natural da expansão dos cafeicultores paulistas, que, depois da primeira onda colonizadora na região do Cinzas, investiram para essa nova região, tendo como ponto de partida — Ourinhos (SP). A frente pioneira progrediu, então, pelo Estado do Paranã e fazendas de café do tipo tradicional paulista foram sendo instaladas nas terras roxas, à margem esquerda do Paranapanema. Os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana<sup>27</sup>, atingindo Ourinhos (SP) em 1908, exercem atuação preponderante tanto para assegurar o desenvolvimento de Jacarezinho (1900) e Cambarã (1904), como para promover a penetração populacional ao Oeste em direção do Vale do Tibagi. Cambarã foi, portanto, a primeira etapa da penetração para oeste. Avançando neste sentido — Oeste, sempre pela terra roxa, a frente pioneira progrediu como uma longa faixa paralela ao Paranapanema, surgindo novos núcleos como Bandeirantes (1921) e Cornélio Procópio (1924)<sup>28</sup>. Essa penetração corresponde a um período de grande

---

<sup>26</sup> MULLER, p. 73.

<sup>27</sup> COMPANHIA Ferroviária São Paulo-Paraná. Relatório nº 19/39 apresentado à Assembleia Geral Ordinária em 26.06.1940. p.1

<sup>28</sup> ENCICLOPEDIA Brasileira dos Municípios Brasileiros, Paranã. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1960, v. 31. p. 125-126.

expansão da cultura cafeeira iniciando no Estado de São Paulo, originando um povoamento completamente diverso do que se verificou no resto do Estado. Na realidade, não se deu aí a criação de núcleos isolados, independentes uns dos outros e, sim, uma expansão contínua do povoamento. Embora possuísse a região enormes extensões de terra-roxa e apesar da grande procura que havia por elas, o avanço da faixa pioneira se processava deixando à sua retaguarda, vastas áreas desocupadas — em matas —, à espera de uma valorização maior. Caracteriza-se o avanço rápido da faixa pioneira, pela abertura de fazendas que se expandiram ao longo dos espigões e das altas encostas — próprias para o cultivo do café — ficando os fundos dos vales — sem valor imediato para a cultura do café — cobertos de matas, sendo estas, mais tarde, derrubadas para a ocupação com outras culturas ou a criação de gado<sup>29</sup>.

Em uma dessas áreas desocupadas, que ficariam à retaguarda da frente pioneira, foi fundada em 1931, a colônia de Assaí, pertencente à Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda., companhia formada com capitais japoneses e dirigida por japoneses. Seguiu a colônia japonesa de Assaí os moldes característicos da colonização orientada: loteamentos feitos em pequenas parcelas e os proprietários devidamente orientados por agrônomos<sup>30</sup>. Assim, desenvolvendo, na área da colônia, a policultura, embora também fosse grande produtoras de café, Assaí teve rápido êxito.

Apesar da relativa rapidez com que se processou o povoamento do leste do Tibagi, essa expansão não se fez com a mesma intensidade que a verificada mais tarde ao oeste deste rio. Assim, em 1920, a frente pioneira

---

<sup>29</sup>BERNARDES, Lysia M.C., p. 359.

<sup>30</sup>Ibid., p. 361.

ra ainda estava junto ao rio Cinzas, pouco além de Cambará. Em 1925 a linha férrea da Sorocabana atinge Cambará, que permanecendo estacionada por vários anos<sup>31</sup>, levou os povoadores a avançarem com certa precaução rumo ao sertão, temerosos de se distanciarem demasiado da ferrovia. Paralelamente à ocupação dessa área, tinha início o povoamento ao oeste do Tibagi. Essa primeira penetração — para oeste do Tibagi —, foi efetuada dentro dos moldes da colonização dirigida. Com a concessão do governo do Estado de duas glebas de, aproximadamente, 50.000 hectares, a particulares: Corain & Cia. e Leopoldo Paula Vieira, e a colonização projetada e realizada por estes últimos, resultou no rápido povoamento daquelas áreas. A colônia 1ª de Maio resultou da concessão feita à Corain & Cia., localizada à margem esquerda do Tibagi, entre o Paranapanema e o ribeirão Biguá; a colônia Sertanópolis da concessão feita à Leopoldo Paula Vieira em terras que iam do ribeirão Biguá ao norte até o divisor de água dos Rios Cágados e Abóboras — também afluentes do Tibagi. A fundação dessas colônias reveste-se de grande importância, pois marcará nova frente pioneira que, independente de Ourinhos, servirá de base à continuação da penetração de Leste para Oeste. O loteamento processado nas duas colônias caracterizou-se pelo estabelecimento de pequenas e médias propriedades. Esse sistema aí aplicado — pequenas e médias propriedades — está ligado às condições de clima e relevo, uma vez que não se dispunha aí de largos espigões para o estabelecimento de grandes fazendas e o relevo, bastante rebaixado, devido à proximidade dos grandes va-

---

<sup>31</sup>A interrupção dos trabalhos da Sorocabana - São Paulo - Paraná (1923), em julho de 1924 foi motivada pelo movimento revolucionário de São Paulo. A paralisação de 1925 a 1928, pela escassez de capitais nacionais e dificuldades financeiras daí decorrentes. Relatório nº 19/39 da Cia. Ferroviária São Paulo - Paraná para a Assembleia Geral Ordinária de 26.06.1940. p. 2.

les do Tibagi e Paranapanema, impedia a monocultura cafeeira<sup>32</sup>.

No ano de 1929, por ocasião da grande crise, a faixa pioneira já atingia o vale do Tibagi e, apesar da crise, um novo e grandioso surto apodera-se do Norte do Paraná. O interesse particular que ia cada vez mais voltando-se para esta região, intensificou-se, sobretudo após os trabalhos de loteamentos da Companhia de Terras Norte do Paraná. A colonização intensiva, além do Tibagi, em moldes modernos, foi obra da Companhia de Terras do Norte do Paraná, então denominada Paraná Plantation Co<sup>33</sup>. Ao adquirir do governo estadual uma gleba de 515.000 alqueires paulistas (12.643 km<sup>2</sup>), tinha a Paraná Plantation Limited Company, intenção de explorá-la, mas as viagens de reconhecimento à região, levaram aqueles empresários a alterar seus planos iniciais, estabelecendo, então, um empreendimento comercial e financeiro. Para esse fim fundaram-se duas companhias: A São Paulo-Paraná que se comprometia a prolongar para oeste a estrada de ferro a partir de Cambará e a Companhia de Terras do Norte do Paraná, de finalidade imobiliária.

Na extensão dos trilhos da São Paulo-Paraná, para o oeste, onde em 1935 já atingira Londrina — primeira cidade formada além do Tibagi—, foram surgindo novos povoados e, na zona de Bandeirantes e Cornélio Procópio, o povoamento ativou-se. A qualidade das terras, aliada ao clima e relevo próprios para a lavoura cafeeira, favoreceram grandemente a Companhia de Terras Norte do Paraná nesse seu empreendimento colonizador. De grande êxito, a colonização promovida pela Companhia de Terras Norte do Paraná é caracterizada pelo regime de pequenas e médias propriedades,

---

<sup>32</sup>BERNARDES, Lysia, M.C. p. 364

<sup>33</sup>BERNARDES, Nilo, p. 449

motivada, talvez, pela grande crise cafeeira que atingia na época, o Estado de São Paulo<sup>34</sup>.

Tanto a colonização promovida nos últimos trinta anos, por particulares, como também, as mais recentes, pelo Estado, transformaram o Norte do Paraná em uma das regiões mais prósperas do Estado<sup>35</sup>. (mapa nº 6).

Para efeitos administrativos<sup>36</sup> encontra-se o Norte do Paraná subdividido em três regiões: (mapa 7, 8).

Norte Pioneiro (Velho);

Norte Novo;

Norte Novíssimo.

O critério adotado para esta subdivisão, como se pode ver, partiu da ocupação mais antiga para a mais recente. Assim, a primeira teve seu início em meados do século passado, é área cujo principal produto continua a ser o café, apesar da presença de outras lavouras e da expansão de pecuária de corte.

Já o Norte Novo teve seu desenvolvimento a partir da década de 40 e é área de policultura de forte dinamismo. O Norte Novíssimo de ocupação mais recente, também desenvolve em sua área a policultura.

#### b) O Norte Pioneiro (Velho) do Paraná

O Norte Pioneiro é assim cognominado e conhecido em virtude de estarem bem delimitadas as fases de povoamento e colonização do norte pa-

---

<sup>34</sup>BERNARDES, Lysia M.C. p. 366








<sup>35</sup>Ibid., p. 371

<sup>36</sup>FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1970, VIII, Paraná, Rio de Janeiro, IBGE, 1971. p. 15.

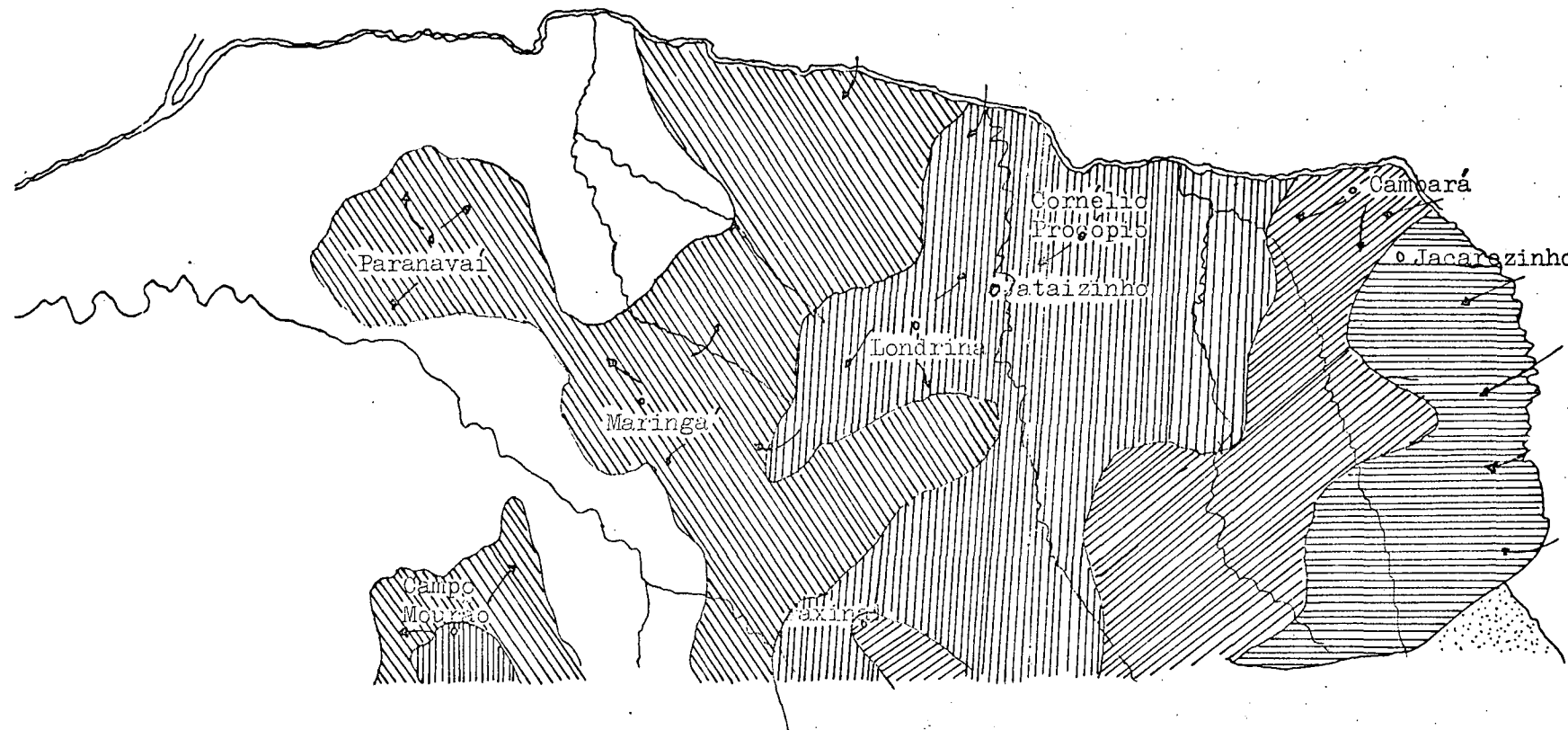
MAPA Nº 6

EXPANSÃO DO POVOAMENTO DO NORTE DO PARANÁ  
( extraído de Nilo Bernardes )

LEGENDA

-  Até 1850
-  De 1850 a 1900
-  De 1900 a 1920
-  De 1920 a 1940
-  De 1940 a 1950
-  Área não povoada
-  Direção do povoamento

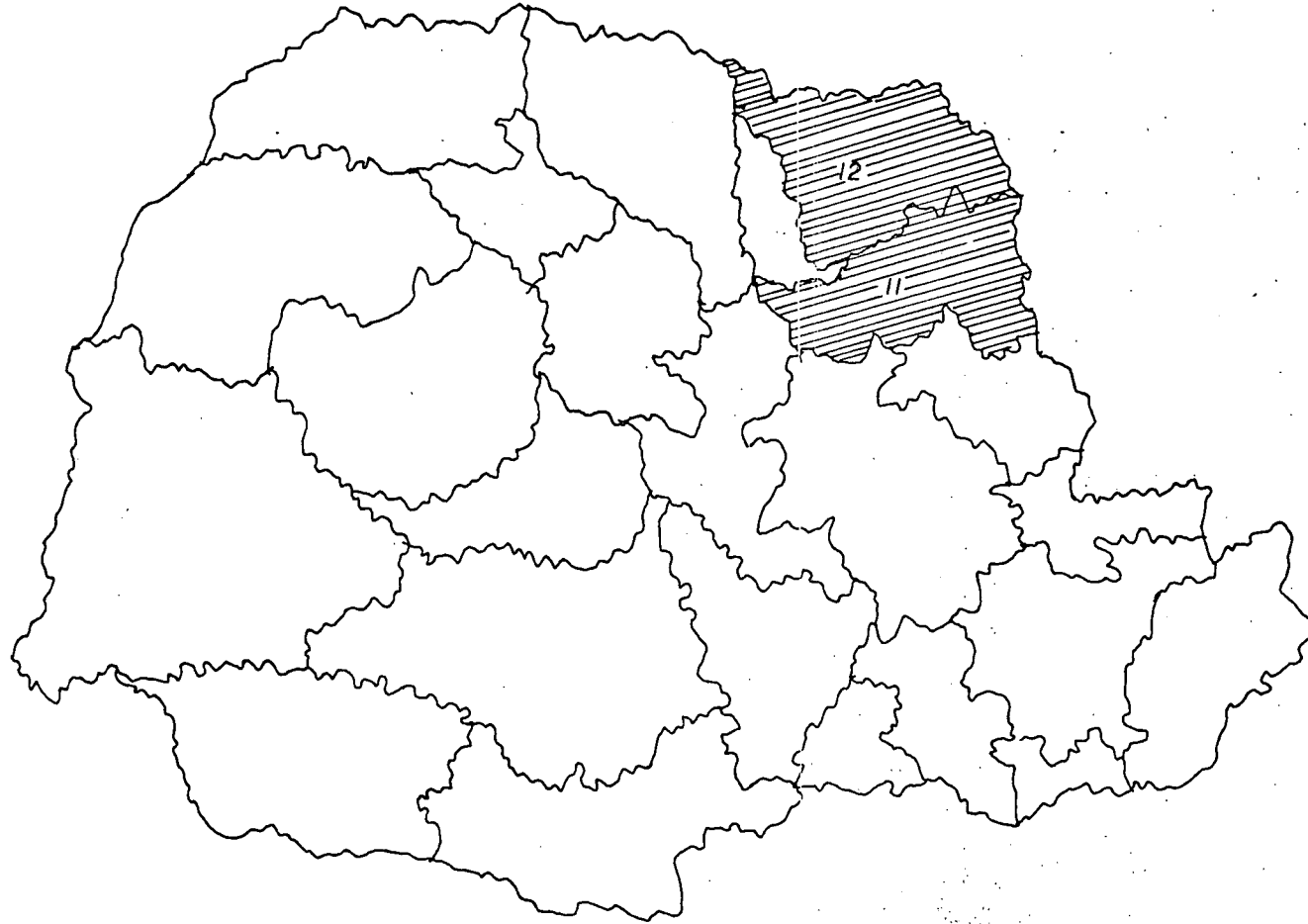
ESCALA  
0 10 20 30 40 50





MAPA Nº 7

ESTADO DO PARANÁ  
MICRO - REGIÕES HOMOGÊNEAS

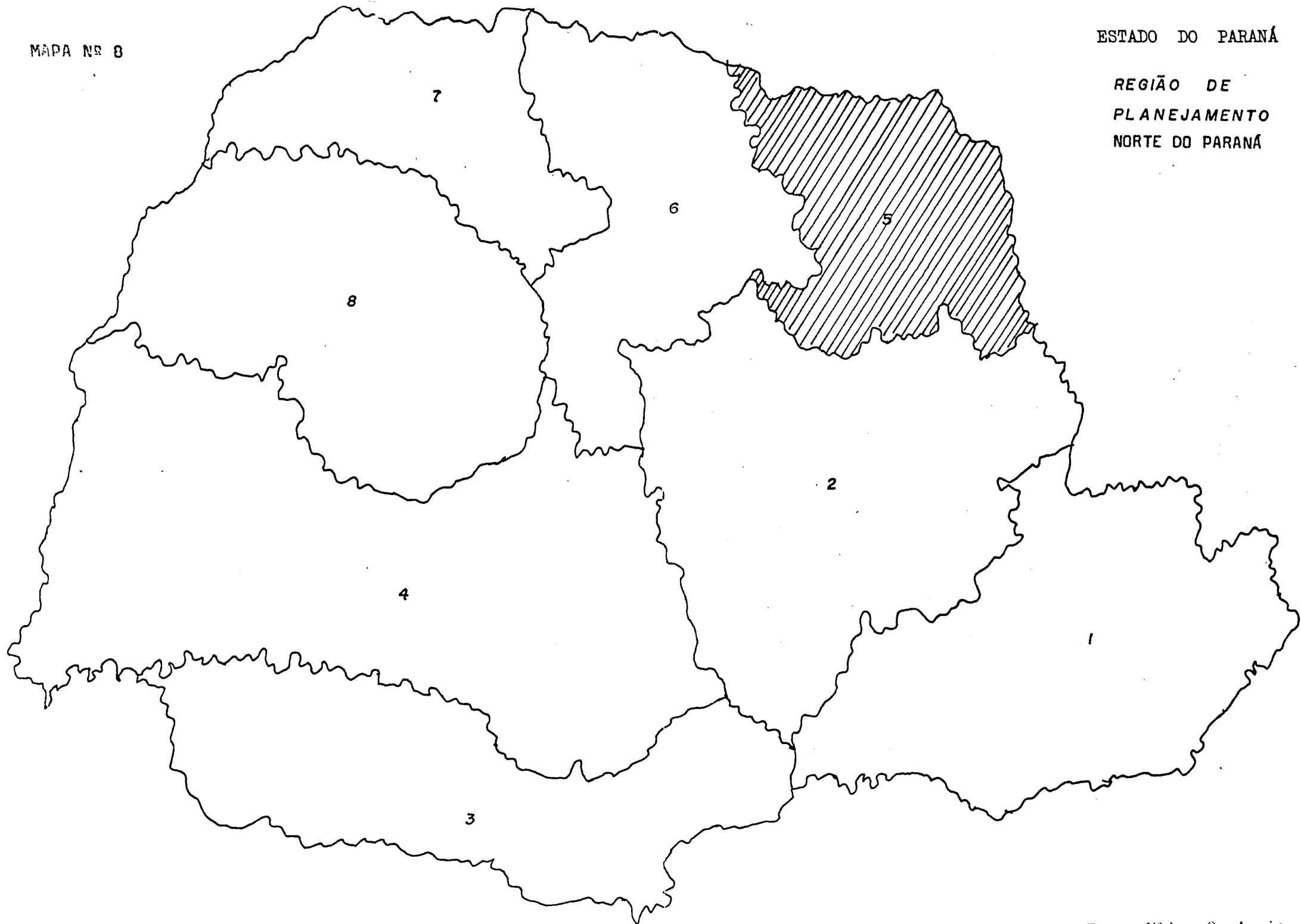


Desenho Econ. Elias Quirilos Assis

MAPA Nº 8

ESTADO DO PARANÁ

REGIÃO DE  
PLANEJAMENTO  
NORTE DO PARANÁ



Desenho do Econ. Elias Q. Assis

ranaense. Assim, constitui essa região a fase mais antiga e mais produtiva do processo de ocupação efetuado até então no Norte do Estado<sup>37</sup>.

O processo de povoamento desta área teve início em meados do século, sendo realizado pela iniciativa de particulares, que, de modo espontâneo e forma lenta, atingiam a região. Porém, somente a partir do início do século XX, a penetração do povoamento se processa com mais intensidade e de forma regular<sup>38</sup>.

Os primeiros provedores atingiram esta região já em 1848. Eram mineiros que adquiriram terras através de compra, à margem esquerda do Jaguariaíva e à direita do Rio São José — na então 5.<sup>a</sup> Comarca de São Paulo. Em pouco tempo, formaram ali o primeiro núcleo populacional — São José da Boa Vista (1853). A constante penetração que se efetivava naquela área — através dos cursos superior e médio do Itararé — faz com que em 1872, quando do 1.<sup>o</sup> Recenseamento Geral do Império, eles somassem num total de 3.572 habitantes<sup>39</sup>.

São José da Boa Vista, pela Lei provincial nº 421, de 29/03/1875, tornou-se sede do Distrito Judiciário. Pela Lei Provincial nº 448 de 24/03/1876 foi elevada à categoria de Município. A criação do termo deu-se em 1879, e um ano depois tornou-se Comarca. Esta última, porém, foi suprimida pela Lei nº 717 de 09/12/1882. Em 02/11/1889 pela Lei nº 968 foi novamente elevada à categoria de Comarca. E, pela Lei Estadual nº 246 de 24/12/1897 foi elevada à categoria de cidade<sup>40</sup>.

---

<sup>37</sup>MULLER, p. 78.

<sup>38</sup>BALHANA, Altiva Pilatti et alii. Norte do Paraná. In: HISTÓRIA do Paraná. Curitiba, Grafipar, 1969. 4 V. - V.1 p. 213.

<sup>39</sup>ENCICLOPÉDIA ... p. 523.

<sup>40</sup>Ibid.

Com o desbravamento, o surpreendente desenvolvimento econômico e o povoamento dos sertões do Norte do Paraná, foram sendo criados novos municípios, cujos territórios eram desmembrados da Comarca de São José da Boa Vista. Esta última, então, começou a perder o vigor de outrora, entrando, posteriormente, em declínio<sup>41</sup>.

Quase simultaneamente ao aparecimento do núcleo de São José da Boa Vista, ocorre o de Colônia Mineira (1863) e de Tomazina (1865).

A primeira penetração efetuada na área de Colônia Mineira, data de 1843<sup>42</sup>, no entanto, somente duas décadas depois — 1863 — é que se forma ali um pequeno povoado. Povoada quase que exclusivamente por mineiros — o próprio nome diz — Colônia Mineira, torna-se Município pela Lei Estadual nº 1913, de 23/02/1920 e tem seu nome mudado para Siqueira Campos, em 1930.

As origens do atual município de Tomazina remonta ao ano de 1865. Naquele ano, afluiu ao local outra leva de mineiros, que, atraídos pela exuberância das terras vizinhas ao rio Itararé, adquiriram enorme extensão de terras, situadas às margens direita e esquerda do Rio Cinzas<sup>43</sup>. Tomazina progride rapidamente, chegando à categoria de Município em 8 de maio de 1889, pela Lei nº 322, dando-se a instalação a 7 de novembro de 1890. Judiciariamente, ficou subordinada à Comarca de São José da Boa Vista<sup>44</sup>.

---

<sup>41</sup>Ibid., p. 524

<sup>42</sup>Ibid., p. 492

<sup>43</sup>PARANÁ, Sebastião, p. 726

<sup>44</sup>ENCICLOPÉDIA ... p. 513

À época de sua instalação possuía o município a área de 6.050 km<sup>2</sup>, aproximadamente. Mas, em virtude do grande desenvolvimento ocorrido e da evolução do Norte paranaense, o território municipal sofreu vários desmembramentos, ficando essa área reduzida, atualmente, a apenas 538 km<sup>2</sup>.<sup>45</sup>

Assim, foram desmembrados de Tomazina os seguintes distritos, elevados a Municípios autônomos:

Jacarezinho, em 1900;

Colônia Mineira - atual Siqueira Campos, em 1920;

Venceslau Brás, em 1934;

Ibaiti, em 1947;

Pinhalão, Japira e Jaboti, em 1952.

A qualidade excepcional das terras, fartamente drenadas pelos rios Paranapanema, Tibagi, Cinzas e Laranjinhas, aliada a outros fatores físicos (clima, relevo) e às expectativas econômicas, exerceram tal influência que a região foi, aos poucos, tornando-se pólo de atração de paulistas, mineiros, fluminenses e outros. Consequentemente, ainda no século passado, apareceram aí vários núcleos populacionais:

- São José da Boa Vista, em 1853;

- Colônia Mineira - Atual Siqueira Campos, em 1863;

- Tomazina, em 1865;

- Ribeirão Claro, ex-Espírito Santo do Itararé, em 1875;

- Jacarezinho, ex-Nova Alcântara, em 1888;

- Santo Antônio da Platina, em 1890;

- Carlópolis, ex-Jaboticabal, em 1900.

---

<sup>45</sup> Ibid.

No século XX, ocorreu um contínuo processo de ocupação, aparecendo, então, novos e importantes núcleos:

- Cambarã, em 1904;
- Ibaiti, em 1909;
- Quatiguá, em 1909;
- Joaquim Távora, em 1915;
- Jundiá do Sul, em 1971;
- Bandeirantes, em 1921;
- Cornélio Procópio, em 1924;
- Ribeirão do Pinhal, em 1924;
- Andirá, em 1927;
- Santa Mariana, em 1934.

Esses núcleos se tornaram municípios autônomos sendo eles que, até a data do Recenseamento de 1950, compõem o quadro Municipal da região do Norte Pioneiro do Paraná. (anexo nº 1).

A fronteira agrícola que se processou nessa região, levando, para ali, forte contingente populacional, está presa a vários fatores. Entre eles merecem destaque:

- perecimento da riqueza da terra nas áreas tradicionais<sup>46</sup>;
- a marcha do café, que do oeste paulista atravessou fronteiras atingindo terras paranaenses;
- grandes disponibilidades de terra virgem, riqueza aparente do solo e baixo preço das terras<sup>47</sup>;

---

<sup>46</sup> TAUNAY, Alfredo E. História do Café no Brasil - República - 1927-37. Rio de Janeiro, Dep. Nac. do Café, 1943, V. 15, t. 3, p. 78.

<sup>47</sup> BALHANA ... p. 213.

- inexistência, no Estado do Paraná, de medidas restritivas ao plantio do café<sup>48</sup>.

A expansão da cultura cafeeira no Norte do Paraná, numa época áurea de exportação do produto, altamente rentável, atraiu novos lavradores, que se instalaram, então, entre Ourinhos (SP) e Cambará, mas a precariedade dos meios de transporte para escoar a mercadoria exportada principalmente pelo Porto de Santos, levou à perda grande parte das safras. Tal situação, ocasionou a preocupação pela construção de rodovias e ferrovias que ligassem a Região Norte paranaense a São Paulo. Neste mesmo tempo, iniciaram-se os estudos para a conexão ferroviária com a Sorocabana, cujos trilhos já haviam atingido Ourinhos (SP), (1908).

Um grupo de fazendeiros paulistas estabelecidos na região do Norte do Paraná, constituiu-se em Sociedade Anônima e mediante a concessão do Estado, pelo Decreto nº 896 de 02/08/1920, puderam dar início à construção de uma via férrea que, partindo da margem esquerda do rio Paranapanema, atingiria Ourinhos. E pelo Decreto nº 3.536 de 25/11/1922 do Estado de São Paulo, obtiveram a concessão para construir a linha férrea de Ourinhos (Sorocabana) ao Porto de Itaipava, às margens do Rio Paranapanema.

O primeiro trecho aberto ao tráfego público era de 22 km, até a estação Leoflora, em junho de 1924. Mas, em virtude do movimento revolucionário de São Paulo (julho 1924), os trabalhos foram paralisados e só reiniciados em janeiro de 1925 e, já em agosto desse ano, a estação de Cambará era aberta ao tráfego público.

---

<sup>48</sup>Ibid, p. 214.

A companhia que, inicialmente se denominou "Nordeste do Paraná", teve sua denominação mudada para São Paulo-Paraná, em março de 1923 e é com esta denominação que a Paraná Plantation Limited a adquire entre 1928/29, quando ainda os trilhos permaneciam no km 30 Cambará<sup>49</sup>, (Anexo nº 2). Reorganizada a São Paulo-Paraná, sob os auspícios da Companhia de Terras Norte do Paraná, foram os trabalhos de extensão dos trilhos reiniciados em 1929. Assim, a linha férrea chegou:

- a Ingá - quilômetro 58, em março de 1930;
- a Bandeirantes - quilômetro 82, em dezembro de 1930;
- a Cornélio Procópio - quilômetro 125, em 1931;
- a Jataí - quilômetro 185, em maio de 1932.

"à medida que a linha avançava, os homens seguiam os trilhos, passando os ranchos dos trabalhadores da linha para vagões sem rodas estabelecidos sobre pilastras de tijolos e, por fim, aos arranchamentos das cidades nascentes: Bandeirantes e Cornélio Procópio, por exemplo"<sup>50</sup>.

Os dados dos quadros abaixo refletem a participação que teve a estrada de ferro nos progressos alcançados pela região.

Quanto ao número de viajantes que utilizaram a linha férrea foi o seguinte:

1931	68.086
1932	50.958 - Revolução de 1932 - suspenso o tráfego por três meses;
1933	99.401
1934	111.707

<sup>49</sup> CIA FERROV. SÃO PAULO-PARANÁ. p. 1-2.

<sup>50</sup> MONBEIG, p. 16



O tráfego de mercadorias desenvolveu-se também de modo representativo<sup>51</sup>, conforme demonstra o quadro abaixo.

QUADRO Nº 1

## TRÁFEGO DE MERCADORIAS POR LINHA FÉRREA - 1931-1934

PRODUTOS (toneladas)	ANOS			
	1931	1932	1933	1934
Arroz	732	632	929	733
Trigo	820	582	945	1.352
Açúcar	755	558	664	983
Algodão	5	10	210	1.798
Milho	9.593	6.634	15.439	14.548
Café	1.946	1.543	3.480	6.899
Feijão	2.039	1.371	1.365	3.236
Madeira	422	867	6.903	10.745
Porcos	940	3.498	8.590	15.435

<sup>51</sup> Ibid.

QUADRO Nº 2

Demonstração da arrecadação bruta total das estações nos últimos cinco anos de exploração, até 31-XII-33

Estações	km	1929	1930*	1931	1932*	1932
		30 km	125 km	125 km	184 km	184 km
Ourinhos	-	93:984\$700	44:482\$200	126:360\$100	105:309\$800	162:633\$700
Munhoz	15	20:840\$250	22:857\$800	11:330\$300	8:498\$500	13:230\$200
Leoflora	21	67:252\$150	40:416\$700	49:819\$300	17:288\$500	27:696\$600
Cambarã	30	1.501:606\$350	906:170\$600	450:466\$800	344:686\$900	505:340\$300
Meireles	41	-	7:255\$000	13:288\$500	9:280\$100	17:113\$300
Ingã	58	-	158:832\$900	103:004\$600	77:577\$200	139:102\$600
Bandeirantes	82	-	69:816\$100	153:425\$000	100:933\$100	140:586\$400
Santa Mariana	108	-	8:409\$300	22:612\$900	20:829\$700	51:525\$300
Cornélio Procópio	125	-	21:137\$500	898:714\$900	249:332\$600	201:269\$600
Congonhas	143	-	-	-	5:652\$700	19:449\$200
Frei Timóteo	176	-	-	-	21:274\$600	54:569\$700
Jataí	184	-	-	-	175:221\$800	272:962\$200
Londrina	209	-	-	-	-	395:196\$300
Totais		1.683:683\$450	1.279:378\$100	1.829:022\$400	1.135:885\$500	2.009:675\$400

FONTE: PARANÁ. Secretaria da Fazenda e Obras Públicas. Relatório apresentado ao Governador do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Dr. Manoel Ribas - 1934. Curitiba, Jun. 1935. p. 395.

\* Observa-se que os anos de 1930 e 1932, registram declínios, os quais se justificam pela paralização temporária (meses) do tráfego, em função das Revoluções respectivas - 1930-1932.

A produção dominante do café nos primeiros anos é devida à existência de plantações, já em franca produção, situadas entre Ourinhos e Cambara quando da abertura ao tráfego da linha férrea. A diferença entre os anos de 1933-34, corresponde ao aparecimento no mercado das colheitas dos cafezais novos de Santa Mariana e outras localidades.

A atuação das vias de comunicação — no caso, a linha férrea — foi de vital importância para o desenvolvimento econômico da região "... mas limitar a ação da estrada de ferro à esfera econômica, situá-la — por assim dizer — como posterior ao povoamento, faria negligenciar um dos aspectos clássicos do trilho como agente de povoamento<sup>52</sup>.

Nesse processo ocupacional de paulistas, mineiros e outros, poucos são os casos relativos à posse ilegal da terra<sup>53</sup> no Norte Pioneiro (Velho) do Paraná.

A década posterior, a de 50, traz ao Norte Pioneiro do Paraná novos contingentes populacionais, novos desmembramentos e, conseqüentemente, novos centros urbanos, duplicando o número de municípios até então existentes (quadro demonstrativo nº 1), (mapas nºs 9 a 17) (Anexo nº 3).

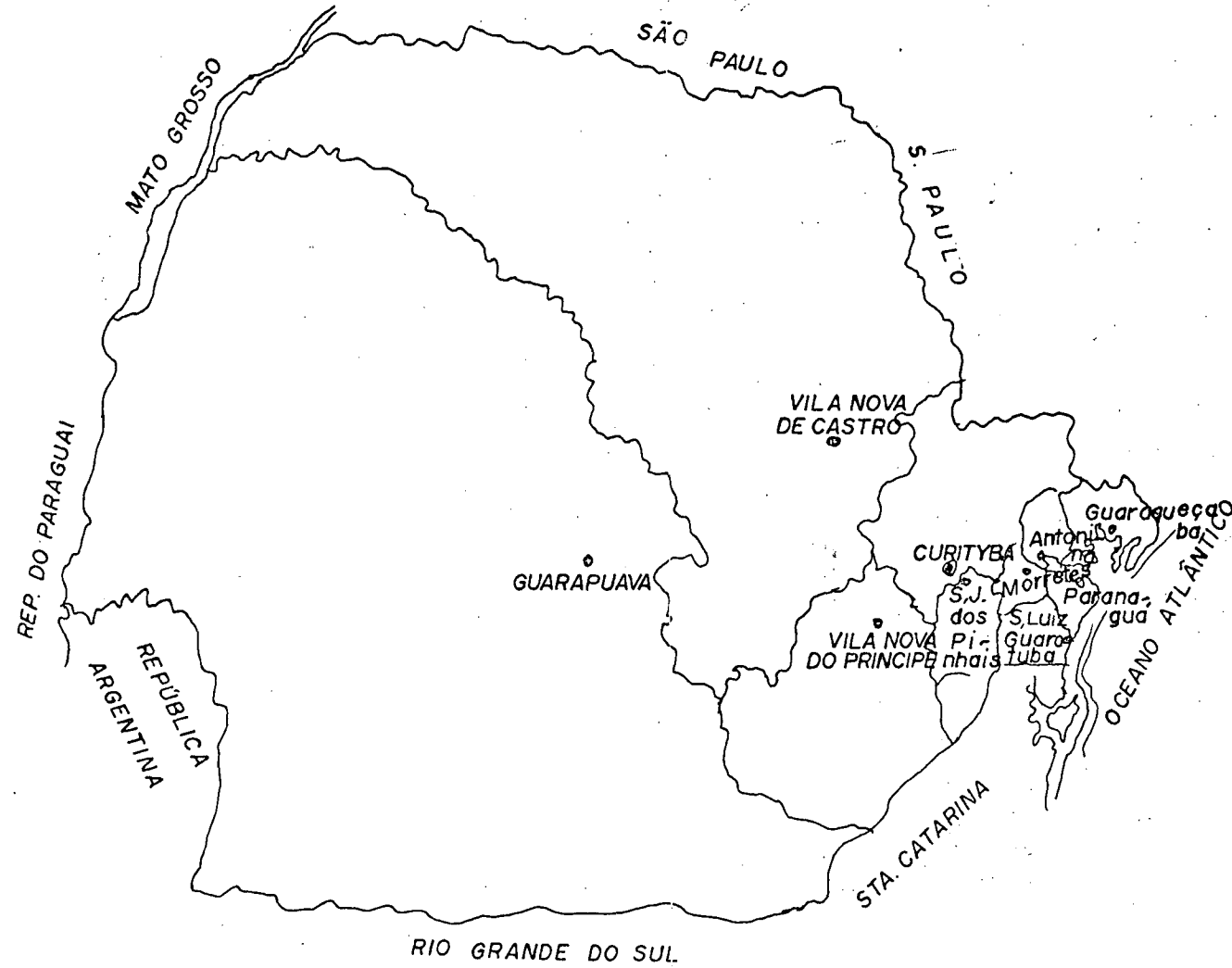
10-818

---

<sup>52</sup> Ibid.

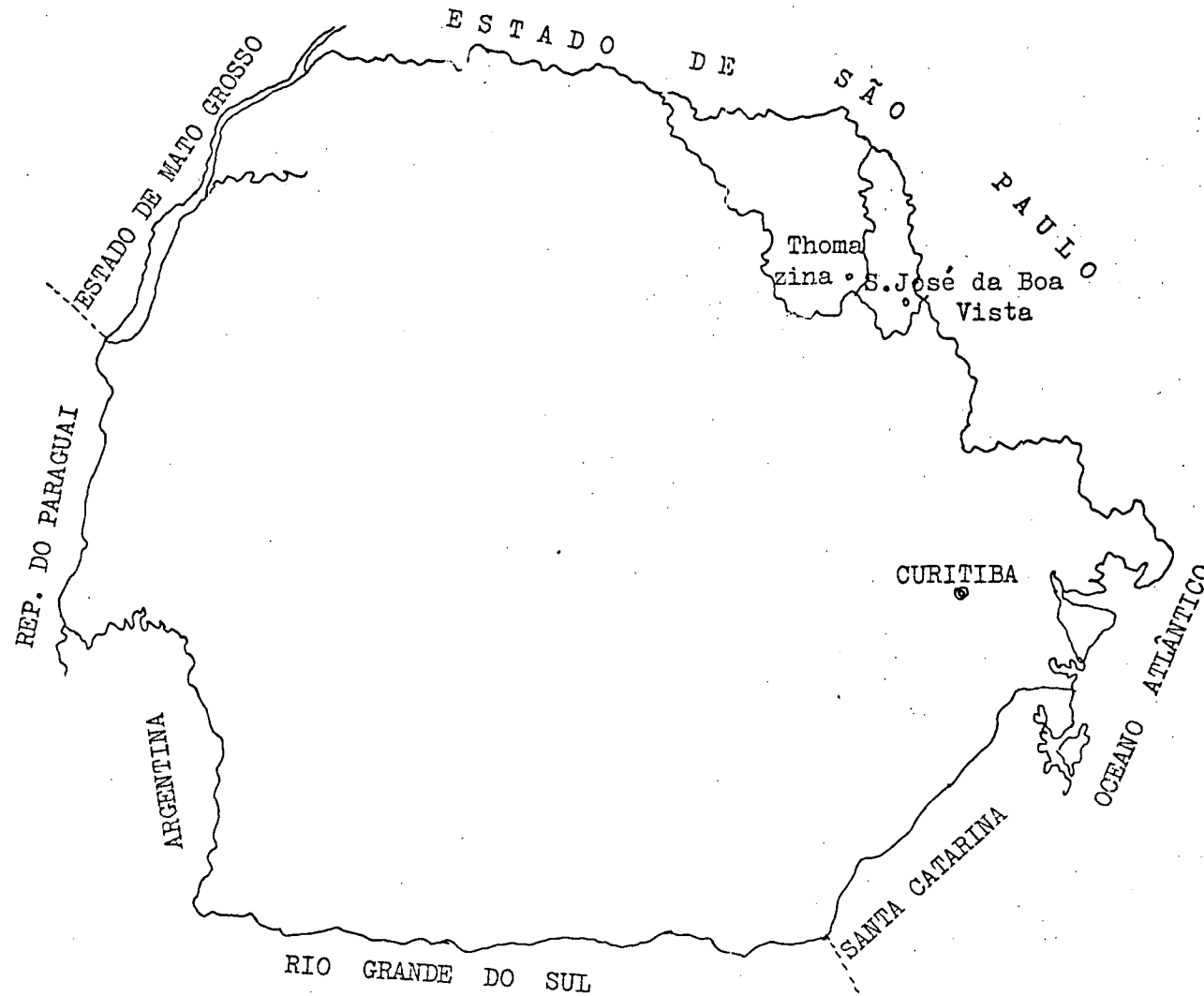
<sup>53</sup> BALHANA, Altiva Pilatti et alii. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. B. Univ. Fed. do Paraná. (7):24.





MAPA Nº 11

ESTADO DO PARANÁ  
1889  
Divisão Administrativa



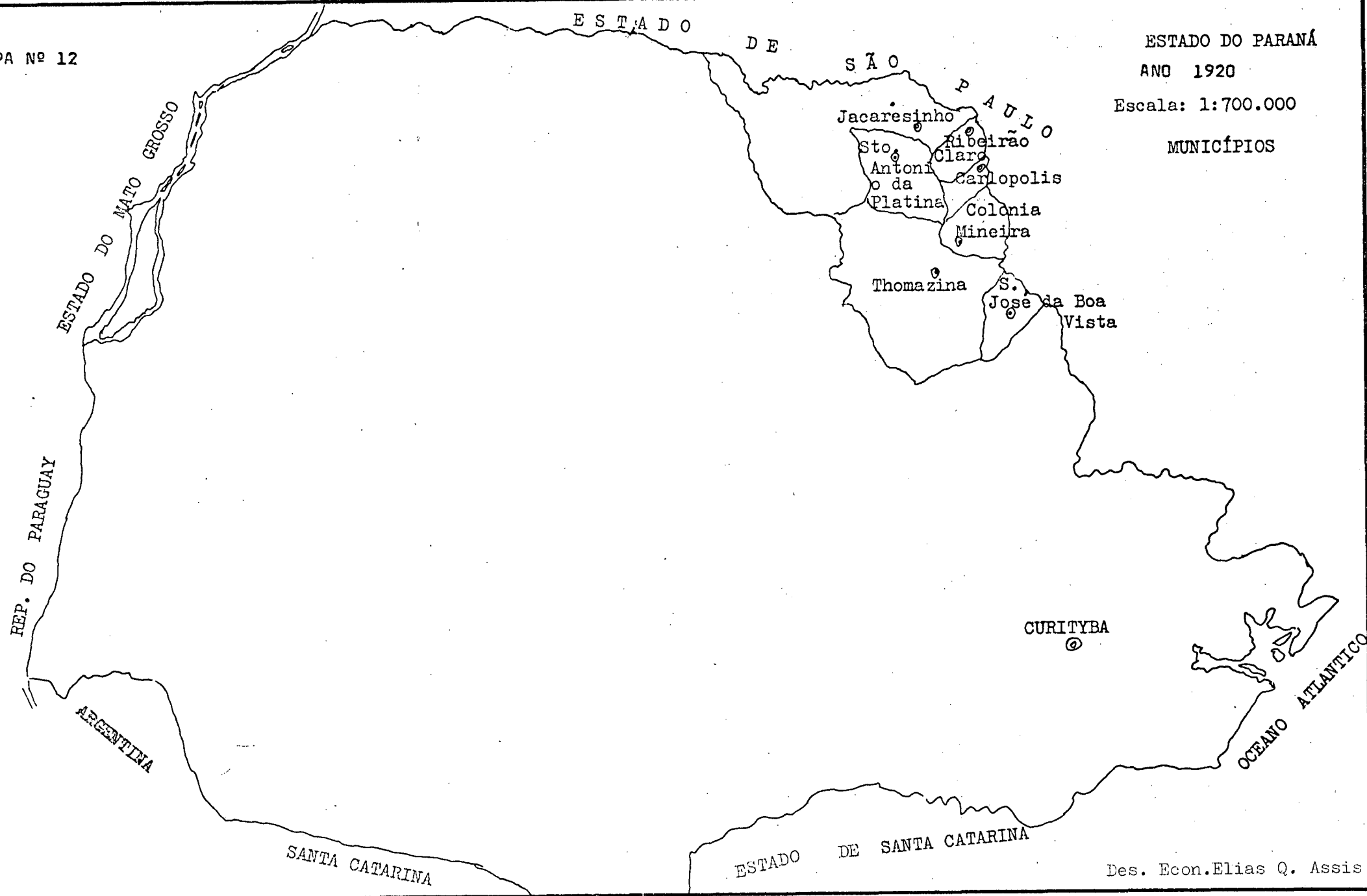
Desenho Econ. Elias Q. Assis

MAPA Nº 12

ESTADO DO PARANÁ  
ANO 1920

Escala: 1:700.000

MUNICÍPIOS



Des. Econ. Elias Q. Assis

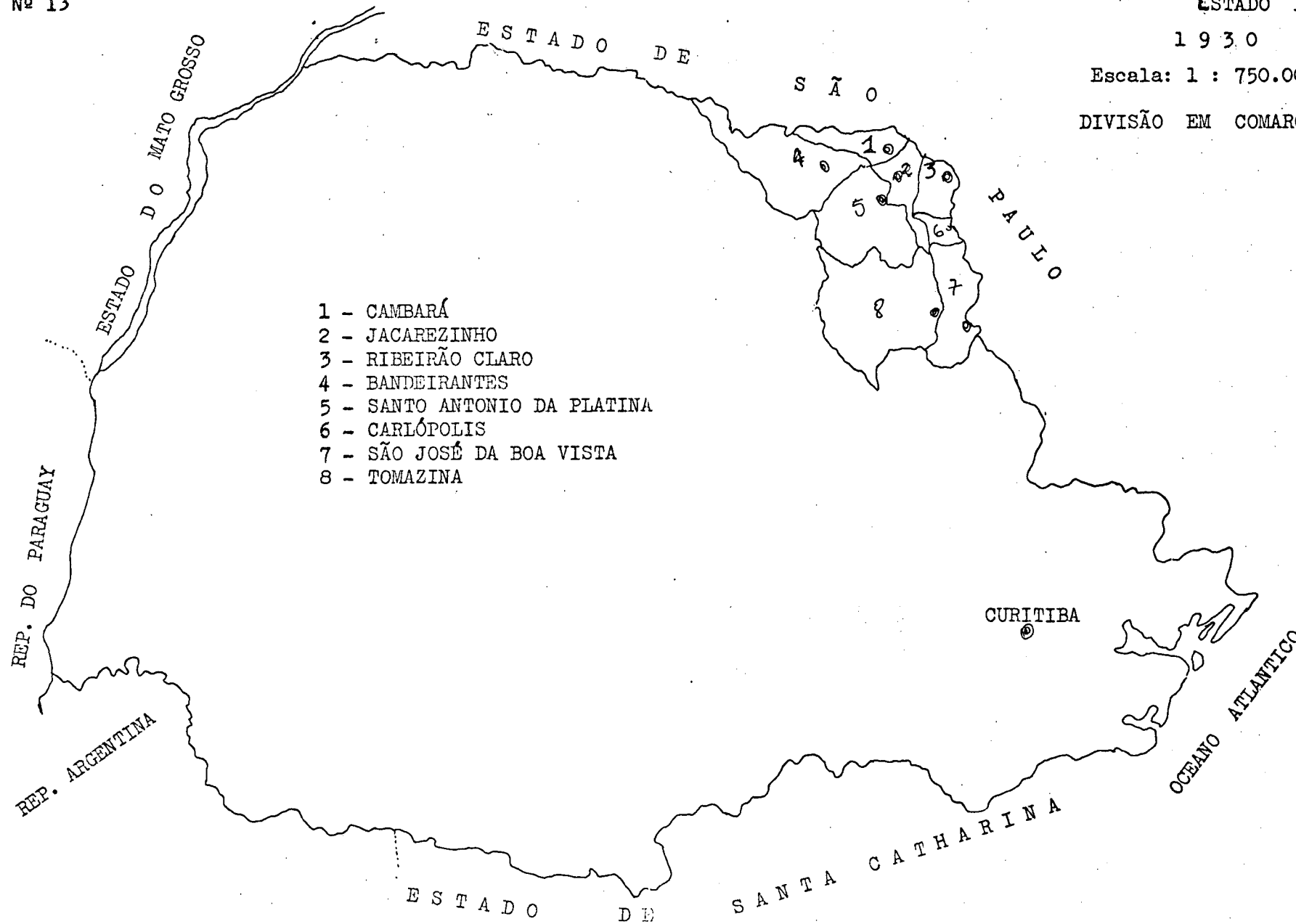
MAPA Nº 13

ESTADO DO PARANÁ

1930

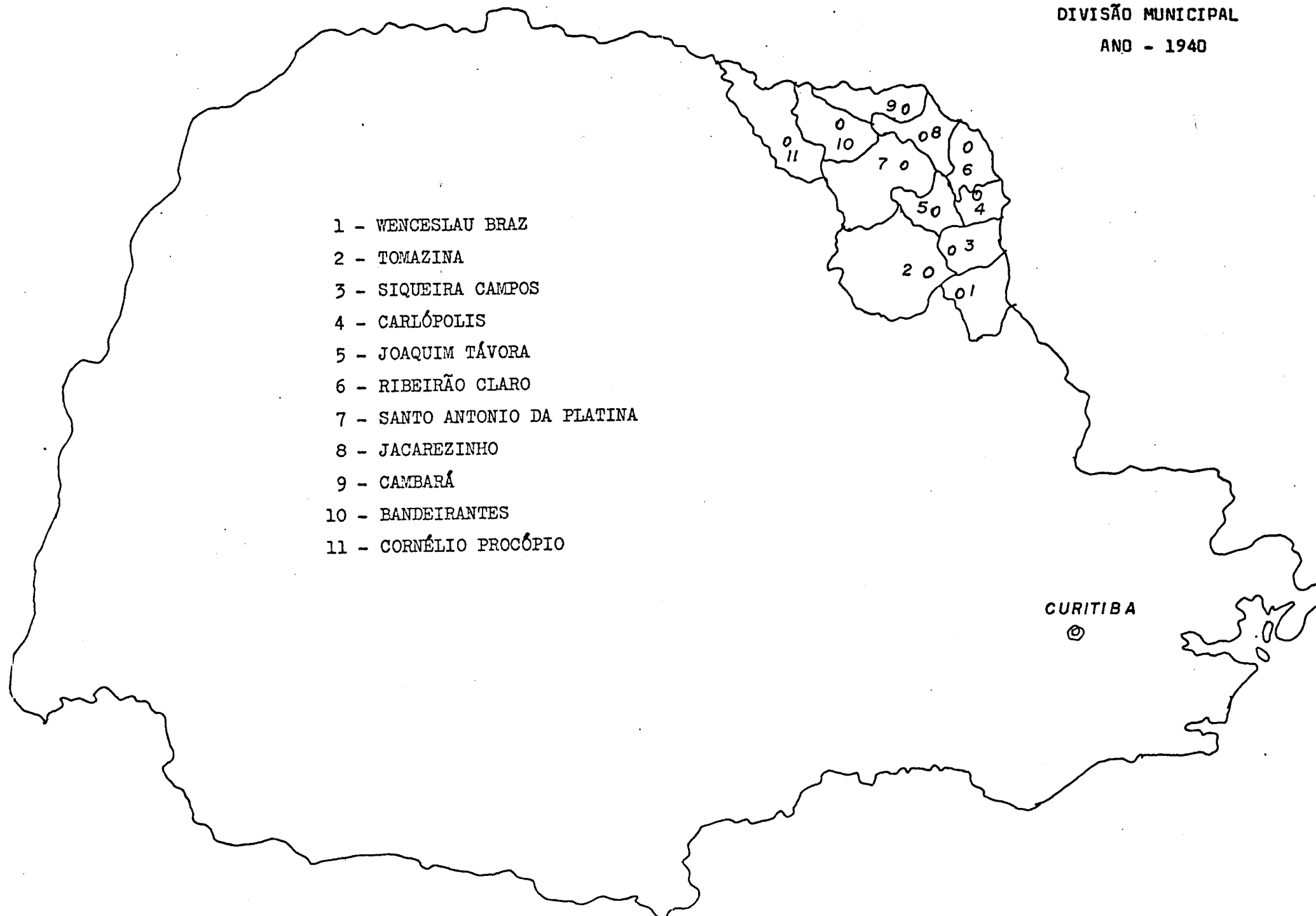
Escala: 1 : 750.000

DIVISÃO EM COMARCAS



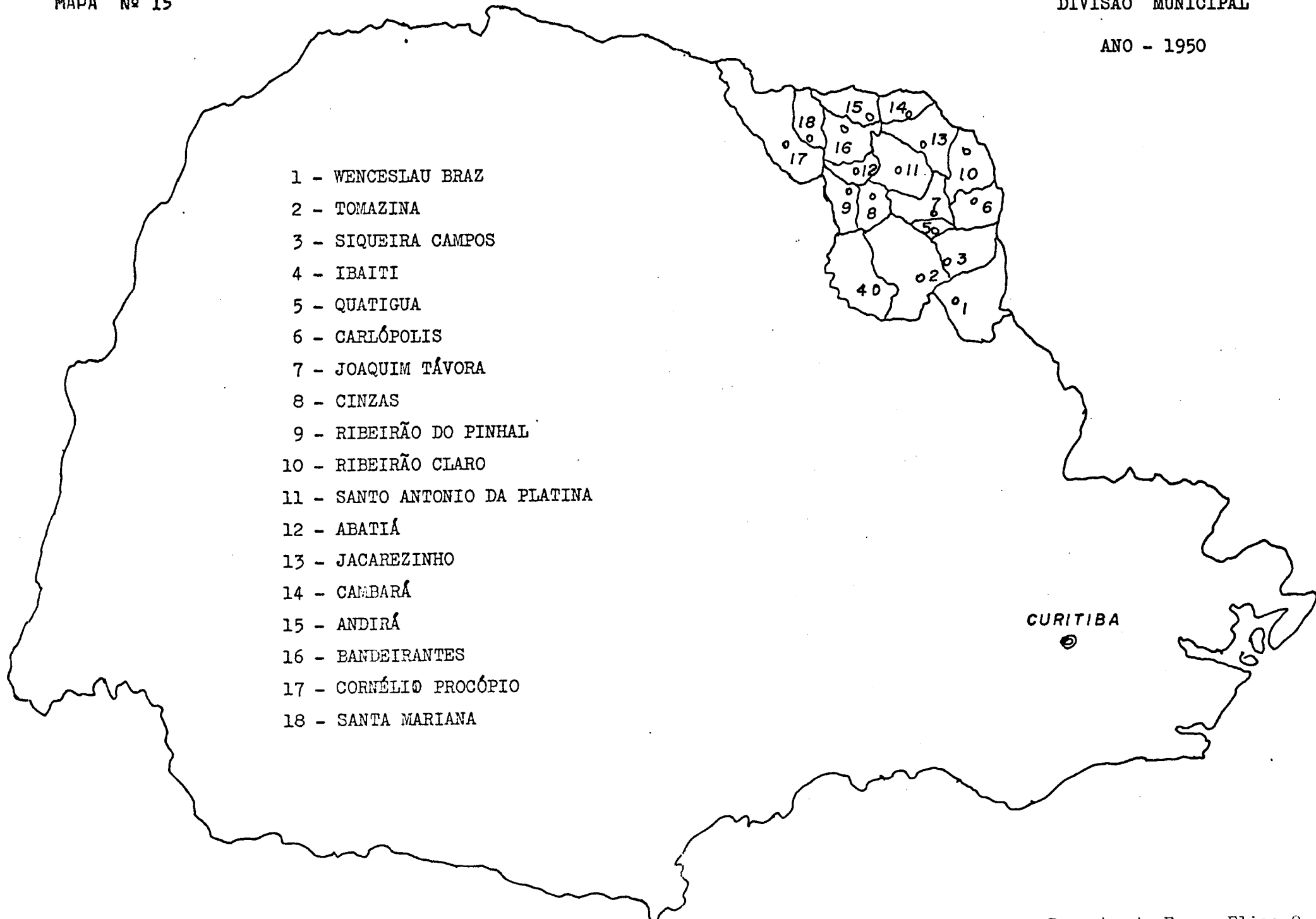
Des. Econ. Elias Q. Assis





- 1 - WENCESLAU BRAZ
- 2 - TOMAZINA
- 3 - SIQUEIRA CAMPOS
- 4 - CARLÓPOLIS
- 5 - JOAQUIM TÁVORA
- 6 - RIBEIRÃO CLARO
- 7 - SANTO ANTONIO DA PLATINA
- 8 - JACAREZINHO
- 9 - CAMBARÁ
- 10 - BANDEIRANTES
- 11 - CORNÉLIO PROCÓPIO

CURITIBA  
⊙



MAPA Nº 16

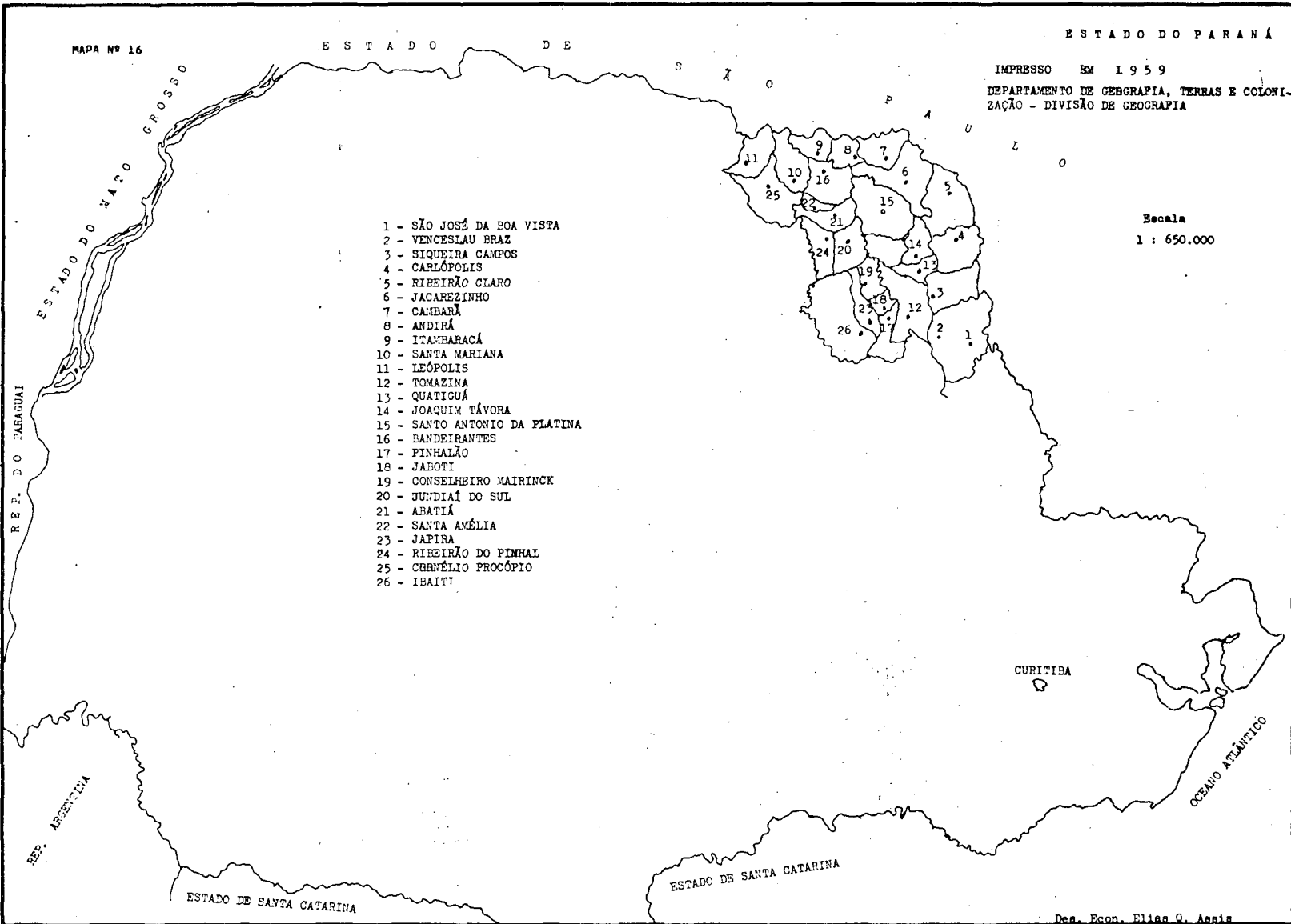
ESTADO DE

ESTADO DO PARANÁ

IMPRESSO EM 1959  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, TERRAS E COLONIZAÇÃO - DIVISÃO DE GEOGRAFIA

Escala  
1 : 650.000

- 1 - SÃO JOSÉ DA BOA VISTA
- 2 - VENCESLAU BRAZ
- 3 - SIQUEIRA CAMPOS
- 4 - CARLÓPOLIS
- 5 - RIBEIRÃO CLARO
- 6 - JACAREZINHO
- 7 - CAMBARÁ
- 8 - ANDARAÍ
- 9 - ITAMBARACÁ
- 10 - SANTA MARIANA
- 11 - LEÓPOLIS
- 12 - TOMAZINA
- 13 - QUATIGUÁ
- 14 - JOAQUIM TÁVORA
- 15 - SANTO ANTONIO DA PLATINA
- 16 - BANDEIRANTES
- 17 - PINHALÃO
- 18 - JABOTI
- 19 - CONSELHEIRO MAIRINCK
- 20 - JUNDIAÍ DO SUL
- 21 - ABATIÁ
- 22 - SANTA AMÉLIA
- 23 - JAPIRÁ
- 24 - RIBEIRÃO DO PINHAL
- 25 - CERNÉLIO PROCÓPIO
- 26 - IBAITÍ



CURITIBA

OCEANO ATLÂNTICO

REP. ARGENTINA

ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Des. Econ. Elias Q. Arris

Litho - F. 207430



- 1 - WENCESLAU BRAZ
- 2 - TOMAZINA
- 3 - PINHALÃO
- 4 - IBAITI
- 5 - JAPIRA
- 6 - JABOTI
- 7 - SIQUEIRA CAMPOS
- 8 - QUATIGUÁ
- 9 - CARLÓPOLIS
- 10 - JOAQUIM TÁVORA
- 11 - RIBEIRÃO CLARO
- 12 - SANTO ANTONIO DA PLATINA
- 13 - JUNDIAI DO SUL
- 14 - RIBEIRÃO DO PINHAL
- 15 - ABATIÁ
- 16 - JACAREZINHO
- 17 - SANTA AMÉLIA
- 18 - CORNÉLIO PROCÓPIO
- 19 - BANDEIRANTES
- 20 - CAMBARÁ
- 21 - ANDIRÁ
- 22 - ITAMBARACÁ
- 23 - SANTA MARIANA
- 24 - LEÓPOLIS
- 25 - SERTANEJA

CURITIBA  
⊙



- 1 - SÃO JOSÉ DA BOA VISTA
- 2 - WENCESLAU BRAZ
- 3 - PINHALÃO
- 4 - IBAITI
- 5 - JAPIRA
- 6 - TOMAZINA
- 7 - SANTANA DO ITARARÉ
- 8 - SIQUEIRA CAMPOS
- 9 - SALTO DO ITARARÉ
- 10 - JABOTI
- 11 - CONSELHEIRO MAIRINCK
- 12 - QUATIGUÁ
- 13 - CARLÓPOLIS
- 14 - JOAQUIM TÁVORA
- 15 - GUAPIRAMA
- 16 - JUNDIAÍ DO SUL
- 17 - RIBEIRÃO DO PINHAL
- 18 - SANTO ANTONIO DA PLATINA
- 19 - RIBEIRÃO CLARO
- 20 - JACAREZINHO
- 21 - ABATIÁ
- 22 - SANTA AMÉLIA
- 23 - CORNÉLIO PROCÓPIO
- 24 - BANDEIRANTES
- 25 - BARRA DO JACARÉ
- 26 - CAMBARÁ
- 27 - ANDIRÁ
- 28 - ITAMBARACÁ
- 29 - SANTA MARIANA
- 30 - LEÓPOLIS
- 31 - SERTANEJA

CURITIBA

**CRESCIMENTO POPULACIONAL**

## PARTE I

## FATORES DO CRESCIMENTO

Uma população cresce na medida de suas taxas de mortalidade e natalidade e em seu saldo migratório.

Assim, as zonas pioneiras de ocupação territorial instalada no Norte do Paraná, foram efetuadas, como se tentou demonstrar até então, por correntes migratórias, ou seja, pela migração interna. Será, portanto, analisado, apenas, esse fator de crescimento.

Os fatores condicionantes mais comuns dos movimentos migratórios, têm sido, através do tempo, sempre de natureza econômica. Mesmo quando não são preponderantes ou determinantes das correntes migratórias, os fatores econômicos facilitam ou constroem os deslocamentos populacionais<sup>54</sup>. Sobre o assunto, a abordagem de Rawenstein<sup>55</sup>, além de não ser superada, é definida através dos seguintes pontos principais:

- "1) - existe correlação inversa entre o volume de migrações de uma região a outras e a distância que as separa;
- 2) - as migrações realizam-se por estágios, sendo que os primeiros a serem atraídos são os habitantes das regiões mais próximas;
- 3) - os nativos do meio rural são mais propensos a migrar do que os que nascem nas cidades;
- 4) - predominância do sexo feminino nas migrações de curta distância;
- 5) - tendência a aumentar a mobilidade da produção, em virtude da melhoria dos meios de transporte e do desenvolvimento industrial e comercial;
- 6) - o desejo de melhorias materiais, inerentes à maioria das pessoas, é o principal fator explicativo das migrações".

---

<sup>54</sup>CORTES, Geraldo de Menezes. Migração e colonização no Brasil. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1958. p. 6.

<sup>55</sup>MATA, Milton da et alii. Migrações internas no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973. p. 15-16.

Portanto, excetuadas aquelas migrações que a história registra, decorrentes de fatores, não de natureza econômica, porém de ordem política, religiosa ou psicológica, as correntes migratórias são a consequência natural da busca humana à satisfação de suas necessidades. De modo geral, quem migra sob influência de ordem material, o faz em busca de salários mais elevados, de melhores condições de vida, ou de vantajosas compensações; quando não em seu proveito, em favor de sua família.

As correntes de migração interna no Brasil encontram sua explicação em fatores principalmente econômicos. Assim, historicamente, se os primeiros deslocamentos estão relacionados com a economia açucareira, os outros deslocamentos de vulto no país foram provocados, a seguir, pela mineração, ou seja, "ciclo do ouro" e, posteriormente, já a partir do século XIX, seria a cultura de café, a determinante da migração interna, enquanto capaz de polarizar os próprios interesses econômicos.

No Norte do Paraná, são as oportunidades e os interesses de produção agrícola em terras, então novas, que determinaram destino das migrações internas.

Efetivamente, mantiveram-se estreitamente correlacionados, nessa região do Paraná, a expansão de sua população e o alastramento da lavoura do café, atraindo estas correntes migratórias que se deslocavam de zona para zona, num ímpeto irrefreável de desbravamento de novas terras.

A importância da migração inter-rural no Estado do Paraná, em relação à sua expansão demográfica e econômica, é facilmente percebida com os dados apresentados por CAMARGO<sup>56</sup>. Em 1900, contava este com 327.136

---

<sup>56</sup>CAMARGO, José Francisco. Características e tendências principais das migrações no Brasil, nas suas relações com a urbanização e a industrialização. B. Paulista de Geogr., São Paulo (33):8-9, out. 1959.



habitantes, abrangendo então, 1,9% da população total do país. Elevar-se-á aquele número a 547.682 habitantes em 1920 e a 1.236.276 em 1940. Entre esse ano e o de 1950, o incremento médio anual atingirá 7,1%, índice de real significado, nesse período intercensitário, por ser o mais elevado do país.

O crescimento demográfico do Estado do Paraná, já nas primeiras décadas do século XX, efetua-se de modo significativo na região Norte, que baseada no prolongamento da cafeicultura paulista, viu seu povoamento expandir-se em ritmo extraordinariamente acelerado, após a década de vinte, pois sua população, que abrangia 12,1% da do Estado, abrangerá mais da metade no decênio de cinquenta.

Deve-se tal surto demográfico da Região Norte do Paraná, aos fluxos migratórios oriundos de todos os pontos do país, mas especialmente de São Paulo, Minas Gerais e do Nordeste.

O Norte do Paraná que teve inicialmente sua economia baseada no café e, ultimamente, no algodão, nos cereais cultivados em caráter subsidiário, embora com a importância aí assumida pela pequena propriedade, pouco difere das zonas pioneiras paulista: mão-de-obra assalariada, sob o regime de colonato ou do camarada (peão de trecho e enxada), com características de instabilidade e, até, de nomadismo (casas rústicas, pouco cuidadas). O grosso dessa mão-de-obra era constituído pelos nordestinos e sudestinos (mineiros e capixabas), como em São Paulo.

O absentismo do proprietário, especialmente quando médio ou grande, é frequente, permanecendo a fazenda sob os cuidados de um administrador.

Segundo, ainda, CAMARGO<sup>57</sup>, no período intercensitário de 1940-1950,

---

<sup>57</sup>CAMARGO, p. 9.

do incremento absoluto de 879 por 1.000 habitantes, ocorrido no Paraná, 448 se originaram das migrações internas, 422 do crescimento vegetativo e 9 de estrangeiros e brasileiros naturalizados.

Percebe-se assim, a influência que tiveram as migrações internas no desenvolvimento econômico, demográfico e social no Paraná, e especialmente, na região Norte deste Estado.

Um critério de fundamental importância, no estudo demográfico, é o de dinamismo da população, isto é, a sua evolução no tempo e no espaço. Para seu estudo foram elaborados os quadros da variação absoluta e relativa da população, com os dados do Censo Demográfico de 1920 a 1970. Os quadros de variação absoluta da população regional fornecem, é verdade, uma idéia do crescimento real da população, porém é difícil precisar a proporção do incremento, devido ao movimento natural da população, ou seja, o excedente dos nascimentos sobre óbitos, e devido à contribuição das migrações internas.

A síntese dos aspectos da repartição da população e da sua dinâmica reflete a interferência de um conjunto de fatores, físicos, econômicos, sociais e culturais.

Portanto, a característica marcante não é tanto o número total da população, como o seu dinamismo.

Dinamismo no tempo, considerando o crescimento absoluto da população, dentro da própria região e relativo tornando cada vez mais volumosa a sua participação no total da população do Estado. Dinamismo no espaço, marcado pelo progresso de sucessivas frentes de povoamento, que levariam à ocupação de uma extensa área, praticamente vazia ainda no começo do século em curso.

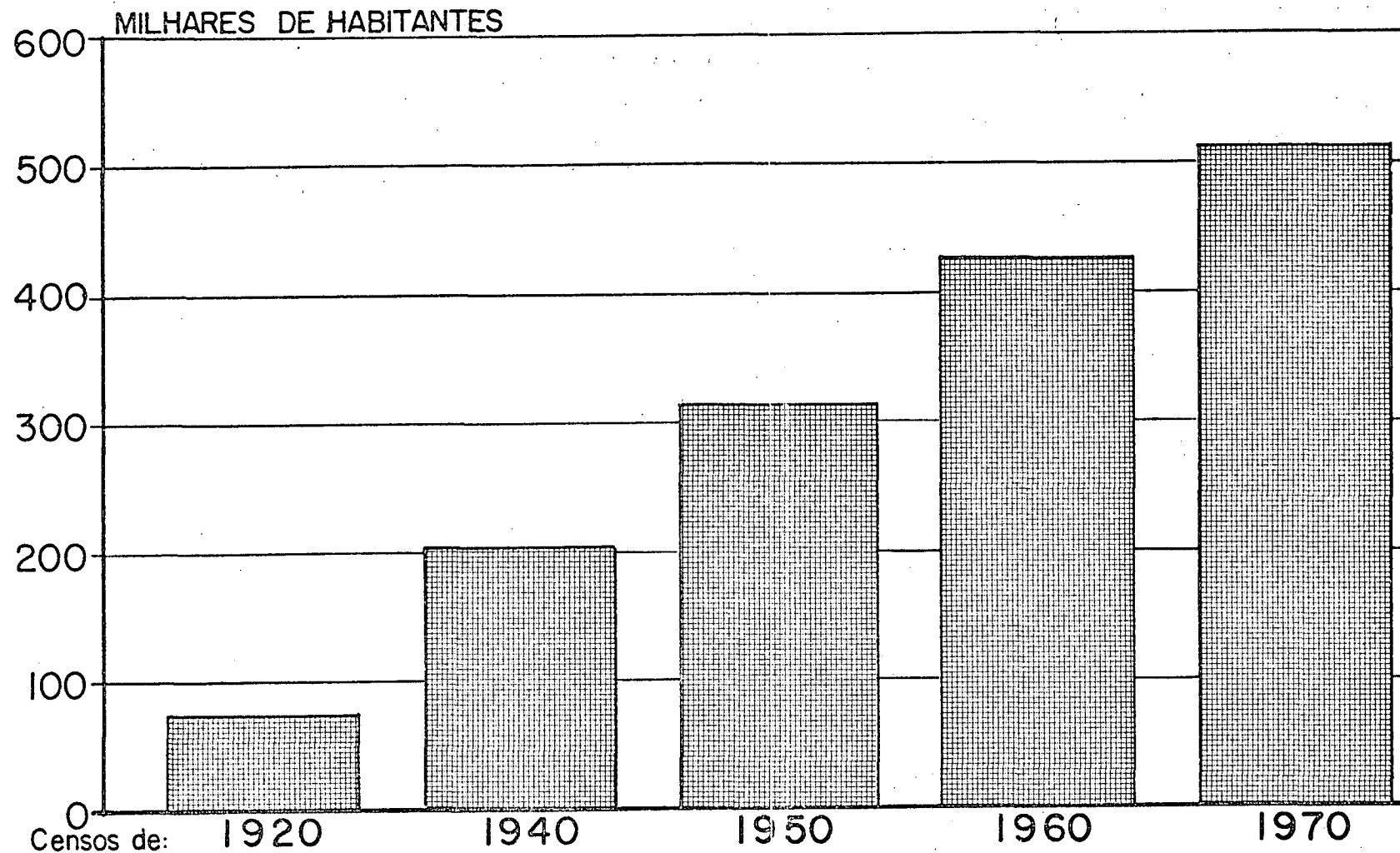
Deve-se, assim, analisar esses dois processos em conjunto, pois ambos se completam para dar esse comportamento demográfico dinâmico, que caracteriza a região em estudo, e é bem diverso do crescimento populacional ocorrido em outras áreas do país.

O quadro nº 3 mostra a evolução que se processou nessa área. Verifica-se por estes dados a dinâmica populacional no tempo e no espaço. (gráfico nº 1).

GRÁFICO Nº 1

# PARANÁ - REGIÃO NORTE PIONEIRO

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NOS ANOS DOS CENSOS DE 1920/40/50/60/70



Evolução populacional urbana do Norte Pioneiro do Paraná. População absoluta

1920 - 1970

Municípios	1920	1940	1950	1960	1970
Abatia	-	-	10.830	17.384	15.526
Andirá	-	-	18.581	14.930	20.211
Bandeirantes	-	18.673	28.115	30.220	38.918
Barra do Jacaré	-	-	-	3.078	6.668
Cambará	-	27.612	10.799	22.781	25.831
Carlópolis	4.484	6.516	6.738	12.472	15.671
Conselheiro Mairinck	-	-	-	3.017	6.559
Cornélio Procópio	-	19.907	56.394	45.341	50.260
Guapirama	-	-	-	4.068	5.158
Ibaiti	-	-	10.547	20.753	31.479
Itambaraca	-	-	-	11.079	11.660
Jaboti	-	-	-	3.354	5.908
Jacarezinho	13.764	24.528	34.405	39.785	39.346
Japira	-	-	-	6.498	8.338
Joaquim Távora	-	13.333	10.435	10.953	12.518
Jundiá do Sul	-	-	7.351	8.376	8.509
Leópolis	-	-	-	11.113	12.104
Pinhalão	-	-	-	9.176	7.974
Quatiguá	-	-	4.755	5.461	6.119
Ribeirão Claro	12.612	13.423	13.272	15.511	14.736
Ribeirão do Pinhal	-	-	9.895	16.625	19.232
Salto do Itararé	-	-	-	5.517	7.412
Santa Amélia	-	-	-	6.552	7.121
Sant'Ana do Itararé	-	-	-	4.760	7.563
Santa Mariana	-	-	15.533	20.400	22.824
Santo Antº da Platina	8.575	31.191	25.292	31.460	38.854
S.J.da Boa Vista	13.744	-	-	4.598	8.525
Sertaneja	-	-	-	17.337	14.358
Siqueira Campos	-	12.027	13.144	12.907	15.735
Tomazina	19.448	24.812	20.491	14.894	20.070
Venceslau Brás	-	12.454	13.732	12.153	15.737
T O T A L	72.627	204.476	319.309	442.523	512.224

FONTE: Censos Demográficos — 1920 a 1970 — IBGE.

Os dados do quadro nº 4 mostram o comportamento do crescimento populacional por municípios. Verifica-se, através deles, que, para o período censitário de 1920-40, houve um crescimento populacional para quase todos os municípios, com exceção do de São José da Boa Vista que apresenta um decréscimo populacional da ordem de 66,54. Tal fato está em razão da redistribuição da população daquele município para outros ao seu redor.

A nível municipal, de um modo geral, todas as taxas de decréscimo populacional que aparecem nos períodos censitários posteriores, estão na razão direta dos desmembramentos ocorridos na região.

Para a região, o quadro nº 5, mostra em porcentagem o crescimento populacional verificado. Esses dados evidenciam por si só o forte crescimento da população, no período censitário de 1920-40. Para os demais decênios, constata-se também, em menores proporções, um crescimento populacional. (gráfico nº 2).

Ligada ao incremento populacional ou ao crescimento da população está a evolução dos índices de densidade demográfica.

A nível das densidades demográficas regionais, para o Norte Pioneiro paranaense, verifica-se um aumento crescente nas densidades, conforme mostra o quadro nº 5 e o gráfico nº 3.

Assim, quanto à densidade de população, encontram-se para a região, valores médios da ordem de 50 habitantes por quilômetro quadrado.

O Norte Pioneiro atualmente apresenta densidades elevadas, resultado de sua formação como zona cafeeira relativamente mais antiga que as demais áreas do Norte paranaense, com foco de expansão na cidade paulista de Ourinhos, com a qual ainda mantém fortes ligações. Cornélio Procópio e Jacarezinho são as principais cidades, sendo as demais pequenos centros, pouco expressivos, espelhando a relativa estagnação dessa área de solos já bastante esgotados.

## Incremento Populacional por Município, de 1920/70

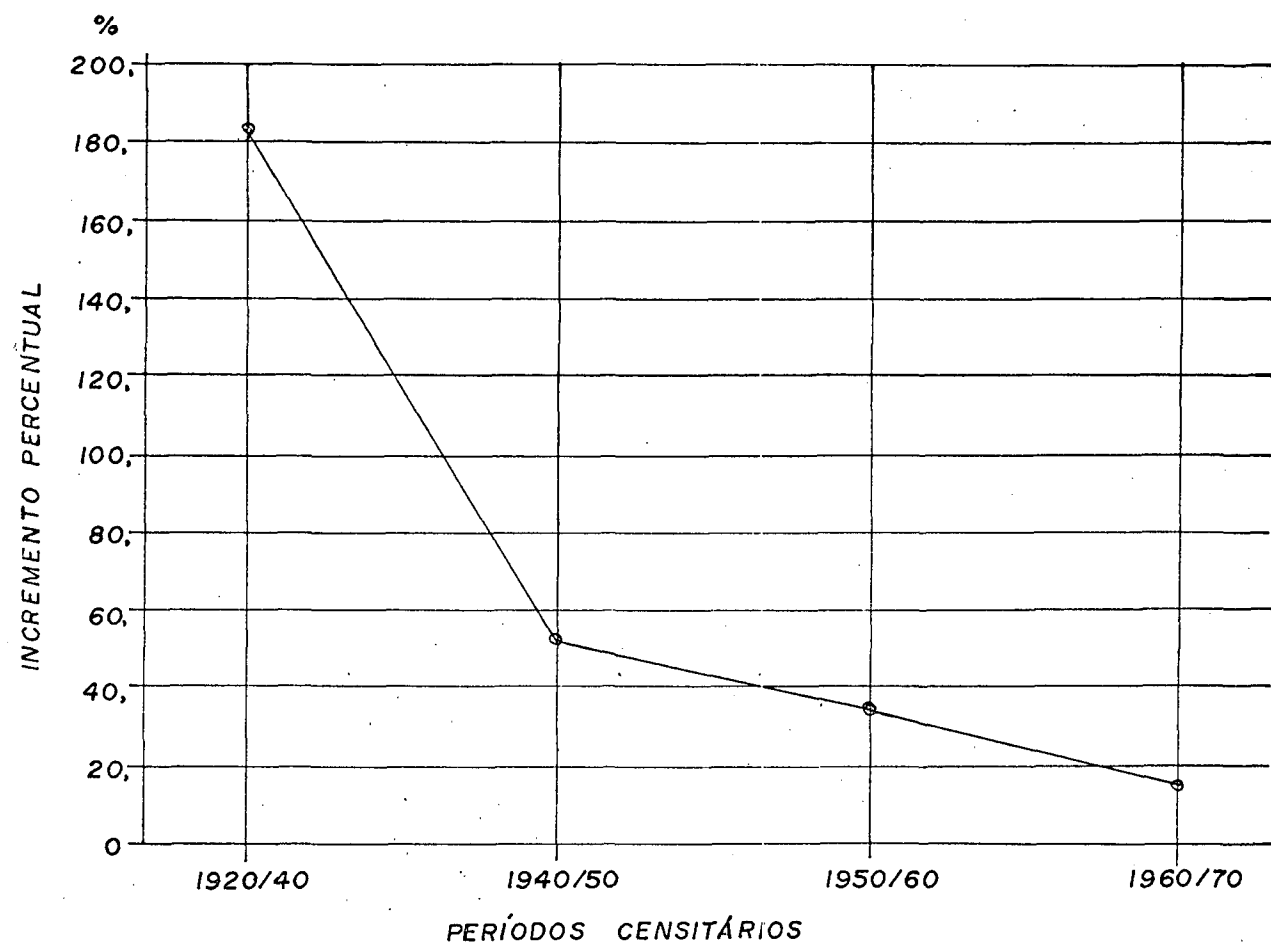
Municípios	1970/60	1960/50	1950/40	1940/20
Abatiã	10,60	60,51	-	-
Andirá	35,37	19,65	-	-
Bandeirantes	218,78	7,48	50,56	-
Barra do Jacaré	116,63	-	-	-
Cambarã	13,38	15,06	- 28,29	-
Carlópolis	25,64	85,10	3,40	45,31
Conselheiro Mairinck	115,07	-	-	-
Cornélio Procópio	10,84	- 19,60	183,28	-
Guapirama	26,79	-	-	-
Ibaiti	52,98	96,76	-	-
Itambaracã	5,24	-	-	-
Jaboti	76,14	-	-	-
Jacarezinho	- 1,10	15,63	40,26	78,20
Japira	28,31	-	-	-
Joaquim Távora	14,28	4,96	- 21,73	-
Jundiá do Sul	1,94	13,94	-	-
Leópolis	8,91	-	-	-
Pinhalão	- 13,10	-	-	-
Quatiguá	12,04	14,84	-	-
Ribeirão Claro	- 4,99	16,87	- 1,12	6,43
Ribeirão do Pinhal	15,68	68,01	-	-
Salto do Itararé	34,34	-	-	-
Santa Amélia	8,68	-	-	-
Sant'Ana do Itararé	58,88	-	-	-
Santa Mariana	11,88	31,33	-	-
Santo Antônio da Platina	23,50	24,38	- 18,90	263,74
S.J. da Boa Vista	85,40	-	-	- 66,54 (1920/60)
Sertaneja	- 17,17	-	-	-
Siqueira Campos	18,98	- 1,80	9,28	-
Tomazina	34,75	- 27,31	- 17,41	27,58
Venceslau Brás	31,71	- 11,49	10,26	-
T O T A L	17,78	38,59	56,16	181,54

GRÁFICO Nº 2

PARANÁ - REGIÃO NORTE PIONEIRO

DEMOGRAFIA

INCREMENTO POPULACIONAL





## QUADRO Nº 5

População total nos censos demográficos oficiais, com a respectiva densidade demográfica, e o incremento da população havido entre os anos censitários.

Anos	População Números Absolutos	Densidade Hab/km <sup>2</sup>	Incremento da Po- pulação nos Cen- sos Demográficos de:
1920	72.627	6,30	-
1940	204.476	17,75	181,54
1950	319.309	27,72	56,16
1960	442.523	38,43	38,59
1970	521.224	45,26	17,78

FONTE: Censos Demográficos do Brasil. Conselho Nacional de Estatística - I.B.G.E.

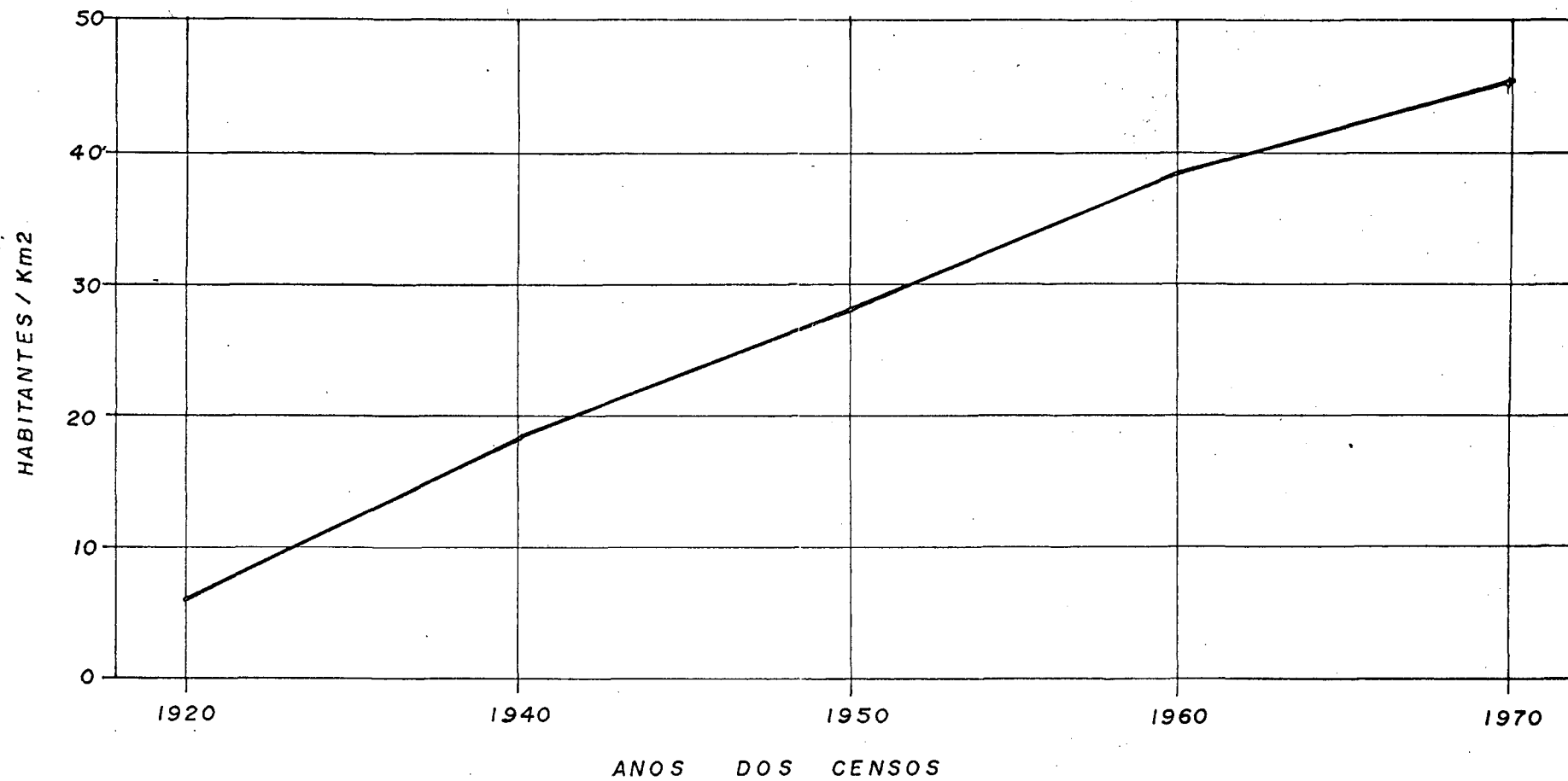
NOTA : Área considerada - 11.515,65 km<sup>2</sup>. Fonte - D.G.T.C.

GRÁFICO Nº 3

# PARANÁ REGIÃO NORTE PIONEIRO

DENSIDADE DEMOGRÁFICA

HABITANTE / Km<sup>2</sup>



Na análise da distribuição da população percebe-se que, de modo geral, ela é mais escassa nas áreas correspondentes às zonas de mata de início de exploração, conservando-se algumas delas até hoje como zona de passagem. Percebe-se, outrossim, que, via de regra, as regiões mais intensamente povoadas não correspondem às grandes concentrações urbanas, que se acham justamente nas áreas de população mais rarefeita, resultante da conjugação dos fatores físicos e culturais: as zonas mais povoadas identificam o domínio das matas onde se deu o povoamento agrícola exigindo grande número de braços e determinando considerável fracionamento da terra, do que, praticamente, resultam cidades pequenas e muitas vilas.

Em relação ao aspecto demográfico da questão, o Paraná no período intercensitário de 1920-40, apresentou um aumento no crescimento relativo da população da ordem de 80,29%<sup>58</sup>, constituindo, portanto, a mais elevada porcentagem registrada entre as unidades da Federação. Para o mesmo período, o Norte Velho do Paraná apresentou um crescimento relativo da ordem de 181,54%, o que evidencia o crescimento extraordinário da região, para onde afluíam então, as novas correntes migratórias.

A construção do quadro nº 6, com dados extraídos dos Recenseamentos Demográficos 1920-40, mostra o aumento relativo e absoluto da população da região do Norte Pioneiro do Estado.

Esse aumento da população, no entanto, não foi uniforme em toda a região. Em alguns municípios registrou-se uma taxa de crescimento baixo, em outros houve, mesmo, êxodo de parte da população aí instalada, o que

---

<sup>58</sup>BERNARDES, Lysia M.C. Crescimento da população do Estado do Paraná. R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 13 (2):265-266. abr./jun. 1951.

chegou a ocasionar um decréscimo no número de habitantes. Em contraposição, nas áreas de povoamento mais recente o aumento relativo da população ultrapassa 100%, 200% e mesmo 400%, havendo municípios em que toda a população existente em 1940 para ali se dirigiu depois do recenseamento anterior.

Os mapas nºs 19 e 20 permitem observar o quanto é expressivo o crescimento populacional da região. Assim, nos quatro pequenos municípios situados à margem esquerda do Itararé, o aumento da população registrado foi pequeno e insignificante. Houve, ainda um município que perdeu o total de sua população (São José da Boa Vista), redistribuída pelos municípios ao seu redor. Seguem-se, para o Oeste, outros municípios em que o acréscimo corresponde à metade ou mais da população atual, e, finalmente, os municípios do extremo-norte em que o crescimento relativo iguala ao absoluto.

A análise do mapa nº 21 permite verificar que a região do Norte Pioneiro do Paraná teve um crescimento relativo da população que varia de 100% ou mais, até um aumento relativo igual ao absoluto. Corresponde a quase totalidade desse aumento à ocupação das áreas até então desabitadas por elementos vindos, na maior parte, de outros Estados.

## QUADRO Nº 6

## Norte Velho do Paraná

## População

Comparação entre os crescimentos da população - Censo de 1920-1940

Municípios	População		Aumento	
	1940	1920*	Absoluto	Relativo
Bandeirantes §	18.673	-	-	-
Cambará §	27.612	-	-	-
Carlópolis	6.516	4.484	2.032	45,31
Cornélio Procópio §	19.907	-	-	-
Jacarezinho	24.528	13.764	10.764	78,20
Joaquim Távora §	13.333	3.348	9.985	298,23
Ribeirão Claro	13.423	12.612	811	6,43
Santo Antônio da Platina	31.191	5.227	25.964	469,72
Siqueira Campos §	12.027	10.300	1.727	16,76
Tomazina	24.812	13.056	11.756	90,04
Venceslau Brás §	12.454	9.836	2.618	26,61
<b>T O T A L</b>	<b>204.476</b>	<b>72.627</b>	<b>131.849</b>	<b>181,54</b>

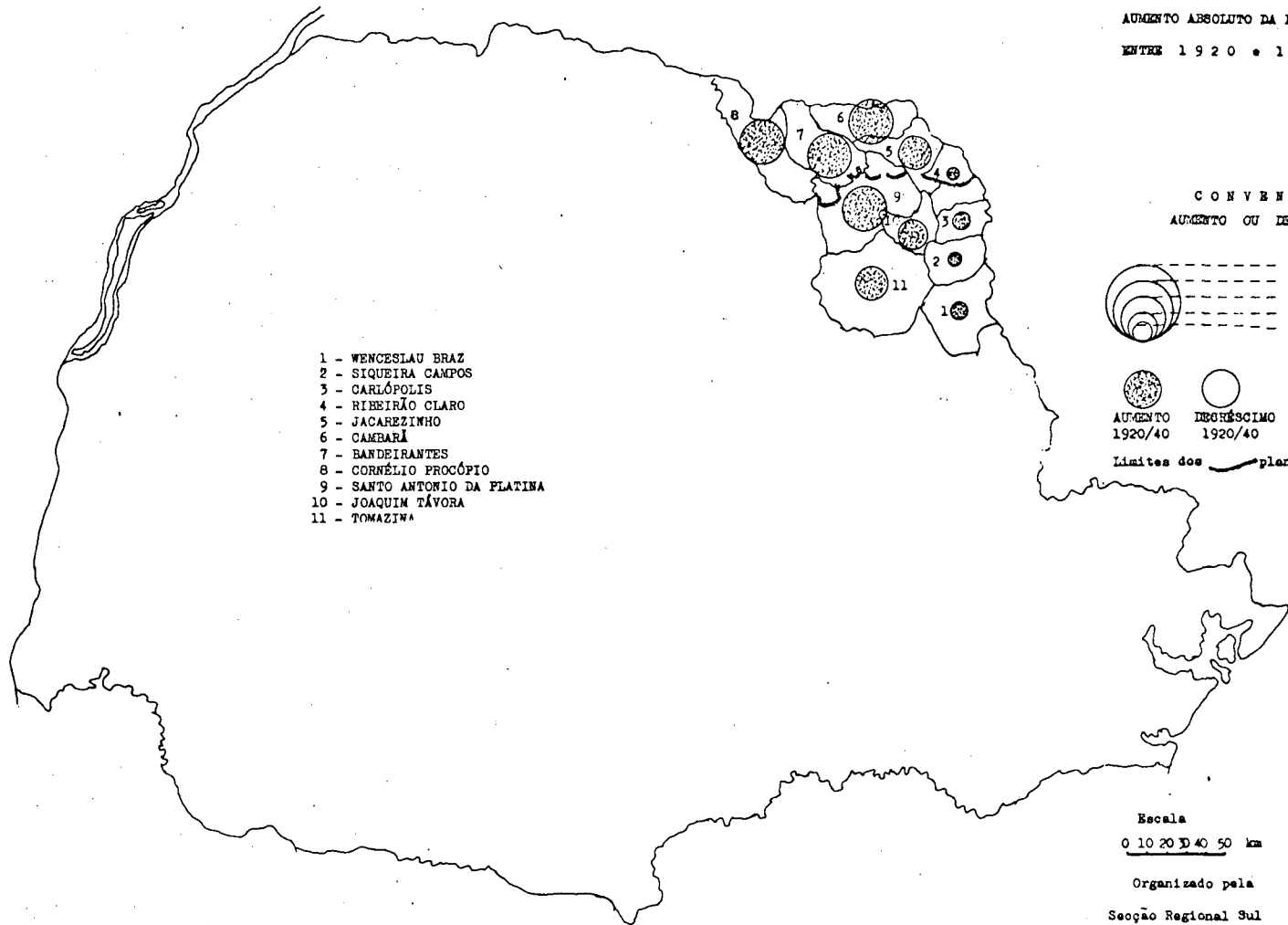
§ - Município criado depois de 1920

\* - O número de habitantes em 1920 dos municípios de Venceslau Brás e Siqueira Campos ex-Colônia Mineira, corresponde ao total de habitantes de São José da Boa Vista, e parte de Tomazina. O de Joaquim Távora, ex-Barra Grande, representa uma parte da população de Santo Antonio da Platina.

MAPA Nº 19

I.B.G.E  
CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

ESTADO DO PARANÁ  
AUMENTO ABSOLUTO DA POPULAÇÃO  
ENTRE 1920 e 1940



- 1 - WENCESLAU BRAZ
- 2 - SIQUEIRA CAMPOS
- 3 - CARLÓPOLIS
- 4 - RIBEIRÃO CLARO
- 5 - JACAREZINHO
- 6 - CAMBARÁ
- 7 - BANDEIRANTES
- 8 - CORNÉLIO PROCÓPIO
- 9 - SANTO ANTONIO DA PLATINA
- 10 - JOAQUIM TÁVORA
- 11 - TOMAZINA

CONVENÇÕES  
AUMENTO OU DECRÉSCIMO

	75.296 Hab.
	50.000 "
	25.000 "
	10.000 "
	5.000 "

AUMENTO 1920/40      DECRÉSCIMO 1920/40

Limites dos municípios

Escala  
0 10 20 30 40 50 km

Organizado pela  
Seção Regional Sul  
1949

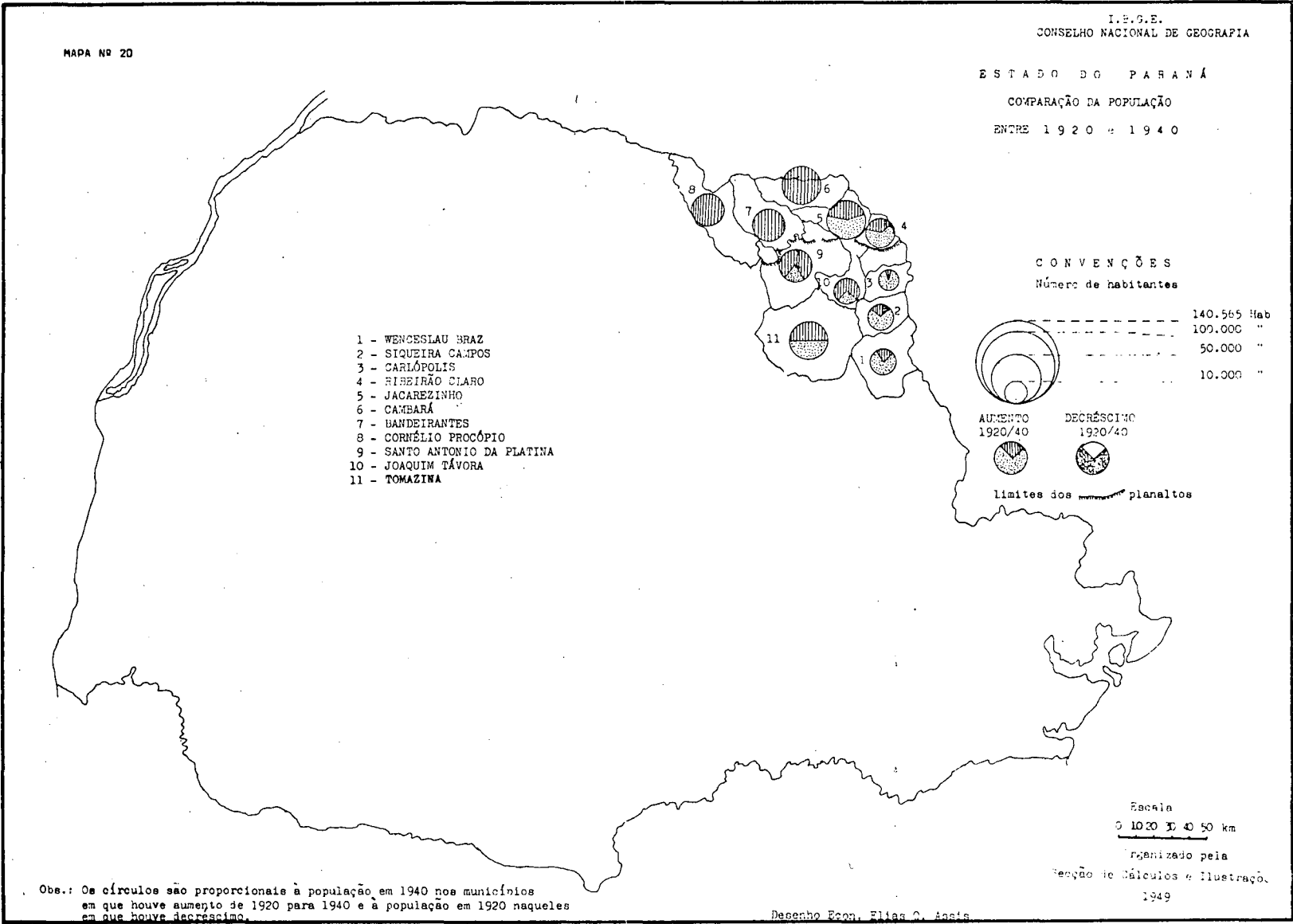
Desenho Econ. Elias Quirilos Assis

Leitura - Paraná A3 - 1949/50

MAPA Nº 20

I.E.G.E.  
CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

ESTADO DO PARANÁ  
COMPARAÇÃO DA POPULAÇÃO  
ENTRE 1920 e 1940



MAPA Nº 21

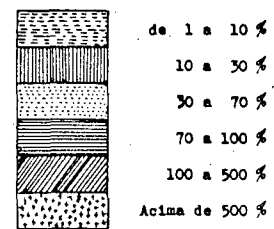
I.B.G.E.  
CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

ESTADO DO PARANÁ

AUMENTO RELATIVO DA POPULAÇÃO

ENTRE 1920 e 1940

CONVENÇÕES



Limites dos planaltos

- 1 - WENCESLAU BRAZ
- 2 - SIQUEIRA CAMPOS
- 3 - CARLÓPOLIS
- 4 - RIBEIRÃO CLARO
- 5 - JACAREZINHO
- 6 - CAMBARÁ
- 7 - BANDEIRANTES
- 8 - CORNÉLIO PROCÓPIO
- 9 - SANTO ANTONIO DA PLATINA
- 10 - JOAQUIM TÁVORA
- 11 - TOMAZINA

Escala

0 10 20 30 40 km

Organizada pela  
Seção Regional Sul  
1949

Desenho Econ. Elias Quirilos Assis

Leitura - Folha A3 - 297420 km



## PARTE II

### A ESTRUTURA DA POPULAÇÃO

Na análise do crescimento populacional do Norte Pioneiro do Estado do Paraná, foram utilizados os dados dos Recenseamentos Brasileiros dos anos de 1920, 1940 e 1950. A evolução do processo populacional que coincidiu com a realização desses levantamentos censitários possibilitou, assim, a utilização dessa categoria de fontes. Portanto, esses três censos forneceram um maior número de informações sobre as características essenciais da estrutura demográfica: sexo, idade, profissão, etc. Além disso, a existência de informações a níveis municipais, favoreceu a realização deste trabalho, que se desenvolveu em caráter regional.

Para se ter uma visão do conjunto total da população foi construído o quadro abaixo, sendo computados, portanto, o número absoluto e o número proporcional da população.

## QUADRO Nº 7

1) Repartição geográfica<sup>59</sup> por municípios nas datas dos Censos:

Municípios	1920		1940		1950	
	P.absol.	P.prop.	P.absol.	P.prop.	P.absol.	P.prop.
S.J.da Boa Vista	13.744	18,92	-	-	-	-
Carlópolis	4.848	6,17	6.516	3,20	6.738	2,11
Ribeirão Claro	12.612	17,36	13.423	7,46	13.272	4,15
Tomazina	19.448	26,80	24.812	12,01	20.491	6,41
Venceslau Brás	-	-	12.454	6,03	13.732	4,30
Siqueira Campos	-	-	12.027	5,82	13.144	4,11
Ibaiti	-	-	-	-	10.547	3,30
Jacarezinho	13.764	18,95	24.528	11,88	34.405	10,80
Cambará	-	-	27.612	13,37	19.799	6,20
Andirá	-	-	-	-	18.581	5,81
Bandeirantes	-	-	18.673	9,04	28.115	8,80
Cornélio Procópio	-	-	19.907	9,64	56.394	17,70
Santa Mariana	-	-	-	-	15.533	4,86
Santo A. da Platina	8.575	11,80	31.191	15,10	25.292	7,92
Abatiã	-	-	-	-	10.830	3,40
Jundiá do Sul	-	-	-	-	7.351	2,30
Ribeirão do Pinhal	-	-	-	-	9.895	3,09
Joaquim Távora	-	-	13.333	6,45	10.435	3,26
Quatiguá	-	-	-	-	4.755	1,48
T O T A L	72.627	100%	204.476	100%	319.309	100%

FONTE: Recenseamento geral do Brasil - 1920, 1940 e 1950. Rio de Janeiro, IBGE; Curitiba DEE.

Os três recenseamentos mencionados revelam os seguintes dados para a região do Norte Pioneiro paranaense: em 1920, a população somava 72.267 habitantes distribuídos em seis (6) municípios; em 1940, o total englobava 206.476 habitantes para onze (11) municípios; em 1950, atingiu um total de 319.309 habitantes, já em dezenove (19) municípios. Os dados do quadro nº 7, mostram, por si sós o rápido crescimento populacional que

<sup>59</sup> A população proporcional é obtida do total absoluto em relação à população absoluta de cada município, em em cada censo.

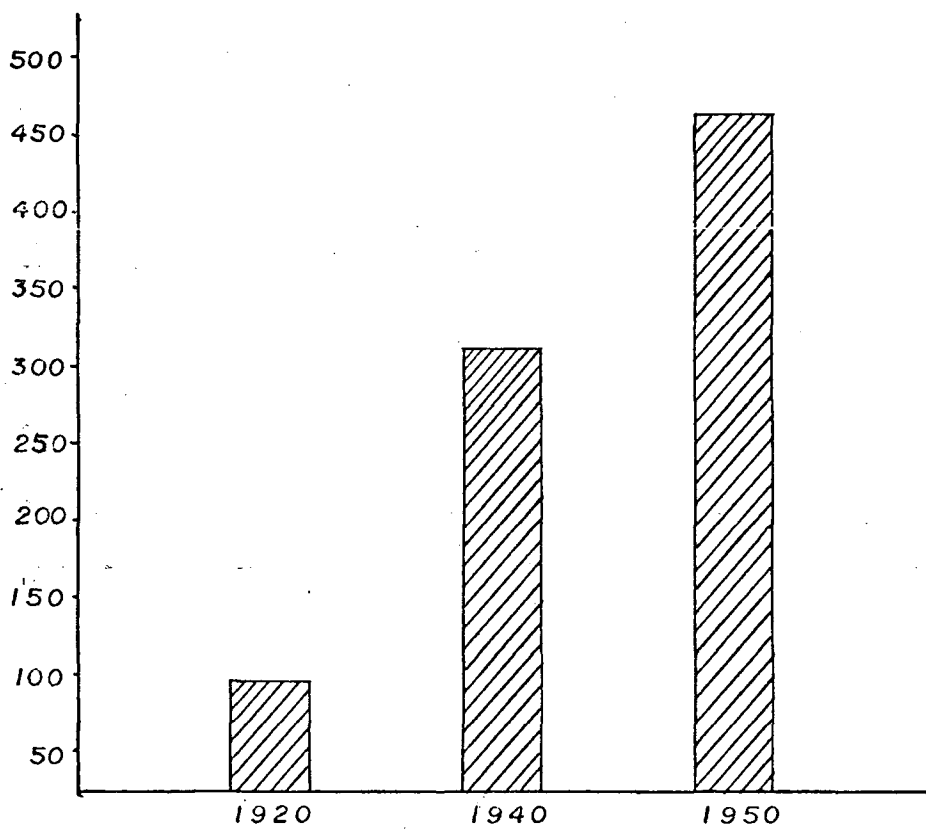
sofreu a região; evidencia por outro lado, a evolução da urbanização desta área paranaense. (gráfico nº 4).

Do total da população absoluta, em cada data censitária, extraiu-se a população proporcional correspondente à população de cada município existentes. Assim, pode-se deduzir que, apesar do crescimento populacional verificado na região, a proporção da população decresceu em quase todos os municípios, exceto em um ou outro, como se pode verificar no quadro nº 7. Evidentemente, um maior número de municípios foi surgindo e esses desmembramentos ocorridos numa mesma área, repartiram também a população anexada a este ou àquele município. Por outro lado, é importante frisar que, além da constante penetração populacional que para ali afluiu, houve também o deslocamento dessa população; isso dentro da mesma região. Assim, o município de São José da Boa Vista que, povoado desde a década de setenta do século passado, tendo uma rápida ascensão, foi, aos poucos, perdendo seu vigor e atrativo inicial para outras áreas situadas ao seu redor, mais ao norte daquela região. São José da Boa Vista perde, já em 1930, as características de município, tornando-se, então, vila de seu ex-distrito — Venceslau Brás. Outros municípios como Ribeirão Claro e Carlópolis, por sua vez, perderam a primeira vitalidade, estagnaram, mantendo nas várias datas censitárias o mesmo número de habitantes.

Atentando-se para os dados proporcionais da população, vê-se que nos Censos de 1920 a 1950, 25% da população total da região mantinha-se concentrada nos primeiros quatro municípios formados na região, mais ao Nordeste. O Censo de 1940 já apontava um deslocamento populacional ao mesmo tempo em que as novas penetrações foram sendo efetuadas mais ao extremo-norte da região, condensando-se, portanto, a partir de Santo An-

GRÁFICO Nº 4

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO  
NORTE PIONEIRO DO PARANÁ



Desenho Econ. Elias Q. Assis

tônio da Platina em direção a Cornélio Procópio - 59,03% da população total. E, para 1950, essa mesma área reunia 62,09%. Houve, portanto, um avanço populacional da região no sentido tradicional leste-oeste.

A estagnação que atingiu alguns municípios, tem sua explicação, em maior parte, nos característicos físicos: solo, clima, relevo, de sua área, que atuaram, como fatores de repulsão à prática da monocultura, então desenvolvida. A frente agrícola que se processou na região, com o estabelecimento da lavoura cafeeira, expandiu sempre no sentido leste-oeste, à procura de melhores condições geológicas e climáticas e proporcionou nesse seu decorrer, um extraordinário desenvolvimento demográfico, também naquele sentido. Portanto, frente pioneira e frente agrícola, caminharam, lado a lado, deixando à sua retaguarda, vários centros urbanos, contribuindo, desse modo, para a evolução da urbanização da região Norte Pioneiro do Paraná.

## 2) Estrutura demográfica Regional

### a) por sexo

O estudo da população do Norte Pioneiro do Paraná por sexo possibilita demonstrar, através da razão e da taxa de masculinidade, conforme o quadro a seguir, que, nessa região, desde a sua ocupação até a data deste estudo, houve o predomínio do sexo masculino sobre o feminino. Pela razão de masculinidade, têm-se para 1920, 112,38 homens para 100 mulheres; em 1940, a proporção desce para 109,15 e em 1950, a razão permanece a 109,39.

Através do cálculo da taxa de masculinidade, percebeu-se uma constante em torno de 52% para os três censos utilizados.

De modo geral, pode-se ante esse quadro verificar que tanto a razão, quanto a taxa de masculinidade dão uma superioridade numérica ao sexo masculino. Isto, porém, não significa um desequilíbrio. E, pode-se ainda estabelecer que a penetração na região foi efetuada mais por famílias do que por aventureiros isolados.

Por outro lado, verificando-se o número absoluto da população, para os três censos usados, nota-se um ritmo de crescimento rápido, o qual é suficiente para demonstrar que o fator principal foi uma forte onda migratória e não o crescimento vegetativo natural.

#### QUADRO Nº 8

População em números absolutos — Razão de Masculinidade<sup>60</sup> e Taxa de Masculinidade<sup>61</sup> nas datas dos Censos:

Censos de	População em nºs absolutos			Razão de Masculinidade	Taxa de Masculinidade
	Masc.	Fem.	Total		
1920	38.430	34.197	72.627	112,38	52,91%
1940	106.709	97.767	204.476	109,15	52,19%
1950	166.812	152.309	319.309	109,39	52,24%

<sup>60</sup> A razão de masculinidade é obtida através do número absoluto da população masculina em relação a feminina, em cada censo usado.

<sup>61</sup> A taxa de masculinidade é obtida através do total da população em relação à população masculina.

## b) por idades

Para o estudo da distribuição da população por idades, na região do Norte Pioneiro do Paraná, só foi possível trabalhar com os dados dos Censos de 1920 e 1940. Os censos anteriores e posteriores àqueles não tabularam dados para cada município, mas sim e apenas, para as unidades da Federação. Por outro lado, a classificação adotada para o censo de 1920 não foi a mesma de 1940. Este último não traz o estado civil da população por faixa etária, como também não faz a classificação por grupos etários quinquenais. Assim, não se pode fraccionar a população de 1940, segundo aquele critério de 1920, mas foi possível agrupar as faixas etárias em decênios de acordo com o estabelecido em 1940.

Estudou-se então, a questão sobre vários aspectos:

- b.1) - distribuição da população por grupos de idade e sexo;
- b.2) - distribuição da população por grandes grupos de idade e sexo;
- b.3) - pirâmide etária: sexo e idade combinadas;
- b.4) - razão da masculinidade por grupos de idade e grande grupos de idade.

Começou-se pela tabulação dos dados dos censos de 1920 e 1940 para o conjunto da população, pelos grupos de idade e sexos reunidos e também, para um total de mil, como mostram os quadros nºs 9 e 10.







Constam dos quadros 9 e 10, os dados absolutos e proporcionais a mil ao total da população da região em estudo, para os grupos de idade e sexo nos censos de 1920 e 1940. Assim, verifica-se que a população total aumentou, nesse período censitário — 20 anos — 181,5%; a masculina de 177,6% e a feminina de 185,8%. Constata-se, ainda, no total, ser o sexo feminino inferior ao masculino.

Conforme o quadro nº 9 verifica-se que, em números absolutos, a população de quase todos os grupos etários e para ambas as datas censitárias, traduz maioria numérica para o sexo masculino, exceto no grupo de 10/19 anos de 1920. Todavia, comparando-o ao quadro nº 10, constata-se que, em números proporcionais a mil ao total, os grupos etários de 0/9 e 10/19, em ambos os censos, dão em proporção, maioridade numérica ao sexo feminino, deformando desse modo, o quadro anterior.

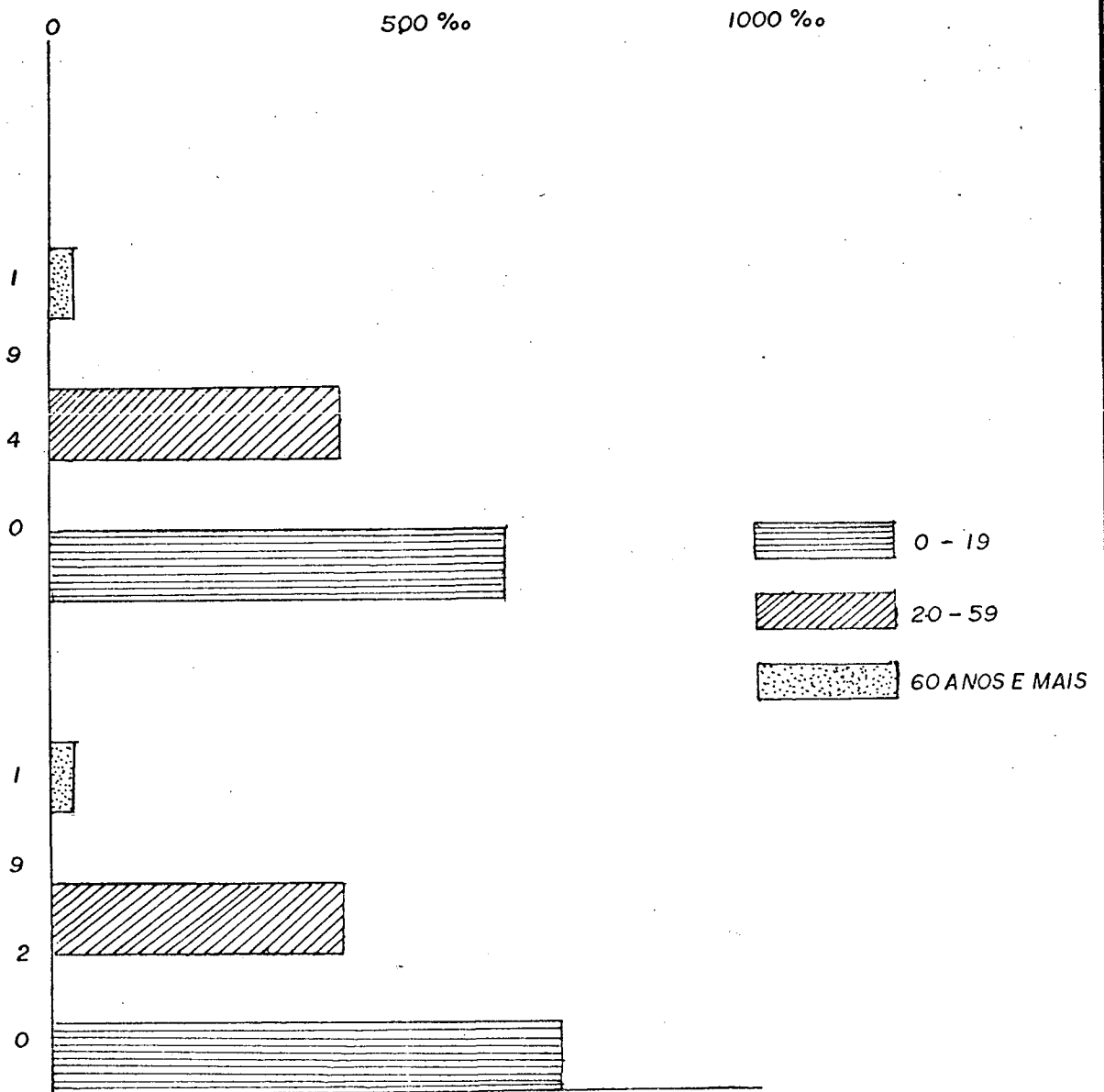
Os quadros 11 e 12 fornecem elementos que demonstram ser a população, em estudo, composta, em sua maioria quase total, por jovens e adultos. Assim, 97,3% e 97,0% respectivamente para 1920 e 1940 refletem, pode-se dizer, o tipo de população dessa região, que, no entender dos estudiosos de demografia, representa população do tipo antigo, ou seja, daquele estágio anterior à transição demográfica, ou ainda de população característica daquelas regiões em vias de desenvolvimento. A existência de menos de 3% para 1920 e 3% para 1940 de pessoas na faixa etária dos 60 anos e mais, consideradas velhas, contribuem para afirmar o traço característico desta população em estudo, ou seja, população do tipo antigo (gráfico nº 5).

Construiu-se o quadro abaixo, optando-se pela classificação utilizada pelos censos, que consideram a população como ativa a partir dos 10 até aos 59 anos. Assim, teve-se a seguinte distribuição:

GRÁFICO Nº 5

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR GRANDES GRUPOS DE IDADE

NORTE PIONEIRO DO PARANÁ



- a) 0 - 9 anos - infância;
- b) 10 - 59 anos - jovens e adultos;
- c) 60 - + anos - velhos.

## QUADRO Nº 13

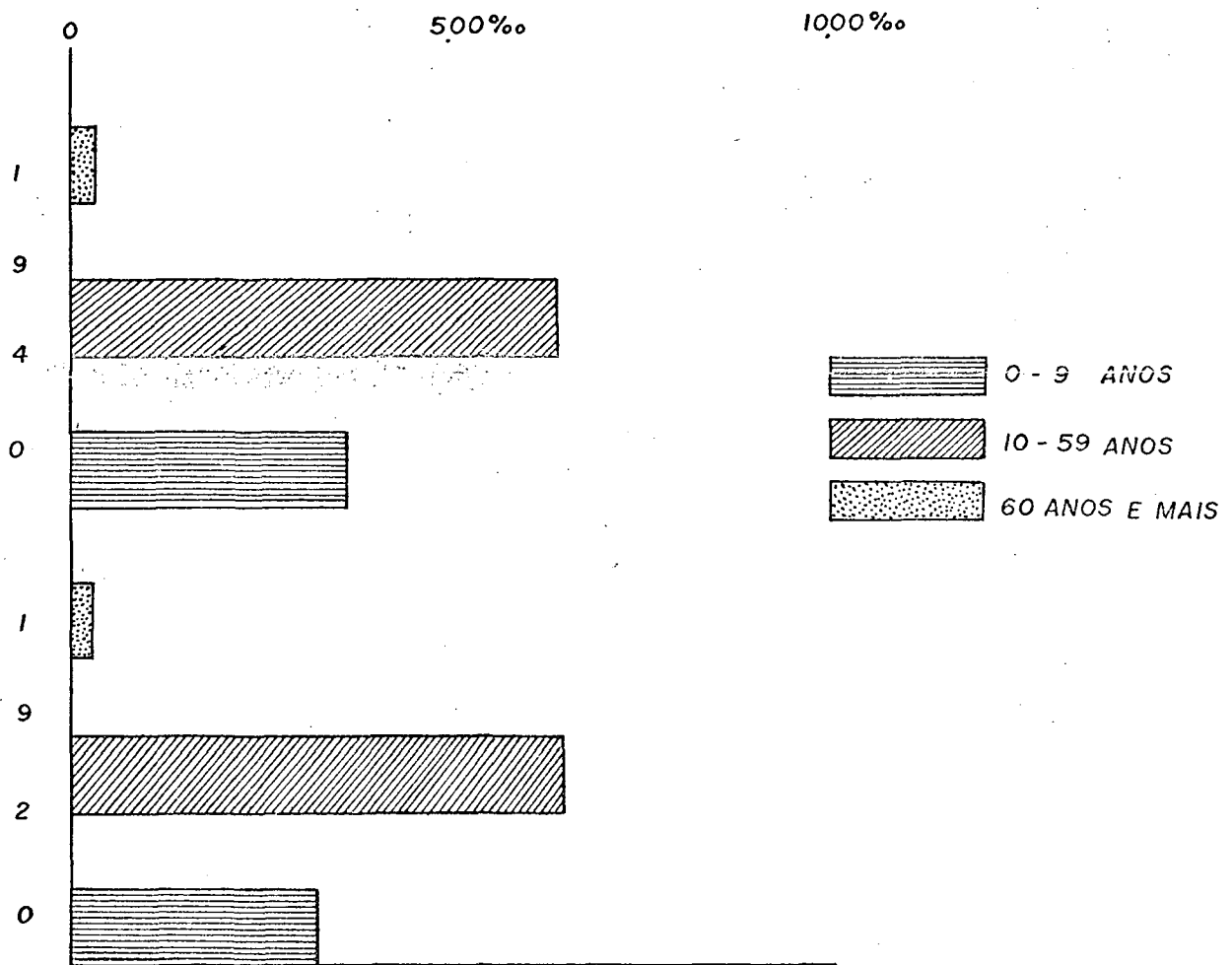
Distribuição proporcional da população por grandes grupos de idade e sexo.  
- por mil ao total -

Grandes grupos de Idade	1920			1940		
	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.
0 - 9	325	309	431	326	315	339
10 - 59	649	659	639	644	652	636
60 - mais	26	32	20	30	33	25
T O T A L	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000

Mediante este quadro, pode-se verificar que a população da região, em ambos os censos, apresenta mais de 60% do total concentrados nos grupos etários considerados como de jovens e de adultos. A proporção de pessoas em idades avançadas, apesar de ser pequena para ambos os sexos, no total cresceu para o censo de 1940. Sob esse aspecto, ainda se constata a existência de um maior número de pessoas do sexo masculino acima dos 60 anos consideradas, portanto, velhas. (gráfico nº 6).

GRÁFICO Nº 6

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR GRANDES GRUPOS DE IDADE  
NORTE PIONEIRO DO PARANÁ



Desenho do Econ. Elias Q. Assis

b.3) Pirâmide etária

As pirâmides etárias, representadas conforme o sexo e a idade combinados, foram construídas a partir dos dados dos dois censos para os diversos grupos de idade reunidos a um total comum de 10 mil, o que permite uma comparação da população entre aquelas datas. Eis, então, as cifras correspondentes em números absolutos e relativos:

QUADRO Nº 14

Distribuição da população por sexo e Grupos de idade: 1920

Grupos de Idade	Sexo Masculino		Sexo Feminino	
	Nºs Absolutos	por 10.000 ao total	Nºs Absolutos	por 10.000 ao total
0 - 9	11.868	3.088	11.670	3.413
10 - 19	8.783	2.285	9.196	2.679
20 - 29	6.433	1.674	5.558	1.625
30 - 39	5.118	1.332	3.779	1.105
40 - 49	3.258	848	2.174	636
50 - 59	1.753	456	1.077	315
60 - 69	832	210	511	149
70 - 79	298	78	170	50
80 - +	87	23	62	18
T O T A L	38.430	10.000	34.197	10.000

FONTE: Censo demográfico - Paraná - IBGE.

## QUADRO Nº 15

Distribuição da população por sexo e grupos de idade: 1940.

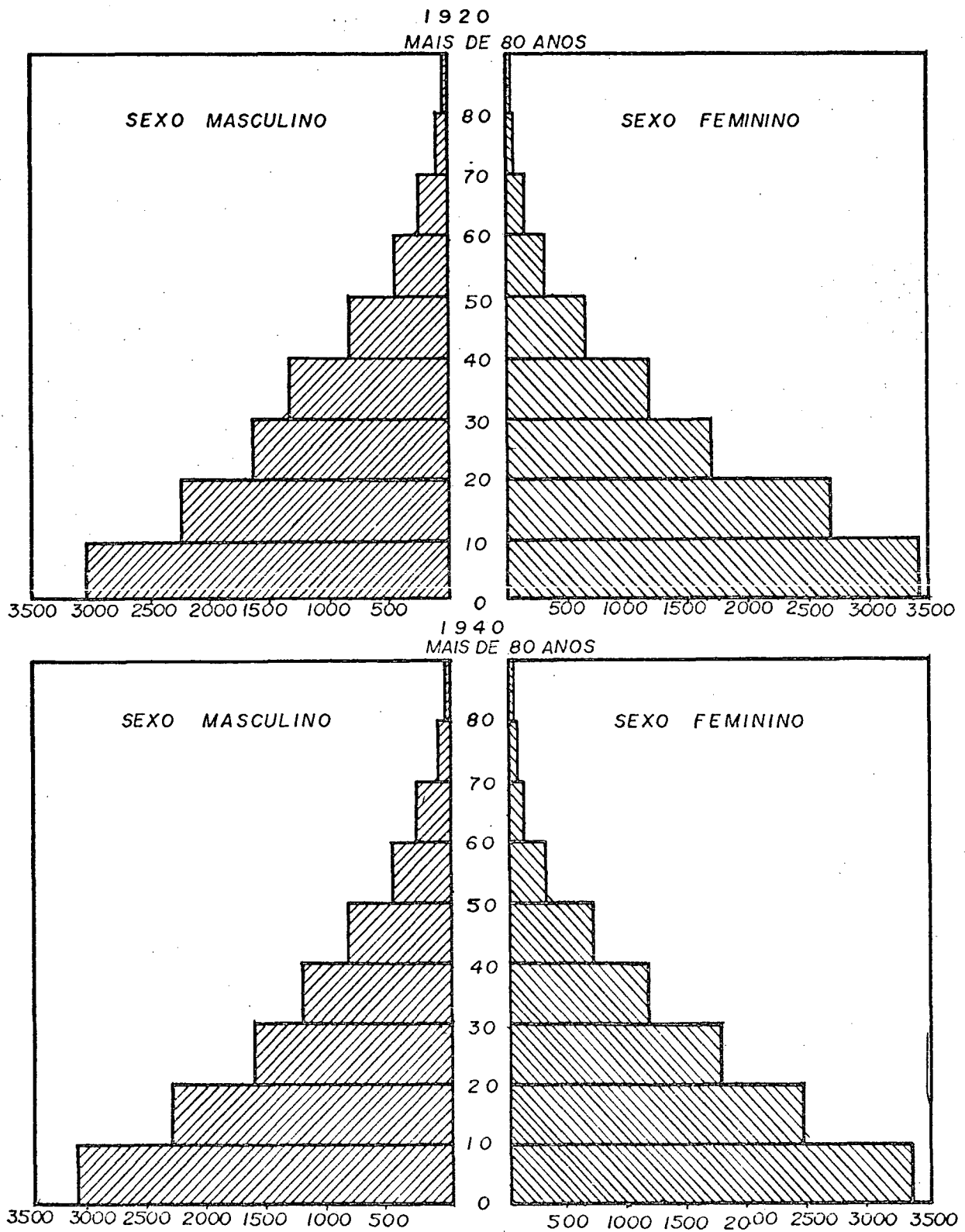
Grupos de Idade	Sexo Masculino		Sexo Feminino	
	Nºs Absolutos	por 10.000 ao total	Nºs Absolutos	por 10.000 ao total
0 - 9	33.606	3.150	33.129	3.389
10 - 19	24.575	2.303	24.215	2.477
20 - 29	17.967	1.684	16.902	1.729
30 - 39	12.962	1.215	10.774	1.102
40 - 49	9.170	859	6.815	967
50 - 59	4.907	460	3.482	356
60 - 69	2.478	232	1.646	168
70 - 79	769	72	542	55
80 - +	272	25	262	27
T O T A L	106.709	10.000	97.767	10.000

FONTE: Censo Demográfico - Paraná - IBGE.

As pirâmides etárias da população do Norte Pioneiro do Paraná se apresentam em 1920 e 1940 como mostra o gráfico nº 7.

GRÁFICO Nº 7

PIRÂMIDES ETÁRIAS  
NORTE PIONEIRO DO PARANÁ



Desenho do Econ. Elias Q. Assis



As pirâmides que foram construídas partindo dos resultados fornecidos pelos dois censos utilizados, evidenciam, uma vez ainda, que se trata de população predominantemente jovem.

Examinando-se os primeiros degraus das pirâmides de idades, correspondentes aos grupos 0/9 e 10/19 anos, verifica-se o seu distanciamento dos demais, o que demonstra claramente, uma superioridade absoluta para os grupos de idade jovem.

Segundo os métodos da Demografia Histórica, esse tipo de população corresponde a uma população do tipo antigo, predominando nela um alto índice de fecundidade e uma forte natalidade<sup>62</sup>. Na população em estudo, porém, não se pode chegar a este tipo de afirmação. Isto porque os dados que os censos fornecem foram apresentados, para a região, englobados, em grupos, e, além disso, não se pode contar com dados de taxas vitais, ou seja, taxas de natalidade, fecundidade e mortalidade. Para a constatação de que a população em estudo comportava ou não forte natalidade ou alta fecundidade, tornar-se-ia necessário empreender levantamento dos registros paroquiais de cada localidade compreendida pela região estudada.

Por outro lado, em virtude de os censos não fornecerem os dados sobre migrações internas, onde se sabe ter sido esta fortemente realizada, dificulta uma análise completa.

No entanto, pelo exame das pirâmides etárias, com todas as ressalvas feitas, constata-se, em todos os perfis, uma seqüência normalizada, não havendo, portanto, desequilíbrio entre os vários degraus, isto levando-se em conta o tipo de população em estudo.

---

<sup>62</sup> GAUTIER, Etienne & HENRY, Louis. La population de Crulai, paroisse normande. Paris, Institut National d'Etudes Demographiques, 1958, Cahier n° 33, p. 62.

b.4) Razão de masculinidade por grupos de idade:

Um outro índice importante da estrutura e da dinâmica demográfica é a razão da masculinidade. Este índice pelos grupos etários possibilita determinar a diferença de mobilidade observada entre os homens e mulheres.

A razão de masculinidade é, em média, de 105<sup>63</sup>. Assim para cada 100 mulheres, uma razão de masculinidade de 105 é considerada normal, mesmo tendo-se em conta que a mortalidade tem índice maior sobre o sexo masculino.

Para a população em estudo encontra-se o seguinte:

## QUADRO Nº 16

Razão de Masculinidade por grupos de idade em 1920 e 1940

Números de homens para 100 mulheres

Grupos de Idade	1920	1940
0 - 9	101,70	101,45
10 - 19	95,51	101,49
20 - 29	115,51	106,30
30 - 39	135,43	120,31
40 - 49	149,86	134,56
50 - 59	162,77	140,92
60 - 69	162,82	150,55
70 - 79	175,29	141,88
80 - +	140,32	103,82

<sup>63</sup>MARCÍLIO, p. 140.

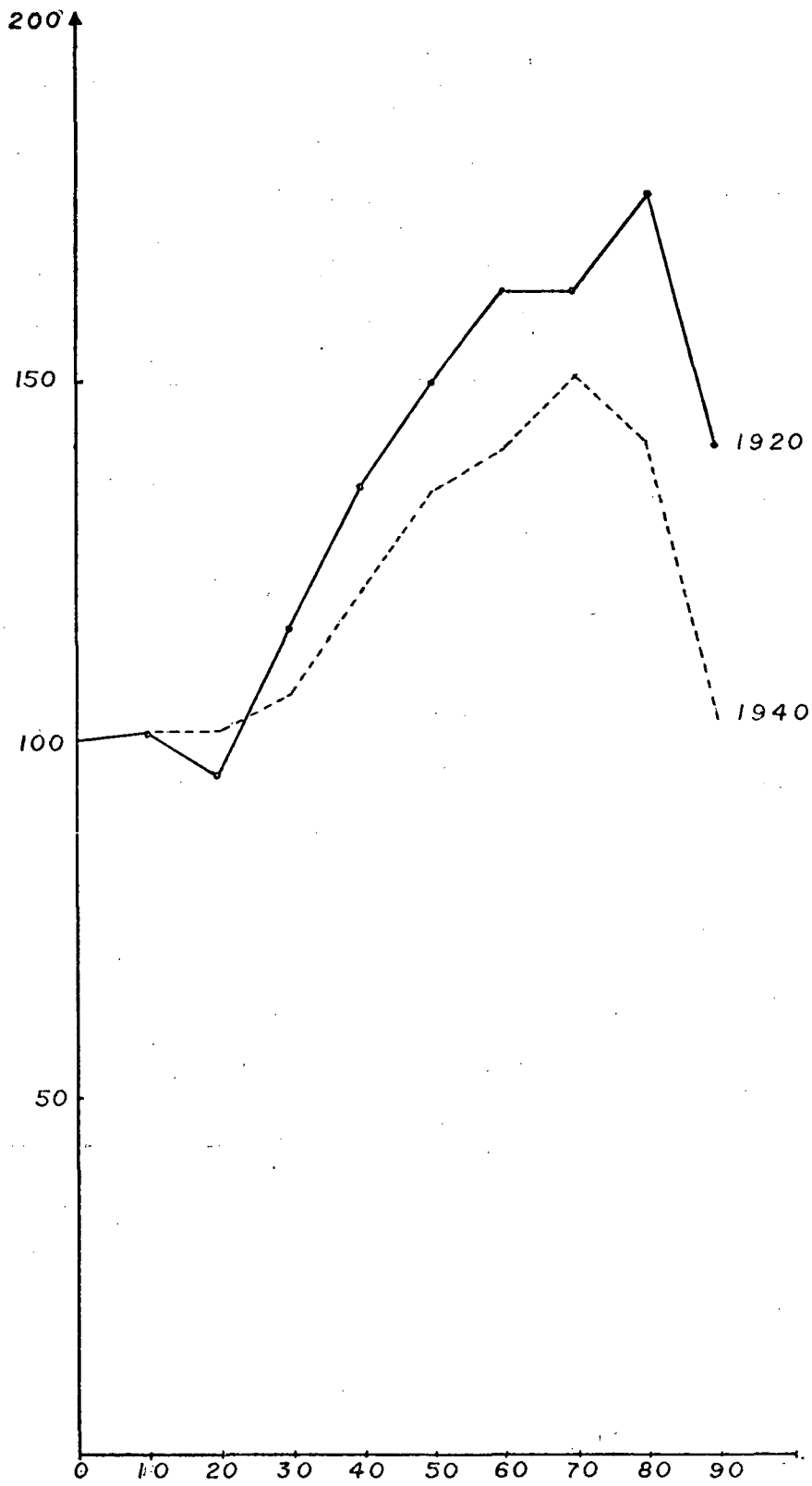
A leitura do gráfico nº 8 sobre a razão de masculinidade por grupos de idade deve ser feita a partir do horizontal: 100 mulheres como referência; assim, para 100 mulheres em cada grupo de idade, o número correspondente de homens será mostrado pela curva. Portanto, o gráfico ilustra, claramente, que, em ambos os censos utilizados, a razão de masculinidade era superior a partir dos 30 anos e que, abaixo dessa idade, permanecia em torno dos 101. Por outro lado, verifica-se também que a R.M., em 1920, para todos os grupos de idade, com exceção apenas dos 10-19 anos, era superior à de 1940. Pode-se, então, admitir que a região recebia um grande afluxo de população masculina em idade adulta e mais avançada. Este alto índice de Razão de Masculinidade, tanto para os adultos como para os velhos, pode estar ligado, à procura de melhores condições de vida, em áreas novas.

#### 6) Estrutura da população por atividades produtivas:

As fontes utilizadas para a análise da estrutura da população por atividades produtivas, apresentam uma série de dificuldades. Assim, os dados sobre a população economicamente ativa, são computados, a níveis municipais, após 1940. O Censo de 1920 faz essa classificação, mas apenas para as capitais do Brasil, adotando, para esse período, o limite inferior de 15 anos no cômputo da população economicamente ativa do Brasil, o que coincide com o critério atual da Organização das Nações Unidas. A partir do Censo de 1940, a população ativa compreende indivíduos de 10 anos e mais, diferença qualitativa, justificável em virtude de desenvolver a região sua economia de base, ainda, predominantemente agrícola.

GRÁFICO Nº 8

RAZÃO DE MASCULINIDADE POR GRUPOS DE IDADE



Desenho do Econ. Elias Q. Assis.

A classificação adotada para a população economicamente ativa, nos censos de 1940-1950 é a seguinte:

1940	1950
1 - Agricultura, pecuária, silvicultura	Agricultura, pecuária silvicultura
2 - Indústria Extrativas	Indústrias Extrativas
3 - Indústrias de Transformações	Indústrias de Transformações
4 - Comércio de Mercadorias, comércio de imóveis e valores imobiliários, crédito, seguros e capitalização	Comércio de Mercadorias, comércio de imóveis e valores imobiliários, crédito, seguros e capitalização
5 - Transportes e Comunicações	Transportes, comunicações e armazenamento
6 - Administração Pública, justiça, ensino público	Administração pública, justiça, legislativo
7 - Defesa Nacional, segurança pública	Defesa Nacional, segurança pública
8 - Profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada	Profissões liberais
9 - Serviços, atividades sociais	Prestações de serviços, atividades sociais
10 - Atividades domésticas, atividades escolares discentes	Atividades domésticas, atividades escolares discentes
11 - Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas.	Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas.

FONTE: Censos de 1940 e 1950. Rio de Janeiro, IBGE.

Conforme se pode verificar, não houve alterações substanciais na classificação adotada para os dois censos. Houve o acréscimo de um ou outro item às categorias correspondentes, sendo, ainda, suprimido um ou outro, considerado sem maior importância.

Utilizou-se, para este estudo, a mesma classificação dos censos. As atividades domésticas e escolares, porém, assim como as condições inativas, foram excluídas.

Procurou-se, portanto, enquadrar a população ativa nos setores primário, secundário e terciário, conforme critério adotado por Colin CLARK<sup>64</sup>, que é a seguinte:

- a) Produção Primária: produção agrícola e pastoril, pesca, caça, explorações florestais e mineração;
- b) Produção Secundária: manufatura, materiais e combustíveis utilizados na indústria (gás e eletricidade);
- c) Produção Terciária: todas as outras atividades econômicas, sendo as principais: construções e edificações, distribuição, transportes e comunicações, comércio e finanças, administração e serviços públicos.

Seguiu-se ainda a classificação apresentada por Alfred SAUVY<sup>65</sup>; tomando como ponto principal de referência a incidência da proporcionalidade dos rendimentos nas diversas atividades econômicas, assim as classifica:

---

<sup>64</sup> CLARK, Colin. Las condiciones del progreso economico. Madrid, Alianza Editorial, 1967, p. 266, 351, 399.

<sup>65</sup> SAUVY, Alfred. Theorie générale de la population; économie et population. Paris, v. 1, 1952. p. 115/116.

Setor Primário: atividades de rendimento decrescente (correspondendo frequentemente à exploração dos recursos naturais);

Setor Secundário: atividades de rendimento crescente (mais frequentemente, a transformação da matéria);

Setor Terciário: atividades de rendimento constante (mais frequentemente, as atividades não manuais).

O critério do professor SAUVY, apesar da rigidez da incidência da lei das proporções mais variáveis sobre determinados ramos da atividade econômica, é interessante, principalmente por ser mais amplo do que o critério social, o da hierarquia das necessidades, o ritmo do progresso técnico, o do consumo das matérias-primas, o da importância dos investimentos.

Segundo tais critérios, compreendem-se:

- 1º - As atividades primárias: a agricultura, pecuária, silvicultura; indústrias extrativas (por serem as mesmas de caráter predominantemente rural);
- 2º - As atividades secundárias: indústrias de transformações;
- 3º - As atividades terciárias: transportes, comunicações e armazenagem, comércio de mercadorias, comércio de imóveis e valores imobiliários, crédito, seguros, capitalização; administração pública, justiça, ensino público; defesa nacional e segurança pública; profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada; serviços e atividades sociais.

Somente o recenseamento de 1950 separou as condições "inativas" das "mal definidas", etc., razão por que se excluem as condições inativas, as atividades não compreendidas nos demais ramos, outras mal definidas e as atividades domésticas não remuneradas e escolares discentes, em ambos os censos.

A população economicamente ativa e suas ocupações foram obtidas através dos dados dos Censos de 1940 e 1950 para os municípios que compõem a região; esses dados compreendem a população de "10 anos e mais" de ambos os sexos. Computados os referidos dados, construiu-se o quadro a seguir:

## QUADRO Nº 17

## Estrutura da população por atividades produtivas

Ramo de atividades e sexo nas datas dos Censos - 1940-1950

Ramo de Atividade População ativa	1940		1950		1940	1950
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Total	Total
Agric.Pec.Silvic.	54.374	7.117	82.394	6.638	6.491	89.032
Indúst. Extrativas	230	8	494	4	238	498
Indúst. de Transf.	2.292	33	5.178	150	2.325	5.328
Comércio de Mercadorias, com. de imóveis, etc.	1.755	43	3.397	139	1.798	3.536
Transp. e Comunic.	1.979	31	2.590	78	2.010	2.668
Administr. Pública	559	318	802	64	877	866
Defesa Nac., Seg.Públ.	90	2	146	-	92	146
Prof. Liberais	216	58	253	29	274	282
Serv., Ativid. Soc.	1.073	669	3.332	4.874	1.742	8.179
<b>Total</b>	<b>62.568</b>	<b>8.279</b>	<b>98.586</b>	<b>11.949</b>	<b>70.847</b>	<b>110.535</b>
Atividades domésticas e escolares	3.524	49.179	6.546	85.768	52.703	92.314
Condições inativas etc.	6.018	7.177	8.892	6.335	13.195	15.227
<b>Total</b>	<b>9.542</b>	<b>56.356</b>	<b>15.438</b>	<b>92.103</b>	<b>65.898</b>	<b>107.541</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>72.110</b>	<b>64.635</b>	<b>114.024</b>	<b>104.052</b>	<b>136.745</b>	<b>218.076</b>

FONTE: Recenseamento Geral do Brasil - 1940 e 1950, Rio de Janeiro IBGE; Curitiba Departamento Estadual de Estatística.

Iniciando a análise da população ativa do Norte Pioneiro paranaense, pelo setor primário, pode-se afirmar que a maior parte da população da região dedicava-se à agricultura. O desenvolvimento da agricultura na região, estando ligado à cultura intensiva do café, evidencia a prática de uma produção agrícola que, na sua parcela de real expressão, era



destinada ao mercado de exportação. Por outro lado, verifica-se que a população se dedicava também à cultura de cereais, seja para o consumo próprio, seja para o comércio imediato.

Levando-se em conta que as atividades do setor secundário são desenvolvidas em zonas tipicamente urbanas, correspondendo, pois, mais frequentemente, à transformação da matéria<sup>66</sup> e com os dados do quadro nº 17 neste setor, verifica-se que uma inexpressiva parte da população dedicava-se a essas atividades.

Por outro lado, não se pode afirmar se houve ou não progresso na urbanização regional. Os dados referentes à distribuição da força do trabalho por setores de atividades, fornecem elementos para discriminar, quantitativamente, o número de pessoas que se dedicavam a esta ou àquela atividade, mas não possibilitam a localização do seu "habitat". Assim, quanto à evolução da urbanização na região, é necessário estabelecer a seguinte ressalva: Quantitativamente, costuma-se considerar como "urbana", a população que vive em aglomerações de mais de 2.000 habitantes<sup>67</sup>. Esse critério só foi adotado a partir do censo de 1940 e criou, em virtude da complexidade do assunto, uma série de polêmicas, levando Giorgio Mortara a propor "a adoção dum critério quantitativo", isto é, a considerar-se como urbana, no sentido científico da expressão, a soma das populações urbanas e suburbana de um distrito, quando superior, a certo limite. Considera Mortara, ser muito baixo o limite de 2.000 habitantes para uma aglomeração urbana: em primeiro lugar, por compreender

---

<sup>66</sup>SAUVY, p. 116

<sup>67</sup>INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento Geral do Brasil - 1940. Rio de Janeiro, 1950, t. 2, p. 12/13.

não somente a população do centro principal, mas também, a do subúrbio; em segundo lugar, não permite "verificar se efetivamente toda essa população vive aglomerada numa cidade e nos respectivos subúrbios, enquanto, por via de regra, especialmente no quadro suburbano, parte dela mora em casas esparsas, às vezes, bem distantes da cidade"<sup>68</sup>. Adota, então, o professor Mortara, o limite mínimo de 5.000 habitantes para discriminar, com a maior aproximação possível, a população urbana, no seu sentido demográfico e sociológico. Permite esse limite eliminar boa parte das populações rurais, as quais ficariam incluídas, adotando-se o limite de 2.000, sem excluir, de outro lado, nenhum centro demográfico realmente urbano.

Do ponto de vista qualitativo, a distinção entre "urbano" e "rural" é mais complexa. Antes de tudo porque não se correspondem necessariamente o "habitat" e a atividade profissional de uma população, isto é, nem sempre a fixação na zona rural corresponde à atividade agrícola, podendo também verificar-se o contrário — como em diversas zonas agrícolas, no caso da região em estudo. Se no princípio da colonização os trabalhadores residiam na zona rural, o mesmo não acontece hoje. É comum residirem certos trabalhadores rurais na zona urbana e trabalharem na lavoura como diaristas. Esse fenômeno intensifica-se na época da colheita, quando os caminhões transportam essa mão-de-obra volante de ambos os sexos, da cidade para os campos e vice-versa. Embora em menor proporção, enquadram-se no mesmo caso os fazendeiros absentistas, em grande número de municípios, os quais, preferindo morar na cidade, dedicam a maior par-

---

<sup>68</sup>MORTARA, Giorgio. Observações sobre a discriminação da população urbana no censo de 1940. R. bras. dos Muns., Rio de Janeiro, 3 (3):20-55, jan./mar. 1950.

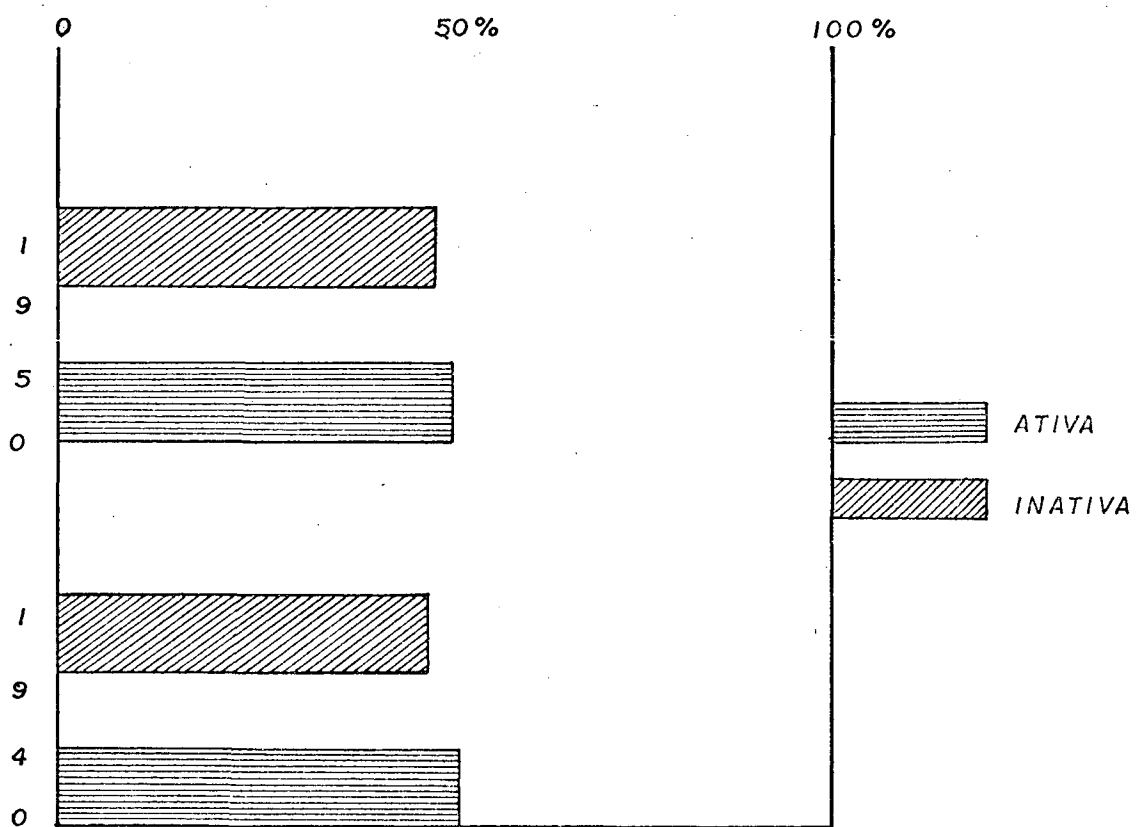
te de suas atividades aos trabalhos rurais. Por outro lado, não se pode falar de uma realidade urbana em oposição à realidade rural, tão entrelaçadas se encontram as duas. Na região em estudo, aglomerações classificadas como cidades encontram-se, psicológica e socialmente, muito mais próximas da vida rural do que da urbana. É o caso da maioria das cidades que tiveram suas origens nos "patrimônios", que, geralmente, eram uma extensão dos domínios dos fazendeiros desbravadores da região.

Quantitativamente, os dados sobre população urbana e rural só são discriminados a partir do censo de 1940, e qualitativamente, ocorrem os fenômenos acima expostos. Portanto, face a essa situação, a problemática sobre a urbanização da região, torna uma análise sob este ângulo prejudicada. Apesar do aparecimento, na região, de quase duas dezenas de centros urbanos, acredita-se que o maior contingente populacional se mantenha residindo na zona rural. Em razão de não se poder contar com dados seguros sobre a população urbana e rural e a existência deles somente a partir de 1940, dificulta a realização de um trabalho mais objetivo e preciso sob esse aspecto. No entanto, utilizando-se dos dados sobre a atividade produtiva dos habitantes da região, é possível aventar a hipótese de que, dada a grande maioria da população estar ligada às atividades agrícolas, a população residia também em sua maioria na zona rural. Por outro lado, não se pode ignorar aquela população que, por não ter sido discriminada corretamente, nos censos, foi considerada como inativa. Portanto, para justificar a explanação acima e evidenciar a complexidade que envolve o assunto, separou-se a população economicamente ativa, da considerada inativa. (gráfico nº 9).

Assim do total geral da população encontrou-se o seguinte:

GRÁFICO Nº 9

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA E INATIVA



Des. do Econ. Elias Q. Assis

## QUADRO Nº 18

Distribuição da população em ativa e inativa - Porcentagem

População	1940	1950
Ativa	51,51	50,69
Inativa	48,19	49,31
T O T A L	100,00	100,00

Ainda em relação ao setor secundário, o quadro nº 20 mostra que, apesar de haver um crescimento de 1940 para 1950, passando de 3,29% para 4,81%, não foi ele realmente significativo.

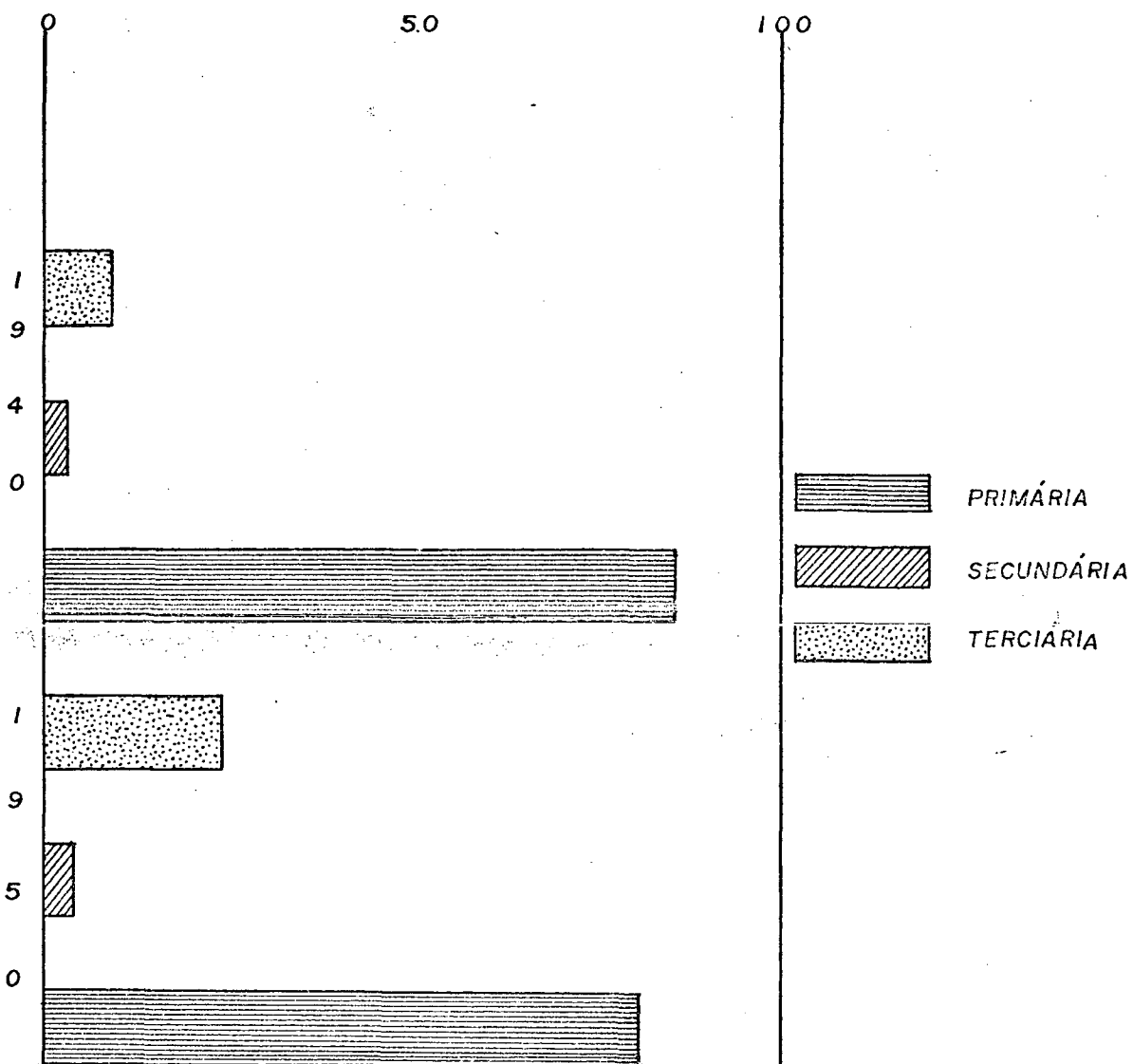
Para o setor terciário, da mesma forma que para o secundário os dados dos quadros nºs 19 e 20 apontam, também, reduzida população que se dedicava a essa atividade. O crescimento encontrado entre 1940 e 1950, verifica-se que está mais em razão do crescimento populacional, proporcional aquela atividade.

Os quadros a seguir e o gráfico nº 10 ilustram melhor a explicação.



GRÁFICO Nº 10

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA  
POR SETORES DE ATIVIDADES PRODUTIVAS



Des. do Econ. Elias Q. Assis

**CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DA REGIÃO**



## PARTE I

## A OCUPAÇÃO DO SOLO

A ocupação do solo do Norte Pioneiro paranaense fez-se por dois fatores distintos, porém inseparáveis: a colonização rural e a fundação de núcleos urbanos. Na colonização rural, o objetivo básico da posse da terra é o café.

Sabe-se que a área em que o café domina, é a das terras altas (400-600 metros), ou mesmo (600-1.000 metros). Assim, as terras baixas são destinadas para pastos e outras culturas, isto em função das injunções climáticas, a fim de se fugir à geada. Formam-se pois, faixas de ocupação diferenciadas em altitude, diversificando a paisagem agrícola da região.

Não obstante porém a grande importância do café, o exame minucioso demonstra variações de forma e intensidade na posse da terra. Assim, se o café é na maioria dos casos figura de primeiro plano, em determinadas áreas da região, pode desempenhar papel menos relevante.

Por outro lado, é importante observar que, quando teve início a ocupação do solo, isto é, quando a área era de conquista recente, enquanto o café estava sendo plantado ou ainda não produzia, o proprietário introduzia a prática de culturas temporárias como: arroz, milho, feijão, trigo, etc., tanto para suprir as necessidades elementares, ou seja para garantir a manutenção da família, como para poder contar com culturas de produção e comercialização mais rápida.

Assim, constata-se a existência de áreas com culturas temporárias, plantadas entre os carreiros do cafezal. A introdução dessas culturas,

no entanto, não tem caráter definitivo — como a própria palavra diz — não subtraindo, portanto, o caráter monocultor do café, nessa área.

A diversificação de culturas vai ocorrer, muito mais tarde, quando do predomínio da pequena propriedade em novas áreas do Norte Pioneiro do Estado.

Para realizar um estudo mais exaustivo sobre a ocupação do solo da região Norte Pioneiro paranaense, necessária seria a existência de dados sobre o assunto para a área, desde os primórdios de seu aparecimento. No entanto, esses dados, para o século passado, só são encontrados esparsos em alguns autores; ainda assim, as informações referem-se apenas e tão somente à cultura do café, extração do mate e madeira para todo o Estado.

Os dados sobre a produção agrícola do Norte Pioneiro do Paraná, nos meados do século passado, época de formação inicial daquela área, são inexistentes.

Acredita-se assim que, em virtude de a agricultura paranaense, só ter tomado vulto a partir da década de vinte deste século, é que os órgãos oficiais passaram a registrar aquelas produções.

Mesmo a partir de 1920, as estatísticas sobre a produção agrícola paranaense não são abundantes, nem completas, nem muito acordes entre si.

Pelos dados abaixo, verifica-se a divergência existente entre os vários autores:

Sobre a exportação de café, TAUNAY relata o seguinte:

Uma das primeiras partidas que haviam demandado o porto de Santos, a do Coronel F. de P. Figueredo<sup>69</sup>, um montante de 200 sacas, por volta de 1897/98, depois de conduzirem lombo de burro à Cerqueira César, ponta dos trilhos da Sorocabana, deram como resultado, na conta de venda, um prejuízo de 154\$000, incluídas todas as despesas, afora de produção<sup>70</sup>.

Ainda segundo TAUNAY, " a safra paranaense exportada passou de 26 sacas - 1902, para 3.311 - 1912, 61.525 em 1921, atingindo em 1930 a 644.000 sacas<sup>71</sup>.

Luiz Amaral<sup>72</sup>, por sua vez, aponta para o Paraná, no ano de 1900, uma exportação que atingia a 1.600 quilos, equivalentes a quase 27 sacas.

O Relatório da Inspeção Agrícola do Paraná<sup>73</sup>, ano 1925, diz que "O café começou a figurar na balança comercial do Paraná em 1903, com um volume de pouco mais de 250.000 quilos, no valor de cerca de 70 conto de réis".

Apesar de todas essas divergências, fica evidenciado que o café já era exportado em 1897, representando a produção do NORte do Estado.

#### 1) Área Total das Propriedades rurais e sua distribuição

A construção do quadro nº 21, com dados sobre a superfície total dos municípios, área total dos estabelecimentos rurais, área cultivada com café, área total cultivada, e relação percentual entre esses itens, a nível municipal, possibilita uma visualização mais real da ocupação do solo da região. Permite ainda, uma série maior de variação do fenômeno.

<sup>69</sup>Área do atual município de Jacarezinho

<sup>70</sup>TAUNAY, p. 78-79

<sup>71</sup>Ibid

<sup>72</sup>AMARAL, Luiz. História da agricultura brasileira. São Paulo, Ed. Nacional, 1958, 3 V., V.II, p. 253

<sup>73</sup>BRASIL, Ministério da Agricultura Indústria e Commercio. Anuário do Ministério da Agricultura Indústria e Commercio 1925. Rio de Janeiro, Typ. Serviço de Informações, 1927. p. 88

QUADRO Nº 21

Superfície dos municípios, área dos estabelecimentos rurais e porcentagem entre eles - 1920

Municípios	superfície territorial (ha)	área (ha)		% entre total cultivada			
		total dos estabelecimentos	total cultivada	cultivada com café	sup. territorial	área total estabelecimentos	área cultivada com café
Carlópolis	37.400	21.030	783	226	2,1	3,7	28,9
Jacarezinho	523.000	68.136	12.270.042	6.443	2,3	18,0	52,5
Rib. Claro	51.500	47.201	16.170.058	6.643	31,4	34,2	41,1
S.A.Platina	154.900	74.445	5.216	1.109	3,3	7,0	21,3
S.J.B.Vista	73.000	70.602	11.446	1.663	15,6	16,2	14,5
Tomazina	583.400	119.762	15.196	6.922	2,6	12,7	45,7
T O T A L	1.423.200	401.182	61.082	23.006	4,3	15,2	37,6

FONTE: Recenseamento geral 1920 - DGE - IBGE

Pelos dados acima, verifica-se desproporção existente entre a área total dos estabelecimentos rurais e a área total cultivada.

As cifras correspondentes a cada município existente na região, demonstram que, para o município de Ribeirão Claro, o percentual ultrapassa os 30%. Nos demais, a área cultivada ficava entre 3,7% a 18,0% da área total dos estabelecimentos agrícolas. Constata-se, assim, a existência de vasta extensão territorial das áreas rurais, em matas, conforme se vê no quadro a seguir.

## QUADRO Nº 22

## 2) Área total dos estabelecimentos rurais e área ocupada por matas 1920

Municípios	Total dos Estab. rurais (ha)	Ocupado por mata (ha)	%
Carlópolis	21.036	5.074	24,1
Jacarezinho	68.136	45.205	66,3
Rib. Claro	47.201	16.879	35,8
S.A. da Platina	74.445	53.531	71,9
S.J.B. Vista	70.602	12.945	18,3
Tomazina	119.762	58.458	48,8
T O T A L	401.182	192.092	47,9

FONTE: Recenseamento geral - Paraná. DGE - IBGE

Observa-se que da área total das propriedades rurais da região, em 1920 quase 50% eram conservados em matas. Destacam-se, entre aqueles municípios, o de Santo Antônio da Platina e Jacarezinho, o primeiro com 71,9% de sua área em matas e o 2º com 66,3%—

Isto leva a crer que a área em matas tinha o seu valor igual ao das terras cultivadas ou maior, uma vez que aqueles municípios compreendiam, até então, as melhores faixas de terras roxas da região.

Saliente-se aqui que, em 1920, aqueles seis municípios abrangiam toda a área de terras correspondentes ao atual Norte Velho do Paraná. Assim, apesar de nessa época já existirem vários povoados — futuros municípios autônomos — eram estes agrupados aos primeiros, além do que a área estava em fase de expansão populacional e conseqüentemente a exploração agrícola iria devastar parte daquelas matas.

Atentando-se para o quadro nº 21, supõe-se que as superfícies territoriais dos municípios de Jacarezinho e de Tomazina, sejam inexatas. Deve-se, porém, levar em conta que eles englobavam mais de uma dezena de municípios, que foram sendo gradativamente desmembrados (ver quadro demonstrativo nº 1).

Confrontando os dados da área total dos estabelecimentos rurais e da ocupada por matas, verifica-se que o total de ambas não perfaz, nem de longe, a superfície territorial de cada município.

Isto se explica pela existência de vários rios, entre eles, o Paranapanema, que atravessa enorme parte da região, o Cinzas e o Itararé e, nas margens dos rios, vastas áreas de várzeas-brejos, riachos, ribeiras, etc... Além disso, parte daquela superfície estava destinada à sede urbana e suburbana dos municípios, à sede dos distritos, às vilas ou povoados.

Através da porcentagem relativa à área total cultivada, e aqueles itens do quadro, para cada município da região, constata-se na área de ocupação mais recente, como é o caso de Jacarezinho, um percentual maior no cultivo da lavoura cafeeira sobre os demais culturas. Disso presume-se que a cultura do café expandia dali para o oeste, ou seja, dirigia-se para Cambará, Bandeirantes, situados no extremo-norte. Verifica-se, também, que, em alguns daqueles primeiros municípios formados, ou nunca se chegou a desenvolver a monocultura do café ou adotou-se, a partir daquela época, a policultura. O percentual de apenas 14,5% para São José da Boa Vista, 21,3% para Santo Antônio da Platina, indica, naquelas áreas a diversificação da cultura, voltada para o cultivo do milho, arroz, feijão, etc. (Anexo nº 4).

Apesar dos dados coletados, não se pode, portanto, tratar a região, naquela época, como monocultura do café.

No contexto estadual, porém, a área de 23.006 ha cultivados com café, representava 96,6% da área total cultivada com esse produto, no Estado, o que mostra, por si só, a localização do Norte paranaense como representativa daquele produto de exportação.

De acordo com os dados do recenseamento de 1920 — ano agrícola 1919/1920 — a área total cultivada na região era de 61.128 ha, assim distribuídos:

QUADRO Nº 23

## 3) Distribuição da área em culturas - Regional - 1920

Culturas Temporárias	Área Total (ha)	%
Milho	24.509	40,1
Feijão	7.669	12,5
Arroz	2.459	4,0
Algodão	1.960	3,3
Cana-de-Açúcar	934	1,5
Trigo	112	0,2
OUTROS	443	0,8
TOTAL	38.076	62,4
Permanentes: Café	23.006	37,6
TOTAL GERAL	61.082	100,0

FONTE: D.G.E. - Recenseamento Geral. 1920 - Paraná.

Vê-se que, para o ano agrícola de 1919/20, a cultura mais explorada ou com maior área a ela dedicada era a de milho, abrangendo 40,1% da área total cultivada; as demais culturas são pouco significativas, tendo aquelas funções descritas anteriormente, ou seja, de um comércio mais imediato ou para prover a própria subsistência. Presume-se que assim tenha sido para aquela época, pois, é a partir daí que a cultura cafeeira começa a expandir-se, dominando a região, em direção do extremo-norte. Evidentemente, deve-se levar em conta que as primeiras áreas colonizadas nessa região, por vários fatores: agrológicos, meios de transportes e comunicações e pelo próprio caráter — sempre inconstante que tem a cultura da rubiácea — em busca de terras novas, provocam a substituição gratuita do café por outras culturas.

Dada a importância que assume a cultura do café na região, nada parece mais adequado do que apresentar alguns dados sobre a estrutura regional da cafeicultura.



## PARTE II

## ESTRUTURA REGIONAL DA CAFEICULTURA

Os dados levantados para a região, que serão mostrados abaixo, permitem uma visão mais ampla de como estava estruturada a cafeicultura do Norte Pioneiro paranaense, e o que ela representava.

Da análise da produção total do café, número de árvores e número de propriedades cafeeiras para os anos de 1920 e 1940, pode-se constatar que houve grande crescimento daquela cultura, para quase todos os municípios da região (Ver anexo nº 5). A exceção que se verifica incide justamente sobre Venceslau Brás — município que engloba, a partir de 1935, o de São José da Boa Vista —, este último, o mais antigo da região.

1) Produção total, número de árvores e número de propriedades

O quadro a seguir apresenta a produção total em toneladas, número de árvores e propriedades cafeeiras nos anos de 1920 e 1940.

Tais dados correspondem ao ano agrícola de 1919/20 e 1939/40, respectivamente.

QUADRO Nº 24

1) Produção total de café, número de árvores e de propriedades cafeeiras - 1920/1940 - Região - Estado

ITEM	1920			1940			1920 - 1940	
	total re- gião Norte Velho	total Estado	% sobre o total	total re- gião Norte Velho	total Estado	% sobre o total	Crescimento absoluto	%
Prod. total (ton.)	4.902	5.086	96,38	66.509	71.091	93,55	1.356	
Nº de árvores (ton.)	13.803.272	14.287.666	96,61	50.910.610	75.561.729	67,38	369	
Nº de propriedades	475	1.215	39,09	3.206	5.274	60,79	675	

FONTE: IBGE - Censo Agrícola - Estado do Paraná - 1940. p. 262-263.

De acordo com os resultados constantes do quadro, em 1920, existiam nos seis municípios da região, 475 propriedades agrícolas que se dedicavam, em maior ou menor proporção, à cafeicultura, apresentando apenas 39,09% do total existente no Estado.

O número de árvores, nesse ano e região, atingiram a 13.803.272 de pés, correspondendo a 96,61% do total do Estado principalmente verificando-se que 96,38% da produção cafeeira foi dali extraída.

Comprando-se os dados entre o período de 1920-1940, constata-se que houve um enorme crescimento absoluto para os três itens. Enquanto a produção total de café para a região entre aqueles anos, cresceu em proporções gigantescas, atingindo o percentual de 1.356%, o número de árvores teve um aumento absoluto da ordem de 317% e o número de propriedades atingiu 674%.

Embora, já em 1935, tenham aparecido novos municípios produtores de café, mais ao extremo-Norte (Londrina, Sertãoópolis, etc.) o representativo da cultura cafeeira paranaense pertence à região do Norte Pioneiro.

## 2) Área total das propriedades cafeeiras e sua distribuição - Regional 1940.

De acordo com os dados obtidos através do D.N.C., a área total das propriedades cafeeiras dos municípios abrangidos pela pesquisa, se elevava, em 1940, a 394.344 ha o que corresponde a cerca de 70,0% da área total do Estado. A área cultivável, ou com outras culturas atingia a 80,5% das propriedades cafeeiras do Estado (anexo nº 6).

Para a região em estudo, a área total das propriedades cafeeiras, a área total do café, em matas, cultivável ou com outras culturas e as não especificadas, apresentam as seguintes cifras.

## QUADRO Nº 25

Área total das propriedades cafeeiras e sua distribuição - Regional. 1940

ITEM	área total das propriedades	área total do Estado	%	região e Estado % entre a área	(ha) % Região
área em cafeeiros	80.030	111.397	19,8	71,8	20,3
área em matas	181.996	286.920	51,0	63,4	46,1
área cultivável	132.084	164.115	29,1	80,5	33,5
área com cultura não especificada	224	449	0,1	50,3	0,1
T O T A L	394.334	562.881	100,0	70,0	100,0

FONTE: Anuário Estatístico do Café - DNC - IBC - 1942

Daí se conclui que, para a região, da área total das propriedades cafeeiras, a área em cafeeiros representava apenas 20,3%, enquanto a área em matas perfazia 46,1%; a cultivável ou com outras culturas correspondia a cerca de 33,5% e a com cultura não especificada a 0,1%.

Observando o anexo nº 6, constata-se que apenas aqueles municípios de formação mais recente, Cambará, Bandeirantes e Cornélio Procópio, dedicavam maior área de suas propriedades às culturas do café. Apesar, contudo, de estas haverem crescido muito, as áreas conservadas em matas, em quase todos os municípios, no ano de 1940, eram bastante altas, perfazendo, em alguns deles, quase a metade da área total.

### 3) Extensão e distribuição das propriedades segundo a área

Pela extensão das propriedades, pode-se verificar se, na região, predominavam pequenos ou grandes propriedades. Os dados do Censo de 1920 computaram as propriedades a partir de menos de 41 ha, não havendo, portanto, condições de saber qual realmente era a extensão dessas propriedades com menos de 41 ha.

A construção do quadro a seguir, segue o critério adotado pelo censo, no referido ano agrícola.

QUADRO Nº 26

Extensão e distribuição das propriedades segundo a área. 1920

Municípios	Nº de propriedades segundo a extensão territorial (ha)										
	total	de 41 (ha)	de 41 a 100	101 a 200	201 a 400	401 a 1.000	1.001 a 2.000	2.001 a 5.000	5.001 a 10.000	10.001 a 25.000	25.001 e mais
Carlópolis	69	15	13	15	9	13	3	1	-	-	-
Jacarezinho	242	52	77	45	31	22	10	3	2	-	-
R. Claro	368	122	140	66	24	10	3	3	-	-	-
S.A. Platina	400	167	119	64	26	11	8	4	-	1	-
S.J.B. Vista	770	319	261	118	47	24	-	1	-	-	-
Tomazina	400	48	132	100	53	49	9	6	3	-	-
T O T A L	2.249	723	742	408	190	129	33	18	5	-	-

FONTE: Censo Econômico de 1920 - D.G.E.

Continuação do Quadro nº 26

Área média das propriedades. 1920

Municípios	Área média, em ha das propriedades									
	de 41 (ha)	41 a 100	101 a 200	201 a 400	401 a 1.000	1.001 a 2.000	2.001 a 5.000	5.001 a 10.000	10.001 a 25.000	25.001 e mais
Carlópolis	23	80	142	240	622	1.352	3.535	-	-	-
Jacarezinho	28	67	134	276	655	1.324	2.380	6.071	-	-
Ribeirão Claro	22	71	147	277	648	1.368	2.559	-	-	-
S.A. da Platina	22	64	137	263	605	1.350	3.327	-	16.620	-
S.J.B. Vista	23	66	133	275	592	-	3.073	-	-	-
Tomazina	29	70	147	266	579	1.457	3.097	6.812	-	-
T O T A L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: Censo Econômico de 1920 - D.G.E.

4) Número de propriedades rurais segundo as classes de área

No que tange à distribuição, segundo a área das propriedades agrícolas (inclusive as não cafeeiras) dos municípios abrangidos pelo trabalho, a situação apurada, em 1920, foi a seguinte:

QUADRO Nº 27

Número de propriedades rurais segundo a classe de área. 1920. Regional

Classe de área	nº de prop.	%	área total (ha)	%
De 41 ha	723	32,14	16.888	4,3
De 41 a 100	742	33,00	50.221	12,5
De 101 a 200	408	18,14	57.024	14,2
De 201 a 400	190	8,45	51.013	12,7
De 401 a 1.000	129	5,75	78.210	19,5
De 1.001 a 2.000	33	1,46	45.313	11,3
De 2.001 a 5.000	18	0,80	53.315	13,3
De 5.001 a 10.000	5	0,22	32.578	8,1
De 10.001 a 25.000	1	0,04	16.620	4,1
De 25.001 a mais	-	-	-	-
T O T A L	2.249	100,00	401.182	100,0

FONTE: Censo Agrícola - 1920 - IBGE.

Como se observa, 65,14% das propriedades possuíam áreas até 100 ha, e apenas 2,52% das propriedades contavam com área além de 1.001 ha. Em relação à área total, para as propriedades até 100 ha, o percentual correspondia a 16,8%; 46,4% compreendia áreas até 1.000 ha, e 36,8% áreas até 25.000 ha.



Verifica-se, pelo quadro acima que, das 2.249 propriedades, 57 com áreas superior a 1.000 ha, englobavam, 36,8% da área total da região.

Considerando-se grande propriedade, aquela com área superior a 1.000 ha, verifica-se que, na região, predominava a pequena propriedade, representando estas 94,48% do total e aquelas com área superior a 1.000 ha, 2,52%.

Por outro lado, a representação da área média, daquelas propriedades em hectares, demonstra que a área de uma propriedade apenas, no caso de Santo Antônio da Platina, era superior à área de 286 propriedades com menos de 41 a 100 ha. Tal fato evidencia, portanto, a existência de propriedades de grande extensão territorial. Assim, paralelamente as numerosas propriedades de pequena área, existiam, em número pequeno, algumas propriedades de áreas extensas.

QUADRO Nº 28

5) Distribuição das propriedades cafeeiras segundo o tamanho dos cafezais - 1940.

Tamanho dos cafezais	Norte Velho do PR		Demais propriedades do Estado			
	nº de prop.	%	nº de prop.	%	total	% reg.
Até 500 cafeeiros	203	6,4	48	2,3	251	80,8
De 501 a 1.000	322	10,1	101	4,9	423	76,1
De 1.001 a 5.000	1.215	37,9	860	41,6	2.075	58,5
De 5.001 a 10.000	626	19,5	645	31,2	1.271	49,2
De 10.001 a 25.000	517	16,1	348	16,8	865	59,7
De 25.001 a 50.000	157	4,9	53	2,6	210	47,7
De 50.001 a 100.000	93	2,9	8	0,4	101	92,0
De 100.001 a 500.000	68	2,1	4	0,2	72	94,4
De mais de 500.000	5	0,1	1	-	6	83,3
T O T A L	3.206	100,0	2.068	100,0	5.274	60,7

FONTE: Departamento Nacional do Café - 1940 (D.N.C.)

Como se observa, 16,5% das propriedades cafeeiras do Norte Velho paranaense possuíam, em 1940, cafezais de menos de 1.000 pés; 57,5% possuíam cafezais de 1.000 até 10.000 pés; 21,0% de 10.000 até 50.000 pés; e 5,1% entre 50.000 e mais de 500.000 pés (anexo nº 7).

Por outro lado, vê-se que, para as demais propriedades dos cafeeiros do Estado, 7,2% possuíam cafezais de menos de 1.000 pés; 72,8% entre 1.000 e 10.000 pés; 19,4% entre os 10.000 e 50.000 pés; e 0,6% de 50.000 a mais de 500.000 pés. Mesmo não se tendo dados sobre o número de cafeeiros para cada tamanho dos cafezais, é possível deduzir, pelas cifras do quadro acima, que metade dos cafeeiros existentes no Estado estava concentrada em mais ou menos 166 propriedades, ou seja, em cerca de 5,1% das propriedades. O fenômeno da concentração, porém, só seria perfeitamente compreensível com a existência daqueles referidos dados.

Verifica-se, também, que as propriedades cafeeiras com grandes plantações, ou cafezais acima de 50.000 pés e atingindo mais de 500.000 estavam quase na totalidade localizadas nessa região, representando 92,7% da existente no Estado.

#### 6) Distribuição por idade dos cafeeiros

Várias conclusões sobre a estrutura e a evolução da cafeicultura paranaense podem ser extraídas da análise da distribuição por idade dos cafezais. A distribuição, para o ano de 1940, segundo os dados do Departamento Nacional do Café, resume-se no quadro a seguir:

## QUADRO Nº 29

## Distribuição etária dos cafeeiros - 1940 - Regional

I D A D E	Total da região		Total do Estado		%
	nº de pés	%	nº de pés	%	
De - 4 anos	8.821.444	20,2	22.327.418	36,3	Entre os nºs de pés 39,5
De 4 a 8	12.251.170	28,0	16.113.100	26,2	76,0
De 8 a 20	16.090.148	36,7	16.338.248	26,6	98,4
De 20 a 40	6.411.740	14,6	6.411.570	10,5	100,0
De + de 40	193.570	0,5	193.570	0,4	100,0
T O T A L	43.768.612	100,0	61.434.076	100,0	71,2

FONTE: Anuário Estatístico do Café - IBC - 1942

A distribuição etária dos cafeeiros não permite uma visão completa da evolução da cafeicultura, porquanto nada informa sobre o número de pés de café plantados no passado. Não obstante, certas indicações, bastante expressivas, sobretudo no que se refere ao passado recente, podem ser obtidas pelo seu exame.

Em primeiro lugar, pode-se observar que 62,5% dos cafeeiros existentes no Paraná, em 1940, possuíam idade inferior a 8 anos, isto é, haviam sido plantados entre 1934/38. Esta cifra evidencia que, a partir desse período, teve início o deslocamento da cafeicultura, para as zonas novas do Norte do Estado.

Verifica-se, por outro lado, que, dos cafeeiros que, em 1940, possuíam entre 8 e 20 anos — tendo sido plantados entre 1922/1933, 98,4% pertenciam à região em estudo; e dos que possuíam acima de 20 anos até considerados velhos (idade superior a 40 anos) — plantados entre fins

do século passado até 1921, 100% pertenciam, também ao Norte Pioneiro paranaense. Isso, naturalmente, indica que, até por volta de 1940, a cafeicultura paranaense se desenvolveu predominantemente na atual região chamada Região Norte Pioneiro do Estado.

#### 7) Rendimento dos cafezais

Os resultados fornecidos pelos dados do Censo Agrícola - Estado do Paraná, permitiram destacar as seguintes informações sobre o rendimento da cafeicultura da região em 1940.

#### QUADRO Nº 30

##### Rendimento da cafeicultura - 1940 - Regional

Item	Norte Velho do Paraná
Produção dos cafeeiros adultos (sacas)	1.108.483
Tonelada de café beneficiado	66.509
Nº de cafeeiros adultos (1.000 pés)	4.811.550
Rendimento em quilo mil pés	1.382.3

O exame sumário desses dados revela de imediato o rendimento médio bastante elevado alcançado pela cafeicultura paranaense de 1.382 kg por mil pés, em média (anexo 8). Esse rendimento, segundo pesquisa feita pelo IBC - OEA<sup>74</sup>, é altamente significativo, pois não encontra paralelo na história recente da cafeicultura brasileira.

<sup>74</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. Cafeicultura no Paraná. Rio de Janeiro, Departamento Econômico, 1962, p. 62.

A pesquisa acima citada apresenta dados dos relatórios da CEPAL/FAO, segundo os quais em 1958, o rendimento dos cafezais adultos em São Paulo era 543 kg por mil pés.

Em 1961, uma pesquisa feita pelo IBC<sup>75</sup>, constatou que o rendimento médio da cafeicultura mineira era apenas de 348 kg por mil pés; no Espírito Santo, de apenas 209 kg por mil pés; enquanto para o Paraná, atingia 1.091 kg por mil pés. Dentre as regiões do Estado do Paraná, a mais produtiva era o Norte Velho, com um rendimento médio de 1.358 kg por mil pés. Verifica-se, portanto, que a produtividade alcançada pela cafeicultura da região do Norte Velho paranaense, já era, em 1940 bastante elevada e pelos dados apresentados, em 1961, data da pesquisa do IBC foi essa região que atingiu o maior rendimento médio da produção de café do país.

É verdade que o ano de 1940 e 1961 foram excepcionais para a cafeicultura paranaense correspondendo ao período de alta produção. Nos anos anteriores não se registrou produtividade tão elevadas. Pela pesquisa do IBC, em 1960, a produtividade média da cafeicultura paranaense, teria sido 31% menor que a alcançada em 1961 - não obstante se tratasse de um ano climaticamente favorável à produção da rubiácea: 757 kg por mil pés; ainda assim, o rendimento de 1960 foi considerado bastante elevado.

#### 8) Valor e despesa dos estabelecimentos rurais

Os dados sobre a produção e despesa dos estabelecimentos rurais da região, para o ano agrícola de 1939/40, apresentados no quadro a seguir, demonstram o caráter eminentemente agrícola dessa área; possibilitam, ainda, extrair daí uma série de outros indicadores, tais como: o quanto

<sup>75</sup>Ibid.

se despendia em salários, em maquinários, transportes, etc; pode-se, também, verificar o saldo positivo entre aqueles itens-produção e despesa.

Para a região do Norte Velho paranaense apurou-se o seguinte:

QUADRO Nº 31

Produção e Despesa dos estabelecimentos rurais - 1940 - Regional

Produção-Valor (Cr\$ 1.000)		%	Despesa-Valor (Cr\$ 1.000)		%
Extrativa	1.289	1,3	Salários	38.155	83,0
Agrícola	84.687	88,0	Adubos	336	0,7
Animal e de origem animal	10.296	10,7	Aquis. Máq.	1.507	3,3
T O T A L	96.272	100,0	Aquis. Anim.	1.491	3,2
			Trans. e impos.	4.488	9,8
			T O T A L	45.977	100,0

FONTE: Censo Agrícola - Paraná. 1940 - IBGE.

Como se observa, do valor total da produção, 88% são fruto das atividades agrícolas, enquanto 10,7% resultam do animal e derivados, restando, para a extrativa, 1,3%. Verifica-se, também, que, entre o valor produzido e a despesa efetuada, o saldo positivo, ou seja, o lucro representa 52,3%, enquanto a despesa atinge 47,7%.

Nas despesas apuradas, 83% são destinados a salários; 9,8% a transportes e impostos; 0,7% a adubos, etc.; 3,3% à aquisição de maquinários e 3,2% à aquisição de animais (ver anexo nº 9).

Depreende-se, por esses dados, que o valor quase absoluto da produção é obtido, através das atividades agrícolas.

Evidencia-se, por outro lado, que o valor-despesa, também em sua quase totalidade, era destinado à mão-de-obra assalariada, maquinários, transportes e adubos, estando estes diretamente ligados àquelas atividades agrícolas.

## PARTE III

## CARACTERÍSTICAS DAS PROPRIEDADES RURAIS

As propriedades rurais podem ser analisadas através de suas características principais: modalidade de exploração; propriedade do imóvel; qualidade do responsável pela exploração; Regime de exploração; emprego de mão-de-obra; emprego do capital e valor das propriedades, como segue:

1) Modalidade de exploração:

Os dados sobre a modalidade de exploração das propriedades rurais, são apresentados a partir do censo agrícola de 1940, com a seguinte divisão: Agricultura, Agropecuária, Pecuária e outras modalidades de exploração. Todos esses itens foram classificados em pequena ou grande escala, apurando-se para a região:

QUADRO Nº 32

Estabelecimentos rurais, modalidade de exploração e área

Modalidade de Exploração	estab. rurais	área (ha)	% do Estado	% às áreas
Agricultura	2.154	140.894	24,5	17,3
Agropecuária	5.879	499.773	66,6	61,3
Pecuária	548	160.577	6,2	19,8
Outras modalidades de exploração	238	11.397	2,7	1,4
T O T A L	8.819	812.713	100,0	100,0

FONTE: Censo Agrícola - Paraná - 1940 - IBGE.



Observa-se, pelas cifras acima, que tanto o número de estabelecimentos rurais, como a respectiva área, perfaziam, em 1940, mais de 60% da área explorada e das propriedades existentes; a agricultura representava 24,5% das propriedades e 17,3% da área; a agropecuária perfazia 66,6% e 61,5%; a pecuária 6,2 e 19,8% e outras modalidades de exploração 2,7% e 1,4% respectivamente.

## 2) Propriedade do Imóvel

Estão elas apresentadas, a partir do censo agrícola de 1940 conforme se segue:

Imóveis de propriedade individual:

- a) de brasileiro nato;
- b) de brasileiro naturalizado;
- c) de estrangeiros.

Imóveis de propriedade em condomínio;

Imóveis de propriedade de pessoa jurídica;

Imóveis de propriedade do governo;

Imóveis de propriedade não declarada.

A construção do quadro nº 33, para a região, somente com os dados sobre os imóveis de propriedade individual, se explica pelo fato de terem sido omitidos pelo Censo os dados sobre os demais itens, a fim de evitar individualização:

## QUADRO Nº 33

## Área de propriedade do imóvel - 1940 - Regional

Propriedade do Imóvel	nº de propriedade	área (ha)	% das propriedades	% da área
Brasileiro Nato	6.343	515.975	71,9	63,5
De brasileiro naturalizado	446	40.871	5,1	5,0
De estrangeiro	1.001	68.242	11,3	8,4
Total	7.790	625.088	88,3	76,9
Total Geral Região	8.819	812.713	11,7	23,1

FONTE: Censo Agrícola - Paraná - 1940 - IBGE

Verifica-se, portanto, que, do total das propriedades rurais da região, 71,9% estavam nas mãos de brasileiros natos; 5,1% pertenciam a brasileiros naturalizados; 11,3% a estrangeiros e os 11,7% estavam distribuídos para os outros itens já citados. Da área daquela propriedades individuais, 63,5% pertenciam a brasileiros natos; 5,0% a naturalizados e 8,4% a estrangeiros, perfazendo 76,9% do total da área das propriedades existentes na região.

### 3) Qualidade do responsável pela exploração das propriedades

Pela análise deste item, pode-se verificar qual era a condição dos responsáveis das propriedades rurais. Constata-se, assim, que tanto para 1920 como para 1940-1950, as propriedades eram exploradas pelos proprietários, administradores e arrendatários, sendo insignificantes os casos de exploração por ocupantes, isto ocorrendo somente a partir de 1940.

Segundo os dados dos Censos de 1920 a 1940, a situação era a seguinte:

## QUADRO Nº 34

Qualidade do responsável pela exploração - Regional - 1920/1940

Qualidade do Responsável pela exploração	1920		1940		1950	
	nº de propriedades	%	nº de propriedades	%	nº de propriedades	%
Proprietário	2.111	93,9	6.675	75,7	7.532	79,3
Administrador	106	4,7	948	10,8	962	10,1
Arrendatários	32	1,4	1.103	12,5	750	7,9
Ocupante	-	-	68	0,7	249	2,6
Outras modalidades	-	-	25	0,3	-	0,1
T O T A L	2.249	100,0	8.819	100,0	9.499	100,0

FONTE: Censos Agrícola - Paraná - 1920/40/50 - IBGE

Vê-se que, em 1920, a esmagadora maioria das propriedades, era explorada pelos seus proprietários, representando 93,9% do total; 4,7%, por administradores e 1,4%, por arrendatários. Em 1940, constata-se o aumento de 6,1% para os administradores em relação ao ano de 1920, de 11,1% para os arrendatários.

Surtem, ainda, os ocupantes, representando eles 0,7% e 0,3% para outras modalidades não especificadas.

A existência de administradores, apesar de pequena, e o aumento verificado para aqueles períodos intercensitários, revela a persistência de "habitat", de absentismo de alguns proprietários. Por outro lado, devido ao crescimento do número de arrendatários, supõe-se que fosse mais vantajoso ao proprietário arrendar as terras do que cultivá-las. Para 1920, os dados mostram a alteração nos quadros anteriores. Assim, verifica-se que o número de proprietários que exploravam suas terras cresceu;

o número de arrendatários caiu a 7,9%; o de ocupantes aumentou, passando de 0,7% a 2,6% e o de administrador permaneceu entre os 10,0%.

#### 4) Regime de exploração

Os regimes de exploração predominantes nas propriedades rurais da região, para 1940 e 1950, eram: exploração por colonos, por famílias de proprietários (permanentes) e por diaristas (temporários).

O quadro abaixo, dá idéia de como se comportava a exploração das propriedades da região.

QUADRO Nº 35

Regimes de exploração - Regional - 1940/1950

Categorias	1940			1950		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Fam. de prop.	16.451	4.013	20.464	21.089	8.568	29.657
Colonos	32.827	7.595	40.422	35.815	11.479	47.294
Diaristas	-	-	2.187	10.683	2.482	13.165
T O T A L	49.278	11.608	63.073	67.580	22.529	90.116

FONTE: Censo Agrícola - Paraná - 1940/1950 - IBGE

Observa-se, de imediato, o predomínio dos colonos sobre as demais categorias. Pelo percentual, pode-se visualizar melhor:

## QUADRO Nº 36

Distribuição percentual das categorias de exploração. 1940/50. Regional

Categorias	1940	1950
	% do total sexos sobre total de	% do total sexos sobre total de
Famílias	32,4	32,9
Colonos	64,1	52,5
Diaristas	3,5	14,6
T O T A L	100,0	100,0

Vê-se que, do total da mão-de-obra nas propriedades rurais em 1940, 64,1% eram apresentados por colonos. Demonstra-se, por outro lado, que é onde se dá a exploração da área por colonos e diaristas. Observa-se, ainda, que, para 1950, cresceu o número de diaristas em prejuízo do colono. Nessa época, iniciaram-se as transformações que iriam ocorrer posteriormente, ou seja, a substituição da mão-de-obra permanente pela temporária. Nas propriedades de menor porte predominavam a exploração familiar e a parceria. Verificou-se para a região, naquele período intercensitário, a inexistência ou talvez a inexpressividade dos parceiros, e outras formas introduzidas na década de sessenta do século XX.

5) Emprego da mão-de-obra na cafeicultura

De acordo com os resultados obtidos através dos dados do Departamento Nacional do Café, em 1940, viviam nas propriedades cafeeiras da região 72.745 pessoas em caráter permanente. Dessa cifra, 26.497 pessoas eram adultas do sexo masculino; 22.061 adultas do sexo feminino;

12.701 menores do sexo masculino e 11.486 menores do sexo feminino.

É interessante examinar como se distribui a mão-de-obra permanente, ocupada nas propriedades cafeeiras da região em relação ao Estado, para ambos os sexos e idade. Os resultados apurados são os seguintes:

QUADRO Nº 37

Pessoal permanente da cafeicultura - 1940. Região - Estado

Idade	Masculino	Feminino	Total Região	Total Estado
Adultos	26.497	22.061	45.558	67.827
Menores	12.711	11.486	24.187	32.523
Total Região	39.198	33.547	72.745	-
Total Estado	54.187	46.163	-	100.350

FONTE: D.N.C. - I.B.C. - 1942

Como se vê, as propriedades cafeeiras do Norte Pioneiro eram as que maior volume de mão-de-obra empregavam, evidenciando aqueles dados, que a cultura do café estava concentrada, principalmente, naquela região do Estado.

Algumas porcentagens expressivas, extraídas desses dados, apresentam-se no quadro a seguir:

## QUADRO Nº 38

Distribuição percentual do pessoal permanente na cafeicultura - 1940

%	Sexo Masculino	Sexo Feminino
Sobre adultos	67,6	65,7
Sobre menores	32,4	34,3
Sobre ambos os sexos	53,9	46,1
Do Total Reg. sob. do Total R.	54,6	45,4
Sobre o Estado	72,3	72,6

Como se observa, o total de pessoas do sexo masculino empregadas nas propriedades cafeeiras, 67,6% eram adultas; 32,4% eram menores; para o sexo feminino 55,7% eram adultas e 34,3% menores. O número de adultos de ambos os sexos, perfazia 53,9% do total empregado, o de menores correspondia a 46,1%. Esta última cifra demonstra o emprego da mão-de-obra, bastante elevado, para aquela população de baixa idade; fato que evidencia, por si só, a composição da população ativa. Ainda se vê que, do total da população empregada na região, 54,6% eram do sexo masculino, 45,4% do sexo feminino. Essa mão-de-obra permanente representava cerca de 72,5% do total da população existente nas propriedades cafeeiras do Estado.

6) Emprego de capital:

Os dados apurados para a região, embora incompletos, servem para dar uma idéia do grau do emprego de capital nas propriedades cafeeiras da região, e correlacioná-los com os do Estado. Especificamente, conse-

guiram apurar-se dados sobre o capital invertido em terras, em edifícios, e em maquinários, referentes ao ano de 1940, conforme se verifica no quadro abaixo:

## QUADRO Nº 39

Emprego de capital nas propriedades cafeeiras - Regional - 1940

Capital Investido	total em Cr\$ Região	total em Cr\$ do Estado	% total capital sobre	relação entre a Reg. e Est.
Em terras	141.560.000	209.186.000	76,9	67,7
Em edifícios	31.043.000	40.615.000	16,8	76,4
Em maquinários	11.566.000	12.020.000	6,3	96,2
T O T A L	184.169.000	261.822.000	100,0	70,3

FONTE: D.N.C. - IBC - 1942

A julgar por esses dados, o investimento de capital em terras de propriedades cafeeiras, era bastante elevado, representando cerca de 76,9% do total aplicado.

Observando, em relação ao Estado, enquanto o emprego de capital em terras decrescia, o invertido em maquinários globalizava 96,2%. Este último dado sugere a hipótese de que o emprego de capital, era aplicado nas propriedades cafeeiras do Norte Pioneiro. Por outro lado, nota-se que as áreas novas do Norte do Estado já estavam sendo adquiridas e exploradas uma vez que 32,3% do capital invertido em terras pertenciam a outras partes do Estado.

De um modo geral, constata-se que, do total dos investimentos feitos no Estado, para 1940, 70,3% foram aplicados no Norte Pioneiro paranaense.



7) Valor das propriedades pelos bens imóveis e outros bens - 1940/50

Através do valor das propriedades, segundo seus bens imóveis e outros bens, podem-se obter indicadores significativos. Assim, é possível verificar em que medida os outros bens correspondiam aos bens imóveis. Cabem ainda indagações como: teria a propriedade sua valorização apenas em função da terra? ou, as melhorias nelas contidas representavam alguma coisa?

Os dados apresentados a seguir, referem-se ao anos de 1940/50 para o total da região.

## QUADRO Nº 40

Valor das propriedades pelos bens imóveis e outros bens. 1940/50. Regional.

BENS	1940		1950	
	Valor das Propried. Cr\$ 1.000	% entre o total	Valor das Propried. Cr\$ 1.000	% entre o total
<u>Bens imóveis - Total</u>	227.049	87,6	2.646.860	95,5
Terras	176.323	68,0	2.265.833	81,8
P. e construções	50.706	19,6	381.027	13,7
<u>Outros bens - Total</u>	32.199	12,4	124.027	13,7
Maquinários	6.384	2,5	20.071	0,7
Outras máquinas	-	-	13.304	0,5
Veículos e animais	25.815	9,9	91.183	3,3
<b>T O T A L</b>	259.248	100,0	2.771.418	100,0

FONTE: Censos Econômico - Paraná. 1940/1950. IBGE

Pelo que se observa, para o ano de 1940, os bens imóveis representavam 87,6% do valor total das propriedades; as terras totalizavam 68,0% daquele valor, enquanto os prédios e construções perfaziam 19,6%. Veri-

fica-se, portanto, que os outros bens, classificados em maquinários e animais, representavam apenas 12,4% do valor das propriedades.

Os dados para 1950, são bastante significativos: verifica-se, através daquelas cifras, que 81,8% do valor das propriedades pertenciam às terras; os prédios e construções representavam 13,7% daquele valor, e os outros bens perfaziam apenas 4,5%.

Segundo MONBEIG<sup>76</sup>, os proprietários não visavam à exploração de sua terras, "que são para eles em emprego de capital, que renderá no futuro, isto é, quando as vias de comunicações ali chegaram, quando aumentar a densidade de população, quando os preços dos produtos agrícolas aumentarem o que ocasionará grande procura de terras".

Isto tem importância, porque significa que a terra não desbravada, passando por diversas mãos, valoriza-se antes de ser cultivada, e esta valorização pesará na economia do pioneiro, porque é ele quem por último fará as despesas de uma série de felizes especulações.

---

<sup>76</sup> MONBEIG, Pierre. As estruturas da faixa pioneira paulista. B.geogr., Rio de Janeiro, 11 (116):488-489, set./out. 1953.

**CONCLUSÃO**

## CONCLUSÃO

No decorrer deste trabalho, foram analisados os fatores que contribuíram para a formação e a ocupação efetiva da região do Norte Pioneiro do Paraná.

Levando em consideração que este processo teve início em meados do século passado, mas que somente adquiriu expressão com o estabelecimento efetivo populacional e a ocupação real do solo, nas primeiras décadas do século XX, podem ser destacados, assim, os pontos que pareceram ser os mais característicos nesta análise.

Ficou evidente, durante o trabalho, que os fenômenos econômicos estão intrinsecamente ligados à expansão do povoamento, pois, em função da conjuntura econômica da época, comprovou-se a existência de uma continuidade no processo de procura de regiões ou áreas até então novas e, portanto, a desbravar, para aproveitá-las, tanto no sentido de explorá-las economicamente, como para serem usadas com o fim de especulação de terras. Assim, o objetivo inicial que era a exploração agrícola através da monocultura cafeeira—produto altamente rentável— por razões das características fisiográficas, naquelas primeiras áreas ocupadas na região, não teve êxito.

O desenvolvimento mais acelerado e intenso da região em estudo, a partir do início do presente século, está estreitamente vinculado aos fenômenos geográficos, à política econômica nacional e, nesta última, atuou de modo eficaz, a política da restrição ao plantio do café, estabelecida pelo Convênio de Taubaté (1906), o que levou os produtores paulistas e mineiros a estenderem suas plantações às áreas não incluídas

por aquele Convênio, e estas áreas seriam entre outras, o Norte do Paraná, mais próximas daqueles Estados.

A penetração do transporte ferroviário, delineou não só o caminho a seguir, como também estabeleceu o ponto de parada. Verificou-se, portanto, que, de um lado, as fazendas com suas sedes, e, de outro, a estação ferroviária, foram os motivadores da urbanização regional. Essa urbanização, contudo, deve ser entendida em termos, pois não se pode falar aqui de urbanização no sentido estrito e complexo desse processo.

Constatou-se um crescimento populacional representativo, após o início deste século, o qual está vinculado, em razão direta, às migrações internas e não ao crescimento vegetativo, como se conclui através dos dados apresentados no corpo do trabalho.

Em relação às atividades econômicas desenvolvidas, concluiu-se que a maioria do efetivo populacional dedicava-se às atividades primárias, enquanto parte insignificante dela se ocupava com as secundárias e terciárias.

Essa tendência determina, assim, o tipo de atividade econômica predominante na região. É, pois, claro o desenvolvimento da agricultura. E, neste setor, verifica-se que, nas áreas de ocupação mais recente da região: de Cambará até Cornélio Procopio, a cafeicultura domina a paisagem, enquanto que a existência de outras culturas tem caráter de lavouras de subsistência ou de comércio agrícola sem grande expressão e mais imediatista.

Por outro lado, a ocupação do solo não acompanhada pelo progresso da técnica agrícola, prendendo grande parte da população ativa, ou seja, grande parte da mão-de-obra empregada na produção primária, ofere-

ce o perigo da estagnação regional, acarretando conseqüências econômicas e sociais geralmente desfavoráveis e contribuindo, assim, para os deslocamentos tanto intra como inter-regionais.

Do exposto, concluiu-se que:

1 - Houve real crescimento populacional na região, mesmo consideradas aquelas áreas de ocupação mais antiga;

2 - O processo de povoamento ocorrido tornou a região conhecida como "frente ou zona pioneira";

3 - Constatou-se uma expansão do povoamento e uma conseqüente ocupação do solo;

4 - Nessa ocupação do solo, verificou-se um crescimento do número de propriedades e, também, a existência de algumas extensas propriedades;

5 - A grande quantidade de terras inexploradas, isto é, em matas, levou à conclusão da existência do caráter especulativo em torno das propriedades;

6 - Pela estrutura da população, constatou-se um equilíbrio entre os sexos; a faixa etária demonstrou a característica de população predominante na região: população do tipo antigo. A atividade produtiva, mostrou um predomínio quase absoluto da população, entregue às atividades primárias, evidenciando, assim, a região como eminentemente agrícola;

7 - Houve um significativo crescimento econômico na região, demonstrado através da produção de café, número de pés de café e nº de propriedades.

Este trabalho não pretendeu esgotar o assunto, mas apenas contribuir para o estudo do Norte Pioneiro do Paraná, uma vez que os existentes versam, em sua maioria, sobre o Norte Novo e Novíssimo do Estado, e, mais do que isso, abrir novas perspectivas para pesquisas mais profundas sobre a ocupação, crescimento e evolução da região.

ANEXOS

## Distribuição Geográfica por Municípios nas datas dos Censos.

Municípios	1920		1940		1950	
	Pop.abs.	Pop.pro.	Pop.abs.	Pop.prop.	Pop.abs.	Pop.pro.
S.J.B.Vista	13.744	-	-	-	-	-
Carlópolis	4.484	6,17	6.516	3,20	6.738	2,11
Ribeirão Claro	12.612	17,36	13.423	6,56	13.272	4,15
Tomazina	19.448	26,80	24.812	12,13	20.491	6,41
Venceslau Brás	-	-	12.454	6,10	13.732	4,30
Siqueira Campos	-	-	12.027	5,88	13.144	4,11
Ibaiti	-	-	-	-	10.547	3,30
Jacarezinho	13.764	18,95	24.528	12,00	34.405	10,77
Cambará	-	-	27.612	13,50	19.799	6,20
Andirá	-	-	-	-	18.581	5,81
Bandeirantes	-	-	18.673	9,13	28.115	8,80
Cornélio Proc.	-	-	19.907	9,73	56.394	17,70
Santa Mariana	-	-	-	-	15.533	4,86
S.A.Platina	8.575	11,80	31.191	15,25	25.292	7,92
Abatiã	-	-	-	-	10.830	3,40
Jundiá do Sul	-	-	-	-	7.351	2,30
Ribeirão do Pinhal	-	-	-	-	9.895	3,09
Joaquim Távora	-	-	13.333	6,52	10.435	3,26
Quatiguá	-	-	-	-	4.755	1,48
T O T A L	72.627	100,00	204.476	100,00	319.309	100,00

## OBSERVAÇÃO:

Siqueira Campos - ex-Colônia Mineira

Jundiá do Sul - ex-Cinzas

São José da Boa Vista, perde as características de Município em 1935, e reassumindo a mesma categoria em 1961.

Salto do Itararé, Sant'Ana do Itararé, Jaboti, Distritos do século passado atingem a categoria de Município também em 1961.



COMPANHIA FERROVIÁRIA SÃO PAULO - PARANÁ

RELATÓRIO Nº 19

Referente ao Ano de 1939

PARA A ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DE 26.06.1940.

Srs. acionistas:

Em obediência às disposições legais e dos estatutos, a Diretoria vem apresentar-vos o relatório da sua gestão, correspondente ao ano de 1939, acompanhado do balanço e contas desse exercício.

Sendo esta a primeira vez que o relatório anual se destina a uma edição em folhetos, para mais larga divulgação, vamos começar por uma breve

RESENHA HISTÓRICA

A Estrada de Ferro São Paulo-Paraná foi planejada por um grupo de fazendeiros paulistas estabelecidos na região Norte do Paraná. Animando o empreendimento e dirigindo-o, destacavam-se os senhores: Antonio Barbosa Ferraz Junior, Antonio Ribeiro dos Santos, Willie da Fonseca Brabazon Davids, Leovigildo Barbosa Ferraz e os Drs. Gabriel Ribeiro dos Santos e Manoel da Silveira Corrêa. O fim imediato, que tinham em vista era o acesso à Estrada de Ferro Sorocabana. Mas, ao mesmo tempo, consideravam, com entusiasmo e clavidência, a possibilidade de levar a nova linha férrea às do rio Tibagy, muito além das plantações de café, com que se

ocupavam. E para isso obtiveram inicialmente do Estado do Paraná, por Decreto nº 896, de 2 de agosto de 1920, a concessão para construir e explorar a via férrea que partindo do ponto conveniente do ramal de Jaguariaiva a Ourinhos, da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, e passando por Cambará prosseguisse em direção à vila de Jatahy, sobre a margem direita do Tibagy.

Em junho de 1921 os concessionários constituíram a Sociedade Anônima para levar avante a construção da Estrada de Ferro, que a princípio se denominou "Noroeste do Paraná" tendo sido subscrito o capital de 800.000\$000. Diante, porém, das dificuldades para um entendimento com a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, sobre o ponto de entroncamento, a nova Companhia resolveu, de acordo com o Governo do Paraná, fazer o ponto de partida à margem esquerda do Rio Paranapanema, com o intuito de ligar a estrada diretamente a Ourinhos. Em 25 de novembro de 1922, por Decreto nº 3.536 do Estado de São Paulo, obtiveram a concessão para construir a linha férrea de Ourinhos (estação da Sorocabana) ao porto Itaipava, à margem do rio Paranapanema.

O primeiro trecho aberto ao tráfego público era de 22 km até a estação de Leoflora. Isso em junho de 1924, havendo já a Companhia mudado a sua denominação (desde março anterior) para "São Paulo-Paraná". Mas, apenas iniciado o serviço, sobreveio o movimento revolucionário de São Paulo (julho de 1924), havendo os revolucionários se apoderado da linha e do seu acesso material rodante. Somente em janeiro de 1925 foi restabelecido o tráfego; e já em agosto desse anos era aberta a estação de Cambará, no km, 30.

A ligação entre os dois trechos da linha férrea (o de São Paulo e o de Paraná) fazia-se por uma ponte provisória, enquanto se construía, com

a aquiescência dos dois Estados interessados, a grande ponte metálica, sobre o rio Paranapanema, a qual foi inaugurada aos 6 de novembro de 1927.

A escassez de capitais nacionais e as dificuldades financeiras aí decorrentes, entravaram, por alguns anos, o desenvolvimento da empresa, apesar dos reiterados esforços dos seus primitivos diretores. Até que, em começo de abril de 1928, foi a Companhia reorganizada, sob os auspícios da Companhia Terras Norte do Paraná, com a entrada de vultuosos capitais, levantados em Londres pelo Paraná Plantations Ltda., sociedade anônima inglesa ali organizada para o financiamento da Companhia de Terras. E nesse mesmo mês e ano, por força do Decreto nº 450, expedido no dia 20, assinava-se com o Governo do Paraná, o novo contrato que, concedendo o auxílio de 3.600 hectares de terras devolutas, por quilômetro de estrada construída e entregue ao tráfego, veio facilitar o rápido prolongamento da futura via férrea.

Para o sucesso do levantamento de capitais ingleses — destinados não somente ao aumento do capital social e à estabilidade do estado financeiro da Companhia, como aos encargos do rápido prolongamento da estrada — cooperaram decisivamente os bons ofícios do saudoso Lord Lovat, então diretor do Paraná Plantation Ltda., e a firma Murray Simonsen & Cia., agentes dos banqueiros Lazard Brother & Com. Ltda.

Assim, em abril de 1929, era batida a primeira estaca dos novos trabalhos, no km 30 (Cambará). Em março de 1930 eram abertas ao tráfego as nossas estações de Meireles e Ingá (atingindo o km 58). Em dezembro do mesmo ano, Bandeirantes, no km 82. No decurso de 1931, mais 43 km (quilômetros) construídos, e inauguradas as estações de Santa Mariana e Cornélio Procópio, e a 4 de maio de 1932 chegávamos à vila de Jatahy, no km

185. Cento e cinquenta e cinco (155) quilômetros de construção novas em três anos de trabalho, e fora a reconstrução dos 30 km iniciais, levada a efeito concomitantemente. E, naquele percurso, transpostos em pontes metálicas o rio das Cinzas, o Laranjinha e o Congonhas.

Durante essa fase de grande e proveitosa atividade, a superintendência da Estrada esteve a cargo do Engenheiro Thomas D. Hamilton, cuja competência é bem conhecida no nosso meio.

Com a ponta dos trilhos à margem do rio Tibagy, tínhamos a empreender obras para atravessá-lo. Os estudos, as dificuldades naturais e a insalubridade local detiveram o progresso da construção. Em julho de 1935, porém, já era inaugurada a ponte de concreto armado, com 294 metros de extensão, e abríamos ao tráfego normal a estação de Londrina, no km 210, preparado o último trecho de linha enquanto se construía a ponte. E em janeiro de 1936, levávamos a estrada ao km 237, estação de Rolândia, tendo antes aberto ao tráfego a estação de Nova Dantzig.

De Rolândia em diante deveria a construção segundo a concessão do Estado, remodelada e consolidada pelo Decreto nº 2.391, de novembro de 1934 e respectivo contrato, prosseguir em andamento mais vagaroso, até o km 327, ou sejam 320 quilômetros em território paranaense, em ponto a determinar-se no espigão que contraverte já para o rio Ivahy. Nossos estudos estavam sendo realizados — e não pararam sem ter chegado ao fim do traçado — quando interferiu o Governo Federal, por vários dos seus órgãos, sugerindo-nos a apresentação de proposta para levar a estrada até Guaíra, à margem do rio Paraná, na fronteira do Paraguai.

A Companhia considerou o caso, com a boa vontade e as cautelas que a sua relevância reclamava. A proposta foi encaminhada em maio de 1937 ao Conselho Superior da Defesa Nacional, eis que o prolongamento iria atra-

vessar a zona de fronteira e esta catalogado, no Plano Geral de Viação Nacional, como ferrovia estratégica. Após longos estudos e discussões chegou a concessão a ser dada, por decreto do Sr. Presidente da República. Mas as cláusulas do contrato, elaboradas pela Inspeção Federal das Estradas, tendo se afastado da proposta em alguns pontos essenciais, não foram aceitas pela Companhia.

Reaberta a discussão, sobreveio o estado de guerra na Europa, que privou a Companhia da cooperação financeira antes assegurada pelos seus amigos em Londres. Fomos por isso obrigados a retirar a nossa proposta. Mas, atendendo ainda as novas sugestões de fonte governamental, formulamos outra proposta para levar adiante a construção, cabendo ao Governo Federal o respectivo financiamento, mediante reembolso do dispêndio e reversão ao patrimônio nacional, em condições vantajosas, não só do prolongamento a construir-se, mas de toda a estrada, desde Ourinhos.

A nova proposta, bem recebida pelo Ministério da Viação e pelo do Exterior, assim como pelo Estado Maior do Exército e pelo Conselho Superior da Defesa Nacional, depende agora do Ministério da Fazenda, onde se acha o processo, para chegar afinal à decisão do Sr. Presidente da República.

A Companhia, entretanto, vendo decorridos mais de três anos de paralização da sua atividade construtiva e não querendo faltar aos compromissos ainda existentes em face do Estado do Paraná, resolveu continuar a construção, no regime de contrato paranaense, atacando-a desde logo no primeiro trecho, de Rolândia à povoação de Arapongas, que espera atingir em seis meses.

## LIGAÇÃO PARA O SUL

Havendo a nossa Estrada se antecipado a Estrada Férrea de São Paulo -Rio Grande na ligação com a Sorocabana, aquela ferrovia — hoje denominada Rede de Viação Paraná-Santa Catarina — desistiu do seu antigo projeto de levar o seu ramal de Jaguariaiva até Ourinhos, e resolveu fazer o seu entroncamento à nossa linha, dentro do território paranaense.

Para isso foram construídas, no km 8 de nossa Estrada, a estação de "Marques dos Reis" e as dependências necessárias, tendo sido inaugurado o tráfego provisório em junho de 1937 e aberto afinal o tráfego mútuo definitivo em fevereiro de 1938, com intercâmbio de passageiros, mercadorias e vagões.

Operou-se assim uma ligação mais fácil da nossa zona a Capital do Paraná e ao porto de Paranaguá, bem como aos Estados do Sul.

## O NOSSO FUTURO

Esgotados os auxílios da concessão estadual, a Companhia deverá entrar em novos entendimentos com o Governo do Paraná para continuar o prolongamento dos trilhos, ainda que em ritmo vagaroso. É de supor-se, porém, que antes disso venha a solução do Sr. Presidente da República, tornando viável a construção rápida e em melhores condições técnicas, até alcançar-se o objetivo visado.

Não são infundadas as nossas esperanças. O grandioso empreendimento projetado — do qual já realizamos muito mais de um terço, sem ônus algum para a Nação — será obra de patriotismo e de benemerência para o Governo que o realiza ou impulsiona. A sua importância econômica, estra-

tégica e internacional se evidencia ao simples olhar de relance para o mapa da região interessada. O traçado atravessa o setor Noroeste do Estado do Paraná, tornando acessível ao povoamento e abrindo a todas as culturas uma larga e extensa zona de terras fertilíssimas. As ligações internacionais que favorece, com o Paraguay, mediante a travessia do rio Paraná, e com a Argentina, pelo acesso a parte francamente navegável daquele rio, interessam na mais alta escala ao comércio dos três países. As comunicações rápidas, que realiza, da região fronteiriça com os centros populosos do Paraná, de São Paulo e da própria capital federal, emprestam-lhe característico estratégico proeminente, além de assegurarem a influência nacional naquela região até agora exposta à infiltração de elementos estrangeiros, cuja predominância se constata pela linguagem falada, pelos costumes e até pela moeda circulante.

O êxito financeiro do empreendimento está fora de dúvidas. A exploração da linha na parte concluída, segundo os dados colhidos no último quinquênio, atesta com eloquência a nossa assertiva, como passaremos a verificar. E ainda devemos acentuar que o prolongamento dará lugar a transportes mais longos e de fretes mais remunerados, assim como a chegada às fronteiras avolumará esses transportes, pelo intercâmbio de produtos a estabelecer-se com os povos vizinhos; ao passo que até agora a estrada funciona como via de penetração.

#### LINHA EM TRÁFEGO

A extensão da linha em tráfego, como dissemos, é de 237 km que foram mantidos em bom estado de conservação. O mesmo se deu com as pontes, estações, armazéns, linhas telegráficas e telefônicas.

Durante o ano foram substituídos 45.393 dormentes, representando 13% do número total da estrada. Foram empedrados 8.322 metros de extensão da linha principal e foram substituídos 6.499 metros de trilhos, de 25 km por metro por outros de 30 km, ficando completa a estandarização, neste tipo, em toda a extensão da linha tronco.

A conservação da linha foi realizada com a média de 0,74 homens por quilômetros, cooperando em alguns casos a turma de lastro, utilizada em geral nas obras em conta de capital.

#### TRÁFEGO

O serviço dos trens, tanto de passageiros como de cargas correu sem anormalidade ou interrupção durante o ano. Os trens fizeram 441.066 quilômetros de percurso.

#### Tráfego de passageiros:

Em 1º de julho de 1939 foi restabelecido o tráfego mútuo de passageiros com a Rede de Viação Paraná-Santa Catarina. Esse serviço havia sido interrompido em novembro do ano anterior quando modificamos o horário dos nossos trens em correspondência com o novo comboio "Ouro Verde" de Sorocabana, sem que a Rede, naquela ocasião, fizesse o mesmo.

#### POVOAMENTO E COLONIZAÇÃO

A nossa Estrada, tendo facilitado o acesso a uma vasta região de terras que se prestam a todas as culturas tropicias, concorreu para assegurar o notável desenvolvimento da cidade de Cambará e dos antigos nú-



cleos de Bandeirantes e Jatahy. Na sua passagem criou, sem falar nos povoados menores, a vila de Ingá e a cidade de Cornélio Procópio, está já erigida em sede de Comarca.

Em cooperação com a Companhia de Terras Norte do Paraná, a sua penetração em terras do domínio desta abriu oportunidade à Fundação de Londrina, considerada hoje a quarta cidade do Estado do Paraná, e das povoações vizinhas. Nova Dantzig, Rolândia e Arapongas, todas em franca prosperidade. É no traçado em estudos, para o prolongamento dos trilhos, já foram lançados os lineamentos das futuras cidades de Apucarana, Pira-pô, Lovat, Marialva e Maringá, em situações topográficas e climatéricas bem escolhidas e destinadas a rápido desenvolvimento.

As terras de além Tibagy, ainda há poucos anos mal conhecidas e completamente despovoadas, estão agora abertas à civilização e verdejantes de culturas de todo o gênero, animadas por uma colonização inteligente, espalhada em mais de 6.000 pequenas propriedades.

#### PROLONGAMENTO

Possuindo a Companhia, em depósitos, os trilhos necessários, resolveu a Diretoria reiniciar o serviço de construção e levar a estrada até Arapongas, estando a locação da linha já feita e atacado o movimento de abertura da via permanente. As providências já adotadas a assegurar a abertura do novo trecho até o fim do corrente ano.

## Municípios da Região do Norte Pioneiro

Município	Desmembramentos	Lei	Data de Criação	Data de Instalação
Abatiã	S.A. da Platina	2	10.10.1947	17.10.1947
Andirá	Cambarã	199	30.12.1943	01.01.1944
Bandeirantes	Jacarezinho	2.396	14.11.1934	25.01.1935
Barra do Jacaré	Jacarezinho	4.180	24.01.1964	14.12.1964
Cambarã	Jacarezinho	2.270	26.03.1924	21.09.1924
Carlópolis	S.J.Boa Vista	713	02.04.1907	13.07.1907
Cons. Mairinck	Jaboti	4.245	25.07.1960	03.12.1961
Cornélio Procópio	Bandeirantes	6.212	18.01.1938	15.02.1938
Guapirama	Joaquim Távora	4.842	02.03.1964	19.12.1964
Ibaiti	Tomazina	2	10.10.1947	09.11.1947
Itambaracá	Andirá	32	07.02.1955	30.11.1955
Jaboti	Japira	253	26.11.1954	15.11.1955
Jacarezinho	Tomazina	352	02.04.1900	02.04.1900
Japira	Tomazina	790	14.11.1951	14.12.1952
Joaquim Távora	S.A. da Platina	2.645	10.04.1929	21.09.1929
Jundiá do Sul	S.A. da Platina	2	10.10.1947	05.12.1947
Leópolis	Cornélio Procópio	790	14.11.1951	14.12.1952
Pinhalão	Tomazina-Ibaiti	790	14.11.1951	14.12.1952
Quatiguá	Joaquim Távora	2	10.10.1947	26.11.1947
Ribeirão Claro	S.J.da Boa Vista	352	02.04.1950	27.09.1900
Ribeirão do Pinhal	S.A. da Platina	2	10.10.1947	19.10.1947
Salto do Itararé	Siqueira Campos	4.245	25.07.1960	15.11.1961
Santa Amélia	Bandeirantes	790	14.11.1951	14.12.1952
Sant'Ana do Itararé	Venceslau Brás	4.338	25.01.1961	22.10.1961
Santa Mariana	Bandeirantes	2	10.10.1947	01.11.1947
S.A. da Platina	Jacarezinho	1.424	31.03.1914	10.08.1914
S.J.da Boa Vista	Venceslau Brás	4.245	25.07.1960	21.10.1960
Sertaneja	Cornélio Procópio	790	14.11.1951	14.12.1952
Siqueira Campos	Tomazina	1.944	20.03.1920	23.09.1920
Tomazina	S.J.da Boa Vista	322	08.05.1889	07.01.1890
Venceslau Brás	Tomazina	448	24.03.1876	. .1876

FONTE: PARANÁ - Secretaria de Estado dos Negócios do Governo.

Comissão de Planejamento Econômico do Estado. Informações a Nível Municipal. Paraná, PLADEF, 1969.

Nº 4

Área cultivada nos estabelecimentos agrícolas - 1920

MUNICÍPIOS	ÁREAS EM CULTURAS TEMPORÁRIAS (ha)							ÁREA (ha)		TOTAL (ha)
	milho	feijão	arroz	algodão	cana-de-açúcar	trigo	outras	culturas temporárias	culturas p/café	Geral
Carlópolis	378	56	24	35	-	60	4	557	226	783
Jacarezinho	3.238	1.404	149	884	127	16	9,42	5.827,42	6.443	12.270,42
Ribeirão Claro	4.073	4.101	1.239	65	39	-	10,58	9.527,58	6.643	16.170,58
Stº Antº da Platina	3.178	461	165	265	17	12	9	4.107	1.109	5.216
São José da Boa Vista	7.647	771	368	485	432	22	58	9.783	1.663	11.446
Tomazina	5.995	876	514	226	139	2	342	8.274	6.922	15.196
T O T A L	24.509	7.669	2.459	1.960	934	112	433	38.076	23.006	61.082

FONTE: Censo Agrícola - Paraná - 1920 - DGE

## Produção total, nº total de árvores e nº de propriedades cafeeiras por município

Municípios	Produção Total		Nº de árvores		Nº de propriedades	
	Toneladas		1920	1940	1920	1940
	1920	1940				
Bandeiras	-	6.041	-	6.789.209	-	228
Cambará	-	14.604	-	9.723.959	-	337
Carlópolis	63	777	135.850	734.381	63	105
Cornélio Procópio	-	6.432	-	6.866.078	-	398
Jacarezinho	1.629	13.338	3.865.712	8.660.136	86	381
Joaquim Távora	-	2.577	-	1.618.707	-	215
Ribeirão Claro	1.839	7.735	3.985.800	4.883.753	140	344
Santo Antonio da Platina	241	9.840	665.200	7.259.605	45	343
S. Campos	-	1.306	-	1.426.647	-	446
Venceslau Brás*	499	373	997.600	357.317	114	118
T O T A L	4.092	66.509	13.803.272	50.910.610	475	3.206
T O T A L DO ESTADO	5.086	71.091	14.287.666	75.516.729	1.215	5.274

FONTE: D.N.C. - Anuário Estatístico do Café. 1920. D.N.C. - Censo Agrícola Paraná - 1940. IBGE

\* Em 1920, correspondia ao Município de São José da Boa Vista.

## Área total das propriedades cafeeiras e sua distribuição

Municípios	TOTAL	Área das Propriedades			
		Em cafeeiros	Em matas	cultivável ou com outras culturas	outras culturas não especificadas
Bandeirantes	36.589	7.092	25.635	3.753	109
Cambará	57.112	15.409	30.621	11.003	79
Carlópolis	11.689	1.349	3.424	6.916	-
C. Procópio	50.630	12.063	31.149	7.392	26
Jacarezinho	50.831	14.329	20.965	15.537	-
Joaquim Tábora	14.328	3.227	5.157	5.944	-
Ribeirão Claro	35.269	8.943	5.994	20.332	-
S.A.da Platina	62.099	11.134	36.279	14.686	-
Siqueira Campos	28.028	2.629	6.556	18.843	-
Tomazina	30.458	3.246	9.994	17.218	-
Venceslau Brás	17.301	609	6.222	10.460	10
TOTAL Região(1)	393.334	80.030	181.996	132.084	224
TOTAL Estado(2)	562.881	111.397	286.920	164.115	449
% (1) (2)	70,0%	71,8%	63,4%	80,5%	49,9%

FONTE: Anuário Estatístico do Café - Paraná - 1942 - D.N.C.

## Propriedades Segundo os Cafezais - 1940

Municípios	TOTAL	Especificações								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
		atê 500 cafeeiros	De 501 atê 1.000 cafeeiros	De 1.001 atê 5.000 cafeeiros	De 5.001 atê 10.000 cafeeiros	De 10.001 atê 25.000 cafeeiros	De 25.001 atê 50.000 cafeeiros	De 50.001 atê 100.000 cafeeiros	De 100.001 atê 500.000 cafeeiros	De mais de 500.000 cafeeiros
Bandeirantes	228	-	3	64	76	55	13	10	7	-
Cambarã	337	5	14	105	91	59	28	17	16	2
Carlópolis	105	8	11	51	21	12	1	-	1	-
C. Procópio	398	2	18	119	121	87	23	20	7	1
Jacarezinho	381	18	29	147	58	73	24	11	21	-
Joaquim Távora	215	27	31	79	18	48	8	4	-	-
Ribeirão Claro	344	14	25	130	74	62	22	9	7	1
S.A.da Platina	343	4	4	122	89	72	23	19	9	1
Siqueira Campos	446	72	108	213	33	15	4	1	-	-
Tomazina	291	25	50	134	40	31	9	2	-	-
Venceslau Brás	118	28	29	51	5	3	2	-	-	-
T O T A L	3.206	203	322	1.215	626	517	157	93	68	5
TOTAL DO ESTADO	5.274	251	423	2.075	1.271	865	210	101	72	6

FONTE: Anuário Estatístico do Café. Paraná. 1942.-D.N.C.

## Rendimentos dos cafezais por Municípios - 1940

Municípios	1940		
	nº de árvores	produção	média produção por pés
Bandeirantes	6.083.959	6.041	0,99
Cambará	9.051.356	14.604	1,61
Carlópolis	732.061	777	1,06
Cornélio Procópio	5.883.146	6.432	1,09
Jacarezinho	8.598.110	13.338	1,55
Joaquim Távora	1.516.977	2.577	1,70
Ribeirão Claro	4.871.050	7.735	1,59
Santo Antonio da Platina	7.203.068	9.840	1,37
Siqueira Campos	1.256.061	1.306	1,04
Tomazina	2.528.131	3.486	1,38
Venceslau Brás	346.633	373	1,08
T O T A L	48.115.552	66.509	1,38

FONTE: Censo Agrícola - Paraná - 1940 - IBGE

## Produção e Despesa - 1939/40 - Estabelecimentos Rurais

Municípios	Valor da produção (Cr\$ 1.000)					Despesa - Valor (Cr\$ 1.000)				
Bandeirantes	11.003	284	9.884	835	4.904	4.191	47	129	65	472
Cambará	18.466	137	17.034	1.295	10.245	8.332	29	772	193	919
Carlópolis	2.284	2	1.896	386	775	536	18	157	14	50
Cornélio Procópio	9.882	130	8.806	946	5.269	4.476	15	49	254	475
Jacarezinho	11.818	43	10.745	1.030	6.422	5.818	15	111	44	436
Joaquim Távora	5.202	26	4.282	894	2.253	1.817	76	21	59	280
Ribeirão Claro	8.903	20	8.145	738	4.459	3.608	8	56	371	416
Santo Antonio da Platina	13.825	279	11.567	1.979	5.650	5.651	21	117	179	582
Siqueira Campos	3.234	53	2.609	572	1.093	807	25	11	82	168
Tomazina	8.599	227	7.296	1.076	2.778	2.001	53	66	178	480
Venceslau Brás	3.056	88	2.423	545	1.229	920	29	18	52	210
T O T A L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: Censo Agrícola - Paraná - 1940 - IBGE



## BIBLIOGRAFIA

## FONTES

1. BRASIL. Departamento Nacional do Café. Anuário Estatístico do Café 1939/40. Rio de Janeiro, s/d. 127 p.
2. \_\_\_\_\_. Anuário Estatístico do Café - 1940/41. Rio de Janeiro, 1942. p. 12-13
3. \_\_\_\_\_. Anuário Estatístico do Café - 1941/42. Rio de Janeiro, s/d. p. 7, 19, 42, 44, 47, 598.
4. \_\_\_\_\_. Anuário Estatístico do Café - 1943/45. Rio de Janeiro, 1946. p. 39, 122, 127, 164, 175.
5. \_\_\_\_\_. Cafeicultura no Paraná. Rio de Janeiro, IBC, 1963. 141 p.
6. \_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brazil - 1920. Superfície territorial, área e valor dos immoveis recenseados. Categoria e nacionalidade dos proprietários. Systema de exploração rural. Recenseamento do gado. Rio de Janeiro, D. Estatística, 1923, v.3, (1a. parte) p. 44-45, 170-173, 258-261, 346-349. 512 p.
7. \_\_\_\_\_. Superfície do Brazil, área cultivada: produção florestal, produção animal. Rio de Janeiro, D. Estatística, 1925, v.3, (2a. parte) p. 71-73, 135-136. 206-208. 296-299. 526 p.
8. \_\_\_\_\_. População do Brazil por Estados, Municípios e Districtos, segundo o sexo, o estado civil e a nacionalidade. Rio de Janeiro, D. Estatística, 1926, v.4, (1a. parte) p. 76-77, 182-191, 464-469, 734-745. 883 p.
9. \_\_\_\_\_. Instrumentos e machinas agrícolas dos estabelecimentos ruraes: beneficiamento da produção. Rio de Janeiro, D. Estatística, 1927, v.3 (3a. parte). p. 64-69., 128-129, 236-241, 326-331. 367 p.
10. \_\_\_\_\_. População do Brazil por Estados, Municípios e Districtos, segundo o grau de instrução por idade, sexo e nacionalidade. Rio de Janeiro, D. Estatística, 1929, v.4 (4a. parte). p. 278-295, 681-689. 816 p.
11. \_\_\_\_\_. População do Brazil por Estados, Municípios e Districtos segundo o sexo, a nacionalidade, a idade e as profissoes. Rio de Janeiro, D. Estatística, 1930, v.4 (5a. parte) p. 57-59, 123-125, 625 p.
12. \_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Anuário do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio - 1928. Rio de Janeiro, Serviço de Informações, 1928. 554 p.
13. \_\_\_\_\_. Anuário do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio - 1929. Rio de Janeiro, Serviço de Informações, 1929. 568 p.
14. \_\_\_\_\_. Anuário do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio - 1930. Rio de Janeiro, Serviço de Informações, 1930. 520 p.
15. \_\_\_\_\_. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil por Miguel Calmon Du Pin e Almeida - 1925. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1929. 280 p.

16. . Relatório apresentado ao Dr. Geminiano Lyra Castro - Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio por Arthur Torres Filho - 1927. Rio de Janeiro, Serviço de Informações, 1929. 418 p.
17. . Relatório apresentado ao Dr. Geminiano Lyra Castro - Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio por Arthur Torres Filho - 1927/28. Rio de Janeiro, Heitor Ribeiro & Cia., 1929. 418 p.
18. . Relatório apresentado ao Dr. Geminiano Lyra Castro - Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio por Arthur Torres Filho - 1929. Rio de Janeiro, Indiana, 1930. 547 p.
19. ARAUJO, José Feliciano Horta de. Relatório apresentado a Assembléia Legislativa pelo Presidente da Província do Paraná ... em 15 de fevereiro de 1868. 52 p. p. 37
20. CARDOSO, José Francisco. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa pelo Presidente da Província do Paraná ... em 7 de janeiro de 1860. 48 p.
21. CARVALHO, Antonio Luiz Afonso de. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa pelo Presidente da Província do Paraná... em 15 de fevereiro de 1870. 58 p. p.12
22. COMPANHIA FERROVIÁRIA SÃO PAULO-PARANÁ. Relatório nº 19/39 apresentado à Assembléia Geral Ordinária em 26.06.1940. 10 p.
23. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento Geral do Brasil-1940. Paraná (Parte 8a.). Rio de Janeiro, 1951. 459 p. p.51.321
24. . Recenseamento Geral do Brasil-1950, Estado do Paraná; Censos Demográficos e Econômicos. Rio de Janeiro, 1955. 496 p.
25. . Enciclopédia dos Municípios Brasileiros-Paraná, v. 31, Rio de Janeiro, 1960. 532 p.
26. . Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1970-Paraná, v. 8. Rio de Janeiro, 1971. 168 p.
27. . Sinopse Estatística do Brasil-1972. Rio de Janeiro, 1972. 398 p.
28. LISBOA, Venancio José de Oliveira. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa pelo Presidente da Província do Paraná... em 15 de fevereiro de 1871. 52 p. p. 18.
29. MATTOS, Francisco Liberato de. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa pelo Presidente da Província do Paraná... em 7 de janeiro de 1858. 32 p.
30. PARANÁ. Secretaria da Fazenda. Relatório Apresentado ao Presidente do Estado do Paraná, Dr. Vicente Machado da Silva Lima por Dr. Juvert Madureira. Curitiba, Atelier Novo Mundo, 1905. 48 p. p. 15-16
31. . Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Vicente Machado da Silva Lima - Presidente do Estado do Paraná em 31.dez.1906. Curitiba, A República, 1907. 35 p. p. 13-14.

32. \_\_\_\_\_. Relatório ao Secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas-Caetano Munhoz da Rocha em 31.dez.1961 por Affonso Alves de Camargo. Curitiba, A República, 1971. 594 p.
33. \_\_\_\_\_. Relatório apresentado ao Governador do Estado do Paraná, Manoel Ribas, pro Othon Mader em jun. de 1935 no Exercício de 1934. Curitiba, s/d., 1935. 796 p. p. 449-453
34. \_\_\_\_\_. Secretaria dos Negócios do Governo. Comissão de Planejamento Econômico do Estado. Informações a Nível Municipal; Paraná. Curitiba, Plodep, 1969. 241 p.
35. ROCHA, Caetano Munhoz da. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Presidente do Estado do Paraná... em 1º de fevereiro de 1927. 255 p.

#### DEMOGRAFIA

36. BAPTISTA FILHO, Olavo. População e desenvolvimento. São Paulo, Pioneira, 1965. 137 p.
37. BARROS, Thimóteo Ernani de. As migrações interiores no Brasil. R. bras. Estat., Rio de Janeiro, 15 (58):75-100, abr./jun. 1954.
38. BERNARDES, Lysua Maria Cavalcanti. O problema das "frentes pioneiras" no Estado do Paraná. R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 15 (3):335-384, jul./set. 1953.
39. \_\_\_\_\_. Crescimento da população do Estado do Paraná. R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 13 (2):265-274, abr./jun. 1951.
40. \_\_\_\_\_. Distribuição da população do Estado do Paraná. R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 12 (4), 1951
41. BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento do Paraná. R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 12 (4): 427-456, out./dez. 1952.
42. CAMARGO, José Francisco de. Características e tendências principais das migrações internas no Brasil, nas suas relações com a urbanização e industrialização, B. paulista de Geogr., São Paulo, 33:3-22, out. 1959.
43. \_\_\_\_\_. Êxodo rural no Brasil. Rio de Janeiro, Conquista, 1960. 253p.
44. CAMBIAGHI, Salette Magdalena. O povoamento do Norte do Paraná. An. Assoc. de Geogr. bras. São Paulo, 6 (1):81-90. 1954.
45. COMMINS, Constantino. Alguns aspectos populacionais do Paraná. Curitiba, Centro de Estudos Populacionais da Universidade Católica do Paraná, 1971. 10 p.
46. \_\_\_\_\_. Aspectos demográficos da urbanização do Paraná. Curitiba, Centro de Estudos Populacionais da Universidade Católica do Paraná, 1971. 10 p.
47. CORTEZ, Geraldo de Menezes. Migração e colonização no Brasil. Rio de Janeiro, Livr. J. Olympio, 1958. 130 p.
48. COSTA, Manoel Augusto. Migrações internas no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1971. 190 p.

49. DOLLOT, Louis. Las migraciones humanas. Barcelona, Oikos-Tan, 1971. 120 p.
50. FAISSOL, Speridião. Que é Colonização? R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 14 (3):123-127, jul./set. 1952.
51. INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Contribuições para o estudo da demografia do Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1970. 458 p.
52. \_\_\_\_\_. A população, mão-de-obra, salário. Rio de Janeiro, IBGE, 1971. 147 p.
53. LEITE, Valéria da Motta. Estudos e análises. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Estudos Demográficos, 1966. 35 p.
54. \_\_\_\_\_. Avaliação da qualidade dos dados censitários. Rio de Janeiro, IBGE, 1970. 35 p.
55. MADEIRA, João Lyra. Aspectos econômicos de algumas características demográficas. R. bras. Estat., Rio de Janeiro, 56:325-349, out./dez. 1953.
56. \_\_\_\_\_. Conceitos econômicos na demografia. R. bras. Estat., Rio de Janeiro, 58:9-18, jan./mar. 1955.
57. MARCILIO, Maria Luiza. Crescimento histórico da população brasileira. Cadernos CEBRAP. São Paulo, (16):1-26, 1973.
58. \_\_\_\_\_. La Ville de São Paulo; pleupement et population. Paris, L'Université de Rouen, 1972. 242 p.
59. MATA, Milton da et alii. Migrações internas no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973. 214 p.
60. MORTARA, Giorgio. A população do Brasil. R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 7 (4):631-641, out./dez. 1945.
61. \_\_\_\_\_. Observação sobre a discriminação da população urbana no Censo de 1940. R. Bras. Mun., Rio de Janeiro, 3 (3):20-55, jan./mar. 1950.
62. MULLER, Nice Lecocq. Contribuição ao estudo do norte do Paraná. B. paulista de Geogr., S. Paulo, 22:55-97, mar. 1956.
63. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Factores determinantes y consecuencias de las tendencias demográficas. Nueva York, Naciones Unidas, 1953. 382 p.
64. \_\_\_\_\_. Manual de métodos de censos de poblacion. Nueva York, Naciones Unidas, 1958. 3 v.
65. \_\_\_\_\_. Utilizacion de los programas nacionales de analisis de los datos de los censos de poblacion en la formulacion de planos y politicas. Nueva York, Naciones Unidas, 1964. 74 p.
66. \_\_\_\_\_. Métodos de calculo de la poblacion total para fechas corrientes. Nueva York, Naciones Unidas, 1966. 46 p.
67. PRADO JUNIOR, Caio. Problemas de povoamento e a pequena propriedade. B. geogr., Rio de Janeiro, 1 (12), mar. 1944.

68. SALZANO I.M. & MAIA, N. Freire. Populações brasileiras. São Paulo, ed. Nacional, 1967. 177 p.
69. SAUVY, Alfred. Théorie générale de la population; economie et population. Paris, 1952, v.1. 328 p.
70. \_\_\_\_\_. A População. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, s.d. 160 p.
71. SINGER, Paul. Dinâmica populacional e desenvolvimento. São Paulo, CEBRAP, 1970. 251 p.
72. WAIBEL, Léo. As zonas pioneiras do Brasil. R. bras. de Geogr., Rio de Janeiro, 17 (4):389-417, out./dez. 1955.
73. \_\_\_\_\_. Princípios da colonização européia no sul do Brasil. R. bras. de Geogr., Rio de Janeiro, 11 (2):159-220, abr./jun. 1949.

#### ECONOMIA

74. AMARAL, Luiz. História da agricultura brasileira. São Paulo, ed. Nacional, v. 2, 1958. 385 p.
75. BEIGUELMAN, Paula. A formação do povo no complexo cafeeiro; aspectos políticos. São Paulo, Pioneira, 1968. 146 p.
76. BORIN, J. Introdução ao estudo do café. São Paulo, LPM, s.d. 144 p.
77. BRASIL. Departamento Nacional do Café. Cultura do café no Brasil. (Estado do Paraná). Rio de Janeiro, v.1. 1941.
78. CLARK, Colin. Las condiciones del progreso economico. Madrid, Aliança, 1967. 712 p.
79. DOBB, Maurice. O crescimento econômico. Rio de Janeiro, Zahar, 1965. 86 p.
80. FRANÇA, Ary. A marcha do café e as frentes pioneiras. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1960. 302 p.
81. KUZNETZ, Simon. Teoria do crescimento econômico moderno. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. 279 p.
82. MAILLET, Pierre, O crescimento econômico. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1965. 125 p.
83. MONBEIG, Pierre. A estrutura agrária da faixa pioneira paulista. B. geogr., Rio de Janeiro, 11 (116):445-465, set./out. 1953.
84. \_\_\_\_\_. A zona pioneira do Norte do Paraná. B. geogr., Rio de Janeiro, 25:11-17, 1945.
85. PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica; o caso paranaense. São Paulo (tese de Doutorado), PUCSP., 1970 (mimeografado).
86. PARREIRA, Alceu Martins. A batalha do café. Santos, Presença, 1961. 113 p.
87. PENTEADO, Jurema. Erradicação de cafeeiros e mobilidade da mão-de-obra agrícola no Paraná. Curitiba, BADEP, 1973. 47 p.

88. PRADO JUNIOR, Caio. Distribuição da propriedade jurídica rural no Estado de São Paulo. B. geogr., Rio de Janeiro, 3 (29): 692-700. 1945.
89. RIBEIRO, Paulo Carneiro. Expansão do cooperativismo da cafeicultura. Rio de Janeiro, IBC, 1963. 28 p.
90. RICHARDSON, Harry W. Elementos de economia regional. Rio de Janeiro, Zahar, 1973. 150 p.
91. SAUVY, Alfred. Conjuntura e previsão econômica. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1965. 125 p.
92. SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO ENGENHEIROS E ECONOMISTAS ASSOCIADOS. O Paraná e a economia cafeeira. Curitiba, CODEPAR e Secretaria de Agricultura, 1963. 26 p.
93. SIMONSEN, Roberto. Aspectos da história econômica do café. R. Arq. Mun., São Paulo, 65. 1940.
94. TAUNAY, Affonso de E. História do Café no Brasil - República, 1927-1937. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1943, v. 15. t.3. 423 p.

#### GEOGRAFIA

95. GUIMARÃES, Adir. Nonagésima segunda tertulha realizada em 2 de janeiro de 1945. B. geogr., Rio de Janeiro, 23: fev. 1945.
96. MAACK, Reinhard. Notas preliminares sobre clima, solos e vegetação do Estado do Paraná, B. Geogr., Rio de Janeiro, 7 (84):1.401 - 1.487, maio. 1950.
97. \_\_\_\_\_. Notas complementares à apresentação do mapa fitogeográfico do Estado do Paraná. B. geogr., Rio de Janeiro, 8 (87):338-343, jun. 1950.
98. MAGNANI, Ruth Lopes da Cruz. Condições climáticas das regiões cafeeiras do Brasil. R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 18 (3):422-427, jul./set. 1956.
99. OLIVEIRA, Beneval. Contribuição para a divisão regional do Estado do Paraná. R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 12 (1):55-72, jan./mar. 1950.
100. OLIVEIRA, Eusébio Paulo de. Feições físicas e geológicas do Paraná. B. geogr., Rio de Janeiro, 51:241-248, 1947.
101. ROMARIZ, Dora Amarante. Mapa da vegetação original do Estado do Paraná. R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 15 (4):597-609, out./dez. 1953.
102. SIMÕES, Ruth Mattos Almeida. Notas sobre o clima do Estado do Paraná. R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 16 (1):126-132. jan./mar. 1954.
103. TIRICO, José Domingos. Observações geográficas sobre o Norte Velho (Estado do Paraná). B. geogr., Rio de Janeiro, 25 (190): 5-8, jan./fev. 1966.

## HISTÓRIA

104. BALHANA, Altiva Pilatti. Os imigrantes Estrangeiros na Sociedade Brasileira. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1961. 33p.
105. BALHANA, Altiva Pilatti et alii. Norte do Paraná. In: HISTÓRIA do Paraná. Curitiba, Grafipar, 1969, v.1. 277 p.
106. \_\_\_\_\_. Nota Prévia do estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. B. Univ. Fed. do Paraná, Curitiba (7):1-52. 1968.
107. MARTINS, Romário. História do Paraná. Curitiba, Guaira, s.d. 538 p.
108. MONBEIG, Pierre. Pionniers et Planteurs de São Paulo. Paris, Armand Colin, 1952. 512 p.
109. \_\_\_\_\_. O Brasil. São Paulo, Dif. Européia do Livro, 1969. 131 p.
110. NASH, Ray. A conquista do Brasil. São Paulo, Ed. Nacional, 1939. 420 p.
111. PARANÁ, Sebastião. Chorografia do Paraná. Corityba, Typ. da Livraria Econômica, 1899. 741 p.
112. REDE VIAÇÃO PARANÁ-SANTA CATARINA. Cincoentenário da Estrada de ferro do Paraná-1885. Paraná, 5.2.1935. p. 231-234.

## MAPAS

113. Estado do Paraná. Divisão Administrativa - 1853.
114. Estado do Paraná. Divisão Administrativa - 1889.
115. Mapas do Estado do Paraná. Organizado e desenhado pelo Departamento de Terras e Colonização da Secretaria de Obras Públicas Viação e Agricultura. Escala 1:750.000. 1889.
116. Mapa do Estado do Paraná. Organizado pelo engenheiro Manoel Francisco Ferreira Correia - Divisão em Comarcas. Escala 1:700.000 m.
117. Mapa do Estado do Paraná. Divisão em Comarcas. 1930. Escala 1:750.000.
118. Mapa do Estado do Paraná de Romário Martins.
119. Mapa Cafeeiro do Estado do Paraná. Organizado por Clóvis de Magalhães. Escala 1.750.000. 1944.
120. Mapa do Estado do Paraná. Organizado pelos engenheiros Alberto Ferreira de Abreu; Cândido Ferreira de Abreu e Manol F. Ferreira Correia.
121. Mapa do Estado do Paraná. Organizado pelo Departamento de Geografia, Terras e Colonização. Divisão de Geografia. Esc. 1:650.000. 1957.